

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DIOGO ECTORE NODARI
ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

A SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA "CONQUISTA NA FRONTEIRA"

FLORIANÓPOLIS
2004

**DIOGO ECTORE NODARI
ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ**

**A SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA "CONQUISTA NA FRONTEIRA"**

**Trabalho de conclusão de estágio apresentado
à disciplina Estágio Supervisionado - CAD
5236, como requisito parcial para obtenção de
grau de Bacharel em Administração, da
Universidade Federal de Santa Catarina, área
de concentração em turismo e reforma agrária.**

**Professora orientadora: Liane Carly Hermes
Zanella, Msc**

**FLORIANÓPOLIS
2004**

DIOGO ECTORE NODARI
ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

A SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA “CONQUISTA NA FRONTEIRA”

Este trabalho de conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado, em sua forma final pela Coordenadoria de Estágio do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 17 de Novembro de 2004



Banca Examinadora



Profª Msa. Liane Carly Hermes Zanella
Presidente



Prof Msc. Luis Moretto Neto
Membro

Prof Dr. Lauro Francisco Mattei
Membro

Prof.ª Dr.ª Valeska Nahas Guimarães
Membro

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e organizações que proporcionaram sua concretização. Este primeiro momento se refere aos agradecimentos comuns dos autores:

- À Liane Zanella, que aceitou desde o início ser nossa orientadora, e que com muita seriedade e preocupação, foi uma verdadeira mestra a nos guiar nos difíceis caminhos da pesquisa;
- Aos mestres do NINEIT, Clarilton Ribas e Valeska Guimarães, que muito mais que guias acadêmicos, foram o alicerce sempre presente nas horas da dúvida. Aos nineitianos pelos debates;
- Ao DAEX e FAPEU pelas bolsas concedidas e financiamento do trabalho;
- Ao professor Lauro Mattei e João Klug pelas valiosas contribuições e orientações;
- À prefeitura de Dionísio Cerqueira pela receptividade e apoio nos trabalhos;
- À prefeitura de Chapecó, pelo acompanhamento nas visitas;
- À COCEARGS, em especial Rodrigo Lopes, pela possibilidade de conhecer a experiência gaúcha;
- Ao CCA/SC, pelos contatos fornecidos;
- Ao INCRA/SC pela possibilidade de discussão e acesso das informações sobre a reforma agrária;
- Às famílias integrantes das experiências visitadas, pela boa vontade em participar das pesquisas;
- E às famílias assentadas de Conquista na Fronteira, que sempre nos recebem com carinho durante nossas estadias, e nos fazem ter certeza do papel dessa Universidade Pública para/com as comunidades;
- A todos que de alguma forma contribuíram na realização deste trabalho.

A todos vocês, o nosso muito obrigado!

Diogo Nodari e Estevan Muñoz.

Bom, como cada um de nós tem sua própria história para contar...

Povo, seria capaz de escrever um novo TCC somente para os agradecimentos não só deste trabalho, mas toda uma passagem pela Universidade, que confesso a vocês aproveitei muito. São tantos seres maravilhosos que passaram pela minha vida nestes últimos anos, que como diria o velho sábio, é soda de citar todos. Sintam-se contemplados nas próximas linhas:

- Vida, Deus, Alá, Jah, Maomé, Natureza, Nada, Ser Humano... obrigado por existir!
- Andréa, Patrícia, Patrício e Viviane, minha amada família. Esses imigrantes chilenos e suas descendentes que tanto me orgulham. Vocês plantaram a semente pela minha pessoa, e os amo muito por isso. Preciso agradecer também à EXPORT PAVE LTDA. pelos recursos financeiros essenciais na minha jornada na graduação;
- Mestres orientadores, meus guias. Liane, Ribas e Valeska. Imagino vocês como 3 bambus resistentes e seguros, que longe de apontarem para um mesmo ponto, formam um tripé, que me proporcionou o ponto de equilíbrio. Obrigado mestres, vocês foram grandes amigos, daqueles que marcam pra sempre a nossa existência.
- E por falar em amigos, agora o bicho pega. A vida me presenteou com muitos, mas muitos mesmo. Aos amigos e colegas de Santos, sempre na área; Aos amigos da UFSC, em especial Farlei, Fernando, Natália, Nodari, Cabelo, Bode, Thaís, Camila, Pedrão... e muitos, muitos outros.. sou extremamente feliz com o nosso encontro, trocas e aprendizados conjuntos; Ao povo dessa Ilha da Magia, lugar de incrível energia, galera do Campeche, em especial Doug, Mari (cuidou do Osama) e Scheila; Ariella (minha irmã de luz);
- Ao NINEIT e sua capacidade de atração de grandes pensadores. Maravilhoso espaço de pesquisa, extensão, debate, troca e aprendizado. Em especial aos companheiros Aline, Ângela, Fê, Lê e Léo;

- Ao Osama, meu rei, um dos meus maiores companheiros. Meu dog que sofreu um monte com as minhas incontáveis mudanças de casa. Desculpe pelos transtornos, logo, logo estaremos juntos mais uma vez!
- À Danizinha, uma companheira especial, que esteve presente na minha vida desde que nossos caminhos se cruzaram. Te adoro pequena!
- Aos Movimentos sociais, culturais, ambientais, espirituais, científicos, etc. etc., que permitem a transformação e evolução constante da humanidade!

Valeu mesmo! Nos encontramos no caminho dos justos!!!

Estevan Muñoz – Jacó

**Agradeço a minha família, amigos,
professores e a todos que de uma maneira ou
outra exerceram um papel essencial para
a conclusão deste projeto.**

**Obrigado,
Diogo E. Nodari**

Era assim:
o que quiser que tenha, tinha.
Tinha arrebol? Tinha.
Rouxinol? Tinha.
Luar do sertão, palmeira imperial, girassol, tinha.
Também tinha temporal, barranco, às vezes lamaçal, o diabo.
Depois bananeira, até cachoeira, mutuca, boto, urubu, horizonte, pedra, pau,
trigo, joio, cactus, raios, estrela cadente, incandescências.
Enfim...

Chico Buarque – Fazenda Modelo

RESUMO

NODARI, Diogo E., MUÑOZ, Estevan F. P., A Sustentabilidade da atividade turística no assentamento de Reforma Agrária “Conquista na Fronteira” (Monografia Graduação em Ciências da Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

O turismo como prática de lazer torna-se cada dia mais comum em diversas partes do mundo, sendo realizado por pessoas de diferentes classes sociais e com objetivos distintos. Ao mesmo tempo as transformações no meio rural implicam em uma nova dinâmica, que Graziano da Silva (1996) denomina como o “Novo Rural”, que agrega atividades não agrícolas que complementam as atividades tradicionais do campo. A nova função que vem adquirindo o turismo no espaço rural, é uma alternativa principalmente aos pequenos agricultores brasileiros que se vêem cada vez mais submetidos a uma lógica de produção injusta e degradante. Na luta de preservação da agricultura familiar e pela democratização da terra, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de unir forças e propor um novo sistema de produção e de relações de trabalho, colocando o pequeno agricultor como ponto central do debate. A partir dessa trajetória, o presente trabalho busca analisar a viabilidade da atividade turística sustentável no assentamento da Reforma Agrária “Conquista na Fronteira”. Trata-se de uma pesquisa quanto aos fins, exploratório-descritiva e quanto aos meios, uma pesquisa de campo (VERGARA, 1997). Foram levantados dados referentes ao perfil das pessoas que já realizam visitas ao assentamento, seus motivos e procedência. Também a realização de um levantamento de dados sobre as famílias e o assentamento, para a caracterização da atividade turística. E a partir das informações obtidas pode-se afirmar que a atividade turística no assentamento Conquista na Fronteira é viável, e possui um grande potencial a ser explorado, agindo mais do que uma nova fonte de renda para a população local, mas como um meio de divulgação de uma nova forma de organização do trabalho e de vida.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural, Reforma Agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Desenvolvimento Sustentável.

LISTA DE SIGLAS

ADS – Associação de Desenvolvimento Sustentável
AGRECO – Associação dos Agricultores das Encostas da Serra Geral
ARG – Argentina
CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
CITURDES – Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul
COOPAN – Cooperativa de Produção agropecuária Nova Santa Rita
COOPERUNIÃO - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda
COPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAEx – Departamento de Apoio à Extensão
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FAPEU – Fundação De Apoio À Pesquisa e Extensão Universitária
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTur – Programa de turismo do MST no Rio Grande do Sul
NINEIT – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
PED – Planejamento Participativo
PIB – Produto Interno Bruto
PR – Paraná
RS – Rio Grande do Sul
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A
SC – Santa Catarina
EU – União Européia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Oferta e procura de turismo: modelo _____	44
Figura 2 - Localização do estado de santa catarina e geografia _____	65
Figura 3 - Divisão do estado em áreas _____	66
Figura 4 - Distribuição dos empreendimentos turísticos no espaço rural de santa catarina, segundo as mesorregiões geográficas _____	70
Figura 5 - Regiões do estado e suas respectivas sedes _____	113
Figura 6 - Municípios pertencentes à região oeste _____	114
Figura 7 - Estrutura organizacional da cooperunião _____	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população brasileira rural-urbana 1940-2000 _____	85
Tabela 2 – Crédito público para grandes multinacionais do agronegócio: em milhões de reais _____	86
Tabela 3 – Distribuição dos plantéis no Brasil (%) _____	88
Tabela 4 – Distribuição do valor da produção no Brasil (%) _____	88
Tabela 5 – População de Dionísio Cerqueira _____	135
Tabela 6 – Localização dos domicílios _____	135
Tabela 7 – Infraestrutura de água _____	136
Tabela 8 – Infraestrutura de esgoto _____	136
Tabela 9 – Infraestrutura da coleta de lixo _____	137
Tabela 10 – Classificação do atendimento serviços básicos _____	137
Tabela 11 – Índice de desenvolvimento humano _____	138
Tabela 12 – Visitantes segundo o país de origem entre 1997 e 2003 _____	139
Tabela 13 – Principais procedências dos visitantes _____	141
Tabela 14 – Visitantes segundo a ocupação _____	142
Tabela 15 – Objetivos especificados pelos visitantes _____	144
Tabela 16 – Número de visitantes por visita _____	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Serviços oferecidos aos turistas _____	70
Gráfico 2 – Dificuldades encontradas pelos empreendimentos _____	71
Gráfico 3 – Evolução do número de famílias acampadas entre os anos de 1990 a 2001 _____	98
Gráfico 4 – Evolução no nº de acampamentos entre 1990 e 2001 _____	99
Gráfico 5 – Habilidades manuais dos assentados _____	132
Gráfico 6 – Visitantes segundo o país de origem _____	140
Gráfico 7 – As cidades com maior procedência de visitantes _____	141
Gráfico 8 – Ocupação dos visitantes do assentamento _____	143
Gráfico 9 – Objetivos dos visitantes _____	145
Gráfico 10 – Número de pessoas por visita _____	146
Gráfico 11 – Conhecimento da história do assentamento _____	151
Gráfico 12 – Se possui documentos, fotos relacionadas com a história do movimento _____	151

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Tema e problema	14
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 Justificativa e Relevância	17
1.4 Viabilidade do Projeto	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 A atividade turística	19
2.1.1 Definição de turismo.....	20
2.1.2 O turismo no Sistema Capitalista	22
2.1.3 Turismo e sustentabilidade	25
2.1.4 Turismo e desenvolvimento local	29
2.1.5 Tipologias de Turismo	32
2.2 Espaço Rural.....	34
2.2.1 Turismo no espaço rural.....	36
2.2.3 Os elementos do Turismo	40
2.2.3.1 Oferta	41
2.2.3.2 Demanda.....	45
2.3 Impactos do turismo rural.....	46
2.3.1 Impactos positivos do turismo rural	47
2.3.2 Impactos negativos do turismo rural.....	48
2.4 O processo de comercialização do turismo no espaço rural	50
2.4.1 A paisagem rural	52
2.4.2 Patrimônio cultural.....	54
2.4.3 Produção agropecuária	56
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Delineamento da pesquisa.....	57
3.2 Coleta de dados	59
3.3 Análise e interpretação dos dados	63
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	65
4.1 O turismo rural em Santa Catarina.....	68
4.2 Relato de experiências do turismo rural catarinense.....	72
4.2.1 A experiência de Chapecó	72
4.2.2 A experiência de Santa Rosa de Lima	74
4.2.3 A experiência de Joinville.....	78

5 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA..... 81

5.1 O padrão agrícola brasileiro do pós-guerra.....	81
5.2 O impasse agrário brasileiro	84
5.3 O Agronegócio e a Agricultura Familiar.....	86
5.4 Reforma Agrária.....	90

6 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) 94

6.1 A formação do MST	94
6.2 As práticas do Movimento	95
6.3 O turismo dentro do MST	99
6.3.1 O Programa de turismo rural do MST/RS	101
6.3.1.1 A experiência no assentamento 30 de Maio – Charqueadas	104
6.3.1.2 A experiência no assentamento Capela - Nova Santa Rita.....	106
6.3.1.3 A experiência no assentamento regional Filhos de Sepé – Viamão.....	108

7 VIABILIDADE TURÍSTICA PARA O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA..... 112

7.1 O Município de Dionísio Cerqueira.....	112
7.1.1 Regiões Político-Administrativas do Governo do Estado de Santa Catarina .	113
7.1.2 Características Gerais.....	114
7.1.3 Breve Histórico de Dionísio Cerqueira	115
7.2 Formação do assentamento Conquista na Fronteira	117
7.3 Constituição da Cooperativa do assentamento.....	120
7.3.1 A organização Interna	120
7.3.2 Organização do trabalho e da produção	123
7.4 O turismo no assentamento	125
7.4.1 A oferta turística no assentamento.....	126
7.4.1.1 Os atrativos turísticos do assentamento	126
7.4.1.1.1 Os recursos naturais	126
7.4.1.1.2 Os recursos sócio-culturais	127
7.4.1.1.3 Realizações técnicas-científicas contemporâneas.....	130
7.4.1.1.4 Os acontecimentos programados.....	132
7.4.1.2 Os equipamentos e serviços do assentamento.....	133
7.4.1.3 Infra-estrutura de apoio turístico.....	134
7.4.2 A demanda turística no assentamento	138
7.4.2.1 Quanto ao país de origem dos visitantes	139
7.4.2.2 Quanto à procedência dos turistas nacionais.....	140
7.4.2.3 Quanto à ocupação dos visitantes	142
7.4.2.4 Quanto aos objetivos dos visitantes	144
7.4.2.5 Quanto ao número de visitantes por visita	146
7.4.3 Análise e perspectivas da oferta e demanda turística no assentamento.....	147
7.4.3.1 Em função dos recursos naturais.....	148
7.4.3.2 Em função dos recursos sócio-culturais.....	150
7.4.3.3 Quanto às realizações técnico-científica contemporâneas	153
7.4.3.4 Quanto aos acontecimentos programados.....	154
7.4.3.5 Quanto aos equipamentos e serviços do assentamento.....	155

7.4.3.6 Quanto à infra-estrutura de apoio turístico	158
<u>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	160
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	164
<u>APÊNDICES</u>	170
<u>ANEXOS</u>	179

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

No início do século XXI, enquanto se fala em sociedade do conhecimento, em globalização, em desaparecimento das fronteiras geográficas em função do avanço da tecnologia, da derrocada do socialismo e o surgimento de um “admirável mundo novo”, tem-se a impressão de que todos estão contemplados neste modelo da sociedade.

No entanto, não é o que se observa na realidade mundial. São ilhas de prosperidade em meio à bolsões de miséria. No Brasil, muitos ainda passam fome. Essa necessidade fisiológica do ser humano de se alimentar não foi sanada, e a problemática não está relacionada à produção de alimentos, que é suficiente para a população brasileira, contraditoriamente.

O Brasil apresenta uma das maiores taxas mundiais de concentração de terras, é um dos poucos países do mundo a não ter realizado a reforma agrária e possui um grande contingente de excluídos que carecem um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento.

Diante de uma história marcada por injustiças ao povo brasileiro e da inoperância de governos na resolução de problemas básicos, como é a redistribuição de terras, a reforma agrária fica dependente da pressão popular oriunda do campo.

Nesse sentido, como forma de organizar essa pressão, surge o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o intuito de ser o aglutinador de forças populares e a representação destes, que historicamente tiveram um papel de exclusão neste país. Com o objetivo de lutar pela terra e pela transformação social, o MST transcende a idéia de reforma agrária como mera institucionalização de lotes de terra para famílias carentes, e luta também por infra-estrutura para os assentamentos, crédito, educação, assistência técnica e uma série de fatores que se fazem necessários para a manutenção do homem no campo com dignidade e qualidade de vida.

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desenvolveu durante o ano de

2003 o projeto de extensão "Diagnóstico e Gestão Organizacional em Unidades Produtivas nos assentamentos da Reforma Agrária em Santa Catarina" que tinha como objetivo prestar assessoramento técnico-administrativo em áreas de atividades que requeriam uma intervenção imediata após a realização de um diagnóstico organizacional para as unidades produtivas da Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina.

O projeto proporcionou um diagnóstico organizacional sobre as unidades produtivas dos assentamentos oriundos da luta pela reforma agrária. A COOPERUNIÃO, unidade produtiva do assentamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira, Extremo Oeste Catarinense, apresentou uma situação mais fragilizada que as demais, devido ao seu alto investimento em instalações e baixo retorno financeiro de suas atividades produtivas e obteve um acompanhamento mais próximo por parte do NINEIT.

Foi identificado, dentre outras variáveis, um potencial de geração de trabalho e renda para as famílias do assentamento Conquista na Fronteira, através da incorporação do turismo no seu espaço. Esta atividade já vem sendo realizada sistematicamente com a recepção de pessoas (estudantes, pesquisadores, agricultores, professores – do Brasil e de diversos países), interessadas em conhecer a realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do modelo de gestão e da organização da COOPERUNIÃO.

O turismo é entendido como fenômeno de deslocamento voluntário ou temporal do homem fora de sua residência habitual e representa uma nova forma de desenvolvimento sócio-econômico para a humanidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT, 2001) e vem sendo adotado como uma das atividades estratégicas para compatibilizar a conservação do patrimônio natural, sócio-cultural e o respeito à integridade dos mesmos (EMBRATUR, 1995).

O interesse pela modalidade de turismo no espaço rural, segundo Rodrigues (2001, p. 35), "surge da confluência de dois fatores: de um lado o crescimento da população urbana que se concentra em áreas metropolitanas densamente povoadas; de outro a necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural, o qual tem passado por rápidas e visíveis mudanças". Estudiosos do assunto afirmam que incrementar o turismo no espaço rural a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável é dar condições de atender as necessidades presentes

[dos turistas] sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender as necessidades delas (CNUMAD apud SILVEIRA, 2001),

O turismo enquanto atividade econômica vem assumindo cada vez mais importância na geração de divisas para regiões que incorporam essa atividade. O turismo no espaço rural entra num novo movimento vivido pela agricultura, que vem sofrendo profundas transformações através do que se convencionou chamar de revoluções agrícolas¹, que Graziano da Silva (1996) denomina como o Novo Rural, que inclui a realização de atividades não agrícolas no meio rural, tal como o turismo.

Cabe destacar que o turismo é um eficiente meio para promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais, abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região.

Deste modo, considerando os fatos apresentados, esse estudo apresenta como tema central, **TURISMO NO ESPAÇO RURAL E REFORMA AGRÁRIA** tendo como questão norteadora de seu estudo o seguinte problema:

“COMO VIABILIZAR A ATIVIDADE TURÍSTICA SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ‘CONQUISTA NA FRONTEIRA’?”

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a viabilidade de desenvolver o Turismo no Espaço Rural para o Assentamento da Reforma Agrária “Conquista na Fronteira” sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável.

¹ Ocorreram três revoluções agrícolas, a saber: 1ª revolução agrícola – adoção de sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras e integração da agricultura e pecuária; 2ª revolução agrícola – incorporação da pesquisa científica com a adoção de padrão produtivo químico, motomecânico e genético, que culminou na Revolução Verde; 3ª revolução agrícola, atual, com o uso da Biotecnologia e Engenharia Genética na produção de alimentos. (EHLERS, 1999).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar o estado da arte sobre os temas envolvidos;
- b) Analisar experiências de Turismo no Espaço Rural;
- c) Identificar e analisar a demanda atual do assentamento Conquista na Fronteira.
- d) Identificar os recursos naturais do espaço existente do assentamento Conquista na Fronteira;
- e) Identificar e analisar as atividades sócio-culturais do assentamento Conquista na Fronteira;
- f) Identificar e analisar a infra-estrutura do assentamento e sua integração ao meio do assentamento Conquista na Fronteira;

1.3 Justificativa e Relevância

A reforma agrária é já assumida como uma realidade no contexto agrícola brasileiro. Já há milhares de famílias assentadas nas diversas regiões agrícolas de nosso país, que se constituem em um segmento social importante, com características e demandas próprias. A propriedade de assentados é caracteristicamente familiar, sejam eles organizados no uso coletivo ou individual da terra. A par da socialmente justa redistribuição de terras através da reforma agrária, acumulam-se evidências a respeito do crescente processo de inviabilização econômica da pequena propriedade rural (PINHEIRO MACHADO, s.d.)

Considerando que a criação de um projeto de turismo rural nas instâncias internas da COOPERUNIÃO já vem sendo discutido como uma atividade estratégica para o assentamento Conquista na Fronteira, que a demanda já é existente, a renda rural dos assentados é escassa, o presente trabalho poderá criar mais uma alternativa econômica para o assentamento. O novo setor de turismo contribuirá para dinamizar os outros cinco setores estratégicos do assentamento: leite, frangos, peixe, erva-mate/reflorestamento e lavoura. Além de que o turista, adquirindo os produtos oriundos do trabalho dos assentados, gera emprego e renda e fixa o homem no campo.

Por outro lado, o turismo, por seu efeito multiplicador geração de renda, de emprego, inclusão social, estará levando benefícios econômicos, políticos e financeiros para além das fronteiras do próprio assentamento e ajudando toda a comunidade local e regional.

1.4 Viabilidade do Projeto

A viabilidade deste projeto está fundamentada em:

- a) Decisão já tomada no assentamento Conquista na Fronteira de incluir o turismo rural em suas atividades econômicas;
- b) Livre acesso às informações;
- c) Capacitação dos orientadores especialistas na área;
- d) Apoio do Assentamento quanto à alojamento e alimentação dos participantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo de fundamentação teórica ou revisão bibliográfica permite aprofundar conhecimentos teóricos sobre o tema, tomar conhecimento, com detalhes das várias posições e discordância entre essas posições, confrontar as colocações de vários autores entre si, e com suas próprias conclusões, tentar descobrir e entender os determinantes e as conseqüências de cada uma dessas posturas [...] (TOMANIK, 1994, p.133).

Dessa forma, o autor do trabalho e o leitor – cada um ao seu tempo – tomam conhecimento do que já existe publicado sobre o assunto, ou seja, sobre o estado da arte, oferecendo contextualização e consistência à investigação (VERGARA, 1997, p.34). Cabe ressaltar que a presente fundamentação teórica não pretende esgotar o assunto a respeito do tema.

Nesse sentido, a revisão do estado da arte que segue considerará inicialmente um resgate de conceituações do turismo e suas discussões para a definição das tipologias. Após isso será fundamentada a tipologia de turismo no espaço rural sob uma abordagem crítica, discutindo seus elementos constituintes e destacando seus possíveis impactos positivos e negativos. Por fim, apresenta-se os elementos constituintes do Imaginário Rural que refletem os valores que a sociedade contemporânea concebe ao rural.

2.1 A atividade turística

Definir o início da atividade turística é ser infundado com a precisão científica. A viagem em si, ou seja, o deslocamento de pessoas entre regiões vem sendo realizado desde os primórdios quando os povos nômades ainda saíam em busca de novos e melhores locais de sobrevivência.

A medida em que as condições para estes deslocamentos foram sendo aperfeiçoadas, tais como transportes, estradas, as tecnologias de comunicação, foi possível desenvolver a viagem ou o deslocamento, como uma fonte geradora de receitas.

De acordo com Lage e Miloni (1991, p. 19), a história do turismo:

[...] começou a partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1841, quando [...] organizaram-se as primeiras atividades turísticas por iniciativa de algumas pessoas de destaque como Thomas

Cook, Henry Wells, George Pullmann, Thomas Bennet, Louis Stangen e César Ritz.

Em 1924, foi criada a União Internacional de Organizações Oficiais para a Propaganda Turística, cujo primeiro congresso foi celebrado na cidade de Haya, em 1925. Cinqüenta anos mais tarde, essa instituição deu origem à Organização Mundial do Turismo – OMT (LAGE; MILONI, 1991).

2.1.1 Definição de turismo

A partir do momento em que se iniciaram os estudos científicos sobre o turismo, muitas definições têm sido criadas, tanto para o turismo quanto para o turista. A primeira definição remonta-se a 1911, quando o economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhohen (apud BARRETO, 1995, p.9) escrevia que:

[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

Desde então, ao longo das histórias e evoluções das sociedades, inúmeras conceituações e interpretações foram feitas a respeito do turismo. A definição de turismo aceita do ponto de vista formal é dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que através da definição de De la Torre (apud BARRETO, 1998, p.13), afirma que é:

Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

Segundo Wahab (1977, p.3), o turismo consiste no:

[...] fenômeno que se refere ao movimento de pessoas dentro do próprio país ou cruzando as fronteiras nacionais. Este movimento revela elementos tais como interações e relacionamentos individuais e grupais, compreensão humana, sentimentos, percepções, motivações, pressões, satisfação, prazer, etc.

De La Torre (apud BARRETO, 1998, p.13) também apresenta outra definição de turismo que pode ser considerada como norteadora para este projeto, ao afirmar que:

[...] o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O que se deve ressaltar nesta citação é a criação de relações entre o visitante que se desloca de seu local de origem e as pessoas que o recebem, gerando a construção de novas relações que apenas são possíveis quando existe essa troca de experiências.

Lage e Milone (1991) apresentam algumas características inerentes à atividade turística. Dentre as quais pode-se citar que, para alguns especialistas, para ser considerado turismo, faz-se necessário o deslocamento mínimo de 50 milhas desde o local de residência ou que permaneçam mais de 24 horas no local visitado. Os autores ressaltam que qualquer que seja o motivo da viagem, sob o aspecto econômico, o indivíduo (turista) não venha a exercer qualquer ocupação remunerada.

É preciso destacar que as definições anteriores consideram que o turista não venha a exercer nenhuma atividade remunerada. Porém, novas conceituações têm sido feitas, e uma nova modalidade surge, denominado turismo de negócios, através da qual o turista também exerce atividade remunerada.

Rodrigues (2001) apresenta uma abordagem mais complexa a respeito do turismo, levando em consideração uma relação de conhecimentos integrados. Para Rodrigues (2001, p.27) o turismo:

[...] é reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como fator de desenvolvimento em várias escalas, da local à nacional. São com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima mercados dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (da produção alimentar e artesanal à prestação de serviços de lazer).

Conforme a autora, é visível a crescente importância que o turismo vem tomando na sociedade contemporânea, e a forma como o tema se relaciona com o desenvolvimento de regiões. De simples atividade de lazer, o turismo passa a grande fomentador de novos tecidos econômicos, sempre que integrado às atividades tradicionais.

2.1.2 O turismo no Sistema Capitalista

O turismo por si só não representa uma fonte de renda e trabalho. Ele necessita estar integrado com diversas atividades desenvolvidas na região e que estas se relacionem para proporcionar uma base de opções para que o consumidor/turista possa gozar das vantagens oferecidas. Desta forma, o turismo deve ser compreendido como um produto que oferece inúmeros serviços.

A atividade turística pode ser considerada uma força socioeconômica de grandes proporções em nível mundial. A rapidez do avanço tecnológico, a evolução dos transportes e o progresso das comunicações possibilitaram a redução das distâncias de maneira notável, permitindo que mais pessoas se deslocassem por qualquer parte do mundo em questão de horas. Considerando-se ainda a maior disponibilidade de tempo livre para o lazer é cada vez maior o número de pessoas que viajam (LAGE; MILONI, 1991, p.105).

Com a consolidação da atividade industrial, aumentou o número de indivíduos em condições de viajar, fazendo com que surgissem os pacotes de turismo de massas. Por esse ângulo, Paiva (1998) afirma que o processo produtivo de turismo é essencialmente comercial, envolvendo a "mercadização" de produtos, na maioria das vezes não tangíveis.

Dado esse modelo de raciocínio da comercialização, o turismo transcende o campo das motivações intrínsecas ao ser humano, porque está diretamente influenciado pela ideologia capitalista² (abordagem esta, que não será utilizado no presente trabalho), e notadamente, o significado das viagens transfigura-se.

Como exemplo pode-se citar os turistas desprovidos de uma iniciativa "cultural" e de um real interesse pela opção do turismo como forma de lazer. Estes

² Onde ocorre a indução a uma consciência falsa que os agentes intelectuais (capitalistas) de uma classe elaboram, obscurecendo a natureza objetiva dos interesses materiais dessa mesma classe, levando os demais membros da sociedade a agirem com base em falsos princípios.

passam a realiza-lo especialmente na sua versão de “turismo de massa”, que aparece como uma prática social que carece de autenticidade. Nesse sentido, Steil (apud RIEDL et al., 2002, p. 55) afirma que:

As viagens, guiadas por agentes turísticos, criaram um ambiente artificial para seus participantes, não permitindo que estes tenham qualquer contato com o mundo 'real' dos habitantes que os acolhem.

Este novo modelo de “viagem de massas”, que busca o estereótipo, difere do “viajante individual”, que percorre diferentes lugares, levado por sua curiosidade e espírito de aventura. O atual turista viaja envolto por diversas salva-guardas, como agentes de viagens, seguradoras, gerentes de hotel, etc., que retiram do turista qualquer preocupação e responsabilidade. Em parte, esse arquétipo é explicado por Graburn e Moore (apud VERBOLE, 2002, p. 123) quando dizem que:

Cientistas com orientação marxista tentaram explicar os fatores motivacionais geradores da procura dos turistas como resultado da alienação causada pela natureza opressiva da vida sob o regime capitalista. (A industrialização levando à automatização da vida humana e seu afastamento da natureza).

Este fenômeno está cada vez mais presente nos dias atuais, sofrendo diretamente a influência de uma sociedade capitalista, voltada para uma relação de consumo que pressupõe o “imediatismo” e “descartabilidade”. Onde o que mais importa ao turista é o consumo de um momento pré-determinado por agentes turísticos independentemente da relação que o mesmo estabelece com o local ou com as pessoas que lá habitam.

Nesse sentido, Gallero (1996, p. 34) corroborando com Paiva, estabelece um paralelo da “mercadização”³ do turismo ao afirma que:

A globalização do globo, formidável controle do espaço em escala planetária, habilitado pela inter-relação entre o poder econômico e o frondoso avanço da tecnologia que multiplica as aplicações comerciais da ciência, cria uma tendência insustentável na direção da homogeneização dos espaços [...] e uniformizou os instrumentos, os veículos, os produtos de consumo, a linguagem tecnológica, as modas, os materiais e conseqüentemente os hábitos, as respostas e as aspirações de setores importantes da sociedade.

³ Expressão utilizada pelo autor.

Esta massificação da cultura apresentada pelo autor configura uma tendência observada já há algum tempo. A homogeneização dos produtos atinge, como não poderia deixar, a atividade turística. Reduzindo essa atividade tão ampla em simples *commodities*. Gallero (1996, p. 34) segue seu raciocínio ao apresentar que esse fenômeno:

[...] também se generalizou nas formas de realizar o turismo e, o que é mais grave, unificou a utilização dominante do tempo livre. Este que como, sustenta González Lllaca, deveriam ser o tempo de exercício da liberdade, tem se convertido num maior exemplo de dependência cultural.

Percebe-se na fala dos autores, o papel que o turismo vem assumindo no capitalismo, ao homogeneizar inclusive as formas de lazer e a própria cultura da sociedade.

O turismo também não deixa de fazer parte de um instrumento de divisão de classes (e do trabalho), que teve seu ponto auge com a revolução industrial e se concretizou com o fim da Segunda Guerra Mundial estabelecendo os Estados Unidos como potencia hegemônica no mercado mundial.

Segundo Veblen (apud STEIL 2000, p. 53):

[...] o lazer, que caracterizou a elite aristocrática pré-capitalista, também vai ser assumido pela nova elite, apesar da ideologia burguesa que fez do trabalho o valor central do seu sistema social [...] mostrando o importante papel do lazer na constituição da sociedade atual.

Também destacando o papel do lazer, Friedmann (apud STEIL 2000, p. 53) o coloca como:

[...] uma experiência criativa de recomposição da personalidade do trabalhador, fragmentada pelo trabalho 'parcelado' e mecânico que se generaliza na França depois da Segunda Guerra com a imposição do modelo 'fordista' na produção industrial.

Deste novo modelo de produção surge a tese do lazer compensatório e do uso das férias como "cano-de-escape" para as tensões produzidas pela atividade produtiva.

Não se pode afirmar que apenas os fatores sociais descritos acima, sejam os únicos precursores do atual modelo turístico desenvolvido pela maioria da população mundial, mas é certo que eles tem uma grande influencia na maneira como o turismo de lazer é realizado nos dias atuais.

Nesse sentido, o turismo segue, como não poderia deixar de ser, as imposições do sistema capitalista, e tende a percorrer a mesma trajetória, representada pela “mercadização” de seus serviços. De encontro à essa idéia, o turismo rural, não pretende, como ver-se-á mais adiante, essa massificação turística.

2.1.3 Turismo e sustentabilidade⁴

Pensar um projeto de qualquer caráter sem considerar a questão ambiental como uma preocupação inerente em todo o processo, é ser e estar, simultaneamente, inábil e insensível para/com os limites que a Natureza proporciona ao desenvolvimento das atividades humanas na contemporaneidade.

É preciso estar claro que para o desenvolvimento da humanidade, deve haver indissociavelmente o respeito e integração para/com a Natureza. Isso partindo-se do pressuposto que o bicho homem não é um ser externo à ela, mas sim, mais um elemento da vida natural, tão importante quanto os outros seres vivos do planeta.

Neste momento, cabe uma breve articulação com a história e a interpretação dos homens sobre a Natureza, que está sempre em consonância com o seu tempo. A primeira idéia de Natureza foi moral. A “Idéia Animismo” é aquela que vê a Natureza superior ao ser humano, onde ocorre um profundo respeito pela Natureza, evoluindo para uma relação que chega a ponto de religião. Alguns autores afirmam que o animismo é uma fase pré-lógica e acrítica.

Atualmente, o novo conceito de modernidade pode ser considerado como neoanimismo, em função de diversos grupos sociais como organizações ecológicas, políticas críticas, espirituais, dentre outras, que buscam relações ambientalmente sustentáveis e socialmente justas (BARBIERI, 1997). Esses movimentos são representados atualmente pela busca dos alimentos orgânicos, realização da economia solidária e agroecologia.

As duas fases são intermediadas por mecanismos através dos quais a natureza é tratada sem nenhuma consideração. Nos séculos XVI e XVII ocorre o

⁴Esta seção foi elaborada a partir das informações coletadas na disciplina de História das atividades agropecuárias e meio ambiente no Brasil, ministrada pelo professor João Klug, que faz parte do currículo do curso de História da UFSC e da disciplina de Economia Agrícola, ministrada pelo professor Lauro Mattei, integrando o currículo do curso de Ciências Econômicas da UFSC.

momento moderno e a transformação da idéia de Natureza. Nesse momento, o desenvolvimento da ciência ocidental está voltada para o avanço da tecnologia, ou seja, com o intuito de se privilegiar o homem às custas da natureza. A "era da razão", baseada na empiria, sugere que o homem deseja ordenar o mundo e passa a criar uma ruptura através do dualismo entre coisa pensante e coisa pensada. A natureza então, passou a ser vista como um enorme recurso a ser explorado e manipulado para o bem estar do homem, passou a ser tratada como uma inimiga a ser vencida.

Como caracterização desse momento histórico, Jonh Locke⁵, chega a afirmar que a natureza deve ser "acossada em seus caminhos e deve ser submetida à escravidão". A trajetória que se abotoa a partir do século XVI e XVII foi do orgânico para o mecânico. Nessa trajetória cria-se o paradigma mecanicista, regido por um modelo matemático, onde ela é capaz de explicar as verdades do mundo.

Articulando com o pensamento econômico, Marx afirma que o homem necessita "dominar" os processos naturais de produção. Nesse sentido, pode-se identificar a reprodução da visão de superioridade do homem sobre a Natureza, como a única forma possível de desenvolvimento. Nestes termos, uma breve caracterização dos modelos/paradigmas⁶ de desenvolvimento e as idéias a que se estavam associando permite uma caracterização da evolução⁷ ou não desses modelos/paradigmas.

As concepções de desenvolvimento, assim como a de Natureza, também estão em consonância com o seu tempo. No século XIX, o conceito de desenvolvimento estava relacionado ao progresso. A tese era a de que o progresso econômico acarretaria no progresso humano, isso em função da Revolução Industrial. O início da contradição desse paradigma de desenvolvimento incide a partir da segunda metade do século XIX, o auge ocorre quando se dá a 1ª Guerra Mundial, que coloca em cheque o progresso econômico como origem do progresso humano.

⁵ Citado pelo professor João Klug.

⁶ Paradigma pode ser tido como um modelo/exemplo, que incluiria as pressuposições, valores, objetivos, crenças, expectativas, teorias e conhecimentos básicos que uma comunidade tem a respeito de tudo que ocorre a seu redor.

⁷ É preciso afirmar que a evolução dos paradigmas apresentados, sugere a grosso modo, contextualizar o leitor e o autor, sem o intuito de se determinar cientificamente os moldes dos diversos momentos do desenvolvimento, mas sim de apresentar um breve panorama até os dias contemporâneos.

Com a chegada do século XX, o desenvolvimento dos fenômenos da Revolução Industrial vão transformando a dinâmica das sociedades industriais. Começa-se a incorporar novos elementos no conceito de desenvolvimento, incorporando novos aspectos além da esfera economicista.

As novas teorias de desenvolvimento econômico estavam agora associadas ao crescimento econômico das nações. Na década de 1920/30, os indicadores macro-econômicos, tais como o PIB, Renda e Emprego são determinantes da taxa de crescimento das economias. A consequência dessa racionalidade instrumental, onde a análise quantitativa era supostamente capaz de calcular e analisar a real situação de uma nação, criou uma escala, a partir da 2ª Guerra Mundial, que culminou com o dualismo entre *países desenvolvidos e não desenvolvidos*. Esse dualismo influenciou de tal maneira a política econômica do pós-guerra, que a política econômica dos países não desenvolvidos, como o Brasil, adquiriu o *viés crescentista*. No Brasil, este fenômeno é representado pelo "Milagre Econômico", que através de sua política de modernização criou umas das nações mais desiguais do planeta.

Nas décadas de 1940/50 a idéia de desenvolvimento econômico estava conectada a etapas de crescimento. O representante dessa corrente de pensamento era Rostow, economista estadunidense. Ele afirmava que a trajetória do desenvolvimento é marcada por etapas. Segundo o autor, as sociedades tradicionais sofrem modificações, onde ela terá uma fase de decolagem, passando por outra fase de maturação e assumindo a condição de sociedade desenvolvida, que para Rostow ocorria quando se dava o consumo de massas. Essa idéia de desenvolvimento não alcançou muito espaço e logo foi superada.

Na década de 60, a teoria do desenvolvimento dependente, ou teoria da dependência surgiu com o intuito de explicitar as relações Centro-Periferia. Apregoadada pelo então intelectual crítico Fernando Henrique Cardoso, a teoria da dependência apresenta que aos países periféricos somente resta a reprodução de relações que alimentem a dinâmica dos países do Centro, ou seja, países desenvolvidos. A dinâmica de que, o desenvolvimento dos países desenvolvidos depende do subdesenvolvimento dos países. Isso forçou a pobreza a se tornar a prioridade a ser combatida nos países subdesenvolvidos, ao menos em teoria.

Na década de 70, finalmente incorpora-se a variável ambiental nas discussões de desenvolvimento. Segundo Barbieri (1997, p. 15) pode-se pensar

numa evolução da preocupação com os problemas ambientais através de 3 etapas. A primeira baseia-se na percepção de problemas ambientais localizados e atribuídos à ignorância, negligência, dolo ou indiferença das pessoas e dos agentes produtores e consumidores de bens e serviços. As ações para coibir estas práticas são de natureza reativa, corretiva e repressiva.

Numa segunda etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema generalizado, porém confinado nos limites territoriais dos Estados Nacionais, que se dá através das ações governamentais incorretas. Às práticas corretivas e repressivas acrescentam-se novos instrumentos de intervenção governamental voltados para a prevenção da poluição e a melhoria dos sistemas produtivos.

Na terceira etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema planetário que atinge a todos e que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países. As novas maneiras de se perceber as soluções para os problemas globais, não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporem dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.

Surge então a Teoria do Desenvolvimento Sustentável. Originalmente o termo eco-desenvolvimento (o qual deu origem ao termo desenvolvimento sustentável) foi utilizado em 1973 e definia uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientada capaz de impulsionar os trabalhos do recém criado programa das Nações Unidas para o meio ambiente. Mais tarde Ignacy Sachs, formulou uma nova idéia ligando outros aspectos não estritamente ambientais para definir o verdadeiro desenvolvimento, entre eles estava a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas (LEIS, 1999).

As bases consensuais do desenvolvimento sustentável, que se referem ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, estão expressas no Relatório Brundland (apud VIOLA; LEIS, 1995, p.78):

E aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. I) Conceito de Necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo que devem receber a máxima prioridade. II) As noções das limitações que o estágio das tecnologias e da

organização social impõem ao meio-ambiente impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras[...].

A importância de se incorporar a visão do desenvolvimento sustentável dentro do presente projeto de turismo no espaço rural, ocorre por que, segundo (Magro, 2002, p.151):

o turismo tem sido apontado como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que protege o ambiente natural. Porém, o turismo, como qualquer atividade econômica, pode levar a impactos indesejáveis tanto ambientais como socioeconômicos.

Neste sentido, é preciso que se observe o princípio de ecoeficiência explicitado por Assis (2000, p.13). O autor afirma que:

O conceito de ecoeficiência é fundamental para tentar compreender a proposta [...] do desenvolvimento sustentável [...] que pode ser caracterizado, em linhas gerais, como aquele em que a velocidade da inevitável agressão ambiental é menor do que a velocidade com que a natureza consegue reagir para compensar esses danos. Esta relação entre as velocidades é um Índice de ecoeficiência que garante a sustentabilidade do projeto.

Fica claro que o turismo como atividade sustentável não busca a não “exploração” do ambiente, mas sim realiza-la de uma maneira consciente e ética, e que viabilize recursos para que a natureza afetada pela atividade obtenha meios de se recuperar dos efeitos da exploração realizada pelo turismo.

2.1.4 Turismo e desenvolvimento local

As transformações no mundo do trabalho vêm acarretando diversas mudanças estruturais na economia mundial e nas relações de trabalho. De um modo geral pôde-se constatar o enorme avanço da tecnologia acompanhada de um vertiginoso aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho.

As atuais tentativas de atrair empreendimentos indiscriminadamente estão raramente associados a pólos tecnológicos e científicos. Para Neder (1995) estes reproduzem as condições sócio-ambientais regressivas que apenas levam para um futuro obsoleto, pois a nova produção industrial está desvinculada da criação de novos empregos.

A geração de empregos através da indústria já não pode ser considerada como uma realidade. Nesse sentido, a atividade turística tem sido apontada muitas vezes como o grande potencial de atividade econômica do Brasil. Diversas micro-regiões consideram que a implantação do turismo venha a ser uma fonte geradora de divisas e apostam o futuro nesta atividade em expansão.

Porém é preciso cautela ao considerar-se esse argumento. A realização da atividade turística pode vir a ser uma nova fonte de geração de trabalho e renda de inúmeras regiões que se considerem aptas ao turismo. Em se tratando de turismo no espaço rural, evidencia-se um certo redimensionamento da organização dos antigos trabalhadores agrícolas, principalmente mulheres, agora ocupados também, com atividades não agrícolas, tal como o turismo.

Além disso, é preciso destacar a participação ativa da comunidade na implantação de qualquer transformação, inclusive econômica, da região. Luchiari (2002, p. 124) afirma que:

É imprescindível pensar o desenvolvimento local a partir do seu capital social. A resignificação do lugar, fortalecida pela organização da comunidade, é o ponto de partida para que tais comunidades possam reagir às forças do mercado. A gestão social do lugar trará, inclusive, a possibilidade de pensar a introdução da atividade turística como um processo de reterritorialização consentida, e não apenas como uma desterritorialização dos lugares, como é comum abordar em inúmeros estudos de caso.

A autora trabalha com a idéia de valorização da comunidade para a inserção da atividade turística. Pensar o desenvolvimento local sem a participação da comunidade é alienar os mesmos de sua transformação, mesmo que das atividades econômicas. É necessária autonomia e emancipação das comunidades para a sua própria tomada de decisão. Nesse sentido Luchiari (2002, p.122) sustenta que:

[...] a alienação que é imprimida ao lugar substitui a organização coletiva pelo individualismo. A cidadania que deveria ser exercida por meio da cultura e do território, restringe-se ao poder econômico de defender a propriedade privada. Os lugares turísticos, estruturados por forças corporativas que imprimem ao território um valor mercantil, transformam o direito à cidadania dos indivíduos em uma guerra pelo poder de consumo: consumo patrimonial, de bens, de serviços, de infra-estrutura.

No meio rural, a revolução agrícola do pós-guerra acarretou um enorme incremento da produção global de alimentos, aliado a uma elevação substancial da produtividade do trabalho. Para Toresan et al. (2002), este processo provocou uma

ruptura nas formas clássicas de analisar o chamado “desenvolvimento rural”, fazendo emergir análises desvinculadas de algumas características tradicionalmente associadas àquelas formas, especialmente das que definiam o meio rural como um espaço exclusivo de produção agrícola.

Segundo Vieira e Cunha (2002, p.305):

Novas oportunidades de emprego poderão ser geradas pelo fomento de uma grande variedade de atividades ligadas à gestão de recursos naturais renováveis, incluindo-se nisto inúmeros processos de melhoria, conservação e reciclagem de produtos; de busca de conservação de energia e água, e de exploração de sistemas integrados de produção de alimentos e energia no campo e na cidade.

A importância de se estar pensando o turismo, e mais especificamente o turismo no espaço rural, enquanto atividade econômica para o desenvolvimento local, implica na integração que deve ter com as outras atividades da região, baseados no paradigma da sustentabilidade. Vieira e Cunha citam exemplos concretos da integração destes setores. Porém, Luchiari (2002, p.122) ressalta que:

Hoje, pode-se dizer, efetivamente, que há uma atividade estratégica do governo para colocar o país no mercado do turismo internacional. Esse projeto, centrado na melhoria da infra-estrutura básica para receber os empreendimentos turísticos, na modernização das infra-estruturas turísticas, nas estratégias de marketing internacional e na capacitação de mão-de-obra, não leva em conta a diversidade sócio-cultural e a participação das populações locais na gestão do território. Infelizmente, essas estratégias vêm o desenvolvimento do turismo nacional com o olhar do estrangeiro. Assim, os grandes projetos têm sido implantados independentemente dos interessados das populações locais e, até mesmo, em detrimento do turismo interno.

Definir as diretrizes e traçar um planejamento de implantação da atividade turística no Brasil, em conjunto com a comunidade local, é condição *sine qua non* de crescimento e desenvolvimento sustentável. Além disso, é preciso valorizar também as iniciativas e experiências nacionais de turismo, pois como qualquer “modelo de desenvolvimento”, por mais sucesso que tenha alcançado, deve-se adaptar à realidade local, respeitando suas especificidades e transcender o mero aspecto econômico. Dessa forma, será possível contribuir sobremaneira para a economia das regiões, atuando de fato, como uma fonte segura e duradoura de divisas e trabalho.

2.1.5 Tipologias de Turismo

São notórias as distintas conceituações relacionadas ao Turismo. Tal fato diz respeito, principalmente, a falta de convergência das teorias sobre o assunto, que vem sendo tratadas cientificamente somente a partir do início do século XX. A evolução e transformação do conceito de turismo percebido nos autores citados devem-se às diferentes épocas em que foram formuladas, além das diferentes abordagens utilizadas. Passando de meramente econômicas, sociais, geográficas, para englobar inúmeras áreas do conhecimento, de maneira que estas se complementem.

Corroborando com a idéia de inúmeras interpretações e as distintas conceituações a respeito do turismo, Beni (2002, p.31), afirma que:

As próprias dimensões do Brasil e a ainda pouca comunicação entre docentes e pesquisadores de turismo vêm provocando o surgimento de conceituações e expressões de atividade turística que levam a distorções e obstaculizam sua plena compreensão.

Conforme Beni destaca, a atividade turística vem provocando inúmeras conceituações que dificultam sua compreensão. Entretanto, é válido apresentar as tipologias que assume o turismo, dada a complexidade que esse tema inspira.

Para Smith (apud RIEDL, 2002), as tipologias de turismo de acordo com os fatores motivacionais do viajante classificam-se em étnico, onde se comercializam costumes típicos e exóticos dos povos; cultural que exploram o pitoresco, os vestígios de uma vida em vias de extinção; histórico que pode ser considerado como um circuito de ruínas, monumentos e museus e locais históricos da humanidade; ambiental, pressupõe a integração ser humano e meio ambiente, principalmente em zonas remotas; recreativo, que pode ser resumido pelo conjunto “sol, mar, praia e sexo”, que é impulsionado pela beleza do destino.

Araújo (2000), em função das principais atividades que os turistas procuram vivenciar nas suas horas de lazer, apresenta as seguintes tipologias em sua obra: Turismo de Férias, de Aventura, Cultural, de Negócios, de Saúde, Religioso e Ecológico.

Uma nova modalidade de turismo que está sendo praticada no Brasil é denominada como “Turismo Pedagógico” Segundo o Governo do Rio Grande do Norte⁸:

O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é o elemento motivador para dar encanto à educação. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente de divertimento e prazeres.

Esta modalidade é considerada pertinente e norteadora para este projeto, dado que a modalidade de turismo a ser realizada dentro do assentamento Conquista na Fronteira segue um objetivo básico que é apresentar experiências bem sucedidas da Reforma Agrária, além de com isso, visa a desmistificação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Através do Turismo Pedagógico, se aglutinam mais atividades que se harmonizam ao conceito de turismo sustentável, uma vez que sua principal motivação é educativa, e a educação ambiental é praticada nas três dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. Além disso, conhecendo localidades da região ou do país, o aluno/turista passa a desenvolver um sentimento de valorização e conservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais das comunidades.⁹

Além de todas as modalidades apresentadas, o presente trabalho se insere na tipologia do turismo rural, que segundo Talavera (2002, p.22):

O turismo rural é uma forma a mais de turismo alternativo e que, como produto e forma de desenvolvimento, o poderíamos definir 'como o uso ou aproveitamento turístico do entorno rural, atendendo-se as premissas do desenvolvimento sustentável, gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do patrimônio, a proteção do meio, etc.) promover-se em áreas não invadidas, incluir a população local como atores culturais, ser minoritário e promover, através de encontros espontâneos e a participação, o contato cultural.

Considerado como um turismo alternativo, visto que ele se destaca pela sua originalidade, o turismo no espaço rural é hoje avaliado como um grande motor de propulsão para o desenvolvimento do Brasil. Especificamente para o presente projeto, o turismo a ser desenvolvido se insere na tipologia do turismo no espaço rural integrado com o turismo pedagógico, tendo em mente que se pretende ao

⁸ http://www.setur.rn.gov.br/turismo_pedagogico.html acesso em 18 de setembro de 2004.

⁹ http://www.setur.rn.gov.br/turismo_pedagogico.html acesso em 18 de setembro de 2004.

mesmo tempo educar os alunos/turistas através de experiências empíricas e proporcionar todo um aproveitamento do entorno rural, através de experiências que integrem o homem com a natureza.

A seguir, o próximo capítulo tratará das especificidades do Turismo Rural, onde serão abordadas as categorias mais comumente trabalhadas pelos autores para o desenvolvimento desta tipologia de turismo.

2.2 Espaço Rural

A delimitação do espaço rural não tem sido tarefa simples, na medida em que transformações na agricultura brasileira impõem uma nova dinâmica no campo, rompendo o paradigma de espaço rural tido como atrasado e sem infra-estrutura.

Segundo Carneiro (1998, p.53):

Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

A autora fundamenta sua idéia na fala de Ianni (apud CARNEIRO, 1998, p. 53), que afirma:

O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza as formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o campo sofre perda de identidade, quando comparado à visão tradicional. Seus limites, até pouco tempo iam até o perímetro urbano. Hoje, leva o nome de espaço rural, avançando para o próprio espaço urbano compreendido por regiões de predomínio agrícola. (TORESAN et al., 2002).

O avanço da tecnologia impõe novos ritmos de desenvolvimento no espaço rural, que acarretam transformações profundas nos modelos de organização camponesas. De acordo com Toresan et. al. (2002, p. 3):

O melhor e maior conhecimento do solo e do seu trato, assim como do meio, que por sua melhor compreensão e abrangência passou a ser denominado espaço, permite-lhes consolidar algumas experiências, tirar proveito dos equívocos do sonho urbano. O campo é visto com outros olhos desde que o sonho urbano virou pesadelo. Campo, natureza, meio

ambiente, alimentos orgânicos, alimentos de origem certificada, "alimentos" e fitoterapia são novas tendências.

Atualmente perde sentido a visão que opõe de forma sistemática o rural ao urbano, tendo em vista que tanto os processos produtivos como as relações econômicas e sociais se aproximam e interagem entre si. (TORESAN et al., 2002, p. 7). Os autores ainda afirmam que:

No Brasil, diversos pesquisadores vêm dando ênfase às análises de redimensionamento do espaço rural, o qual não pode ser mais pensado apenas como um local produtor de matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra. Nele emerge um conjunto de atividades não-agrícolas que impõem uma nova dinâmica aos processos de desenvolvimento rural, os quais não podem ser apreendidos em sua totalidade unicamente a partir de seu lado agrário, uma vez que existem diversas atividades – nem sempre articuladas à agricultura – que respondem cada vez mais pela dinâmica rural brasileira".

Pesquisas recentes têm apontado para a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos em algumas regiões do meio rural brasileiro, que segundo Carneiro (1998), ajudam a pensar a questão da ruralidade. Um primeiro conjunto diz respeito à idéia de pluriatividade no campo, que sugere a não mais exclusividade das atividades agrícolas no espaço rural. Um segundo conjunto de fenômenos refere-se à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90.

Segundo Tulik (2003 p. 16):

A revisão da literatura apresenta alguns critérios sobre a definição de critérios para delimitar o urbano e o rural com base na experiência de vários países e que podem compor três grandes grupos: oposição entre rural e urbano, que considera as atividades e as funções urbanas (como indústrias e serviços) e as rurais (agropecuária), existindo, neste caso, a noção de oposição com limites rígidos e a idéia de continuidade, ou seja, de um espaço intermediário marcado pela mistura de características urbanas e rurais; tamanho e características demográficas, que considera o povoamento e a população, incluindo o volume total, a PEA (População Economicamente Ativa), a distribuição espacial, a densidade demográfica e as atividades dos residentes; e a delimitação do perímetro urbano, que se caracteriza por ser um critério político administrativo.

Nota-se portanto uma necessidade da definição de metodologias e critérios para a limitação do espaço rural com o intuito de se exercer o turismo rural de

maneira coerente. A concepção de espaço rural, neste trabalho, utilizará o conceito determinado nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, elaborado pelo Ministério do Turismo (s/ d), que considera que o meio rural como:

[...] baseia-se na noção de território, com ênfase no critério de destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, como o ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A importância da discussão da delimitação do espaço rural está na grande confusão que os especialistas de turismo vêem para classificar as tipologias de turismo no espaço rural, utilizando-se de inúmeros conceitos muitas vezes contraditórios. Discutir e entender o que significa espaço rural, permite uma maior compreensão do turismo a ser realizado nesse espaço.

2.2.1 Turismo no espaço rural

De acordo com o Ministério do Turismo (2003) o entendimento de turismo no espaço rural sugere um recorte geográfico, onde o turismo rural está inserido. O Ministério do Turismo (2003) considera a definição de turismo no espaço rural ou em áreas rurais, o conceito utilizado por Graziano da Silva (apud MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003), que afirma que:

Todas as atividades praticadas no meio não-urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural e turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

Como se denota nesta definição, o turismo rural se insere, assim como outras modalidades na tipologia maior de turismo no espaço rural. Isso reflete a iniciativa do Ministério de Turismo para o delineamento de conceitos para o melhor entendimento dos pesquisadores no País. No entanto, a maior parte da literatura corrente ainda não chegou a um acordo quanto a essas classificações, e como se poderá notar as

principais bases para a caracterização do turismo no espaço rural, estão representadas em algumas das tipologias apresentadas por Graziano da Silva.

Os primeiros relatos sobre a prática do turismo rural como atividade econômica remetem ao município de Lages em Santa Catarina, mais especificamente segundo Rodrigues (2001), na fazenda Pedras Brancas em 1986, onde os visitantes eram convidados a passar um dia no campo. Seguindo esse modelo, mais experiências surgiram na região sul e mais tarde no sudeste e recentemente no centro-sul.

Somente após o início da atividade de turismo rural, iniciou-se um estudo por parte da comunidade acadêmica no Brasil, que buscou por fontes internacionais, as quais foram encontradas principalmente na Europa.

Segundo Araújo (2000 p. 41):

[...] o turismo rural surgiu num primeiro momento entre os europeus e/ou americanos (sic), quando os fazendeiros começaram a hospedar caçadores e pescadores que chegavam na região para a temporada desses esportes e quando observado que existia uma grande demanda para essa atividade, os fazendeiros iniciaram a prestação de demais serviços para os hóspedes.

Infelizmente, a tentativa de se utilizar as classificações e nomenclaturas pré-existentes, provocaram um série de equívocos, segundo Rodrigues (2001), já que as realidades são muito diferentes e complexas, sendo que mesmo os europeus diferem nas modalidades do turismo no Espaço Rural, inexistindo afinidade na classificação.

Para Tulik (2003 p. 27):

Os diferentes critérios utilizados vêm resultando numa profusão de categorias não excludentes, tornando difícil a identificação dos diferentes tipos de turismo e, mais ainda, a conceituação de cada um deles. A confusão terminológica ocorre, ainda, pela variedade natural e cultural que se comunica às diferentes formas de turismo, principalmente àquelas relacionadas às motivações.

Esse desencontro de afinidades aliado à rápida expansão da atividade turística no meio rural levou a uma generalização de conceitos de turismo rural, onde a identificação de um modelo em específico, torna-se confusa e desafiadora.

Especificamente ao que se refere na classificação de turismo rural, a literatura apresenta uma discussão no tocante a definição do turismo no espaço rural, que

engloba uma série de atividades que não estão diretamente ligadas ao campo. Um dos exemplos é a prática do turismo de aventura, que pode tanto ser realizada em pequenas comunidades rurais e como também em áreas de florestas virgens. Para agravar ainda mais o quadro de desencontros, existe a grande extensão territorial brasileira, e as diferentes fases do processo histórico e econômico, que marcou diferentemente cada parte do território nacional.

Não é objetivo deste trabalho realizar um estudo de conceitos de turismo rural, nem realizar a criação de uma nova classificação, que iria sem dúvida, complicar ainda mais o já controverso campo das denominações.

Para iniciarmos qual será a interpretação sobre o que venha a ser o Turismo Rural, adotamos a linha de raciocínio de Rodrigues (2001), onde o turismo está contemplado não na relação dicotômica entre rural e urbano, mas que abrange a estrutura fundiária, atividades econômicas e modelos de empreendimentos. Mais especificamente este modelo de turismo está relacionado diretamente com as atividades agrícolas.

Corroborando com Rodrigues, o Ministério do Turismo (2003), através de suas diretrizes, considera como a definição oficial de turismo rural, aspectos em que se referem ao turismo, ao território, aos recursos naturais e culturais da sociedade ao afirmar que:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

O turismo rural se baseia em uma aplicação combinada da natureza, contato humano e cultura, com pretensões de benefício mútuo turista-residente e baixo nível de impactos, sendo em grande medida causador da implementação do ecoturismo, turismo étnico e o turismo cultural.

No conjunto geral é, porém, clara a tendência para o mundo rural se transformar em objeto de consumo para cidadãos, o que, embora criando oportunidades de desenvolvimento, coloca a economia rural numa posição de dependência crescente de fatores e atores exógenos. Além do mais, mostra que a nova identidade rural é na essência, moldada pelas procuras urbanas". (CRISTÓVÃO, 2002, p.107).

No mundo contemporâneo os novos movimentos e paradigmas ambientalistas enfatizando o retorno à simplicidade e à vida natural sem dúvida contribuíram para o fortalecimento do turismo rural no período de 1960 até hoje. (VERBOLE, 2002).

Ainda segundo Verbole (2002, p. 131):

[...] o turismo rural representa um interessante exemplo de aceleração da cultura, história, natureza, hábitos alimentares, lazer e outros. Processos tais como a globalização, aceleração, padronização e semelhantes têm resultado numa ampla mercantilização da ruralidade, enquanto que a qualidade de vida está muitas vezes associada à viver em contato com a natureza, ar puro, comida saudável, todos os ingredientes do imaginário rural.

Cristóvão (2002, p.91) afirma que o retorno 'à terra' insere-se num processo mais amplo de reação à globalização econômica e cultural e às suas referências como a Coca Cola e o "fast- food". Nesse sentido, ele afirma que:

O interesse pelos produtos agrícolas e agroalimentares típicos ou locais de qualidade tem vindo a aumentar na última década do nível da UE (...) sendo estes considerados uma possibilidade importante no quadro da diversificação da economia rural (...) a ascensão destes produtos resulta de uma crescente generalização das críticas ao modelo de agricultura produtivista, de constatação da existência de uma procura crescente de bens não uniformizados, com história e identidade próprias, mais seguros para a saúde, e do reconhecimento que tal procura abre oportunidades para o desenvolvimento das áreas rurais, sobretudo das que melhor souberam preservar sua cultura.

A análise dos autores apresenta uma tendência da sociedade contemporânea de desejo de retorno às raízes rurais, devido a toda uma crise que se convencionou chamar como o colapso da modernização¹⁰. No meio urbano ela é representada principalmente pela convulsão social das cidades, degradação ambiental e qualidade de vida precarizada, somada ao meio rural onde a agricultura produtivista, representada pelo agronegócio¹¹ exclui socialmente e impacta negativamente a natureza.

Sinalizando na mesma direção, Carneiro (1998, p. 57), afirma que:

¹⁰ Título da obra de Robert Kurz (1991), onde o autor apresenta a atual situação mundial e as perspectivas negras que estão reservadas a todos os países do globo, sem exceção, caso o atual sistema de troca de mercadorias (capitalismo) insista em se perpetuar.

¹¹ Segundo Fernandes (s/d, p.1) "agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista". Este tema será tratado especificamente no capítulo da Questão Agrária.

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida nos grandes centros. O contato com a natureza é, então realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos "purificadores" do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência

Nesse sentido, a opção pelo turismo no espaço rural, conforme mencionado de Graziano da Silva (1996), representado pelo turismo rural e outras modalidades complementares, apresentam um grande potencial de expansão, na medida em que proporciona aos cidadãos a volta às raízes e saída temporária do caos urbano, e ao mesmo tempo, se insere numa lógica mais saudável e ética da agricultura familiar, atuando como um elemento não-agrícola das atividades agrárias do meio rural brasileiro. Uma discussão sobre a questão agrária brasileira será vista com mais elementos num capítulo à parte.

2.2.3 Os elementos do Turismo

Produto turístico é o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo. Segundo Lage e Milone (1991), o produto turístico pode ser definido como um produto composto pelos seguintes componentes: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento.

Para um entendimento melhor, o produto turístico deve ser analisado também em termos de suas atrações, suas facilidades e acessibilidades. As facilidades são os elementos do produto turístico que não geram normalmente os fluxos do turismo, mas a ausência das mesmas pode impedir os turistas de procurarem as atrações. A acessibilidade, por sua vez, inclui o transporte para a atração e, principalmente, as vias de comunicação para que o turismo possa ser realizado.

O "produto turístico", segundo Araújo (2000), pode ser entendido como o conjunto de equipamentos e serviços turísticos, atrações, acessos e facilidades colocadas no mercado à disposição de turistas, atendendo as suas solicitações ou de conhecer outros lugares.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (s/d, p.25), o produto turístico é:

Aquilo que é oferecido aos turistas incluindo atrações, diversões, museus, paisagens, festivais e necessidades tais como refeições, alojamento, transportes e serviços de guias.

Lage e Milone (1991, p. 50), encaram o produto turístico como oferta turística que por elas é definida como:

[...] o conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região, assim como de todos os produtos turísticos à disposição dos consumidores para satisfação de suas necessidades.

Pode-se observar a clara importância de se formatar o produto turístico. Definir os atrativos turísticos dispostos à visitação, contemplação e/ou experimentação, permite definir uma categoria de turistas que almejam tal experiência. Definir sobre as formas de acesso, hospedagem e alimentação permite direcionar-se a atração turística a um determinado mercado consumidor. Na próxima seção será tratado especificamente sobre elementos principais que caracterizam qualquer atividade econômica: oferta e demanda.

2.2.3.1 Oferta

Para melhor entender um turismo como um produto de consumo, deve-se compreender a relação econômica que o mesmo tem com o mercado, e com os demais bens e serviços que o compõem.

A oferta é representada pela quantidade de um bem/serviço que se produz e se oferece ao mercado, por um determinado preço e em um determinado período de tempo. Fatores que podem influenciar a oferta: preço do bem/serviço em questão; tecnologia; condições de clima; suprimento dos insumos de produção. (SANDRONI, 1994).

Assim sendo, o conjunto de elementos que formam o produto turístico é o que denominamos de "oferta turística", ou seja, é o que se oferece ao turista, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades. (ARAUJO, 2000).

Para Lage (1991), pode-se classificar a oferta turística em três categorias:

- a) atrativos turísticos – todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los. Os principais tipos de atrativos:

- a1) os recursos naturais, tais como: vegetação fora do comum, vida selvagem, cavernas, montanhas etc.;
 - a2) os recursos históricos/culturais, tais como: locais arqueológicos, históricos e religiosos, edifícios com uma arquitetura peculiar, museus, estilo de vida, etnias, entre outros;
 - a3) as realizações técnicas–científicas contemporâneas, tais como: artesanato contemporâneo e tradicional, arqueologia industrial, atividades econômicas contemporâneas e tradicionais entre outros;
 - a4) os acontecimentos programados, tais como: festivais culturais, belas artes, dança, música, feiras de exposições, campeonatos esportivos entre outros.
- b) equipamentos e serviços – também denominada “super-estrutura” pois inclui as principais instalações de superfície, o conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Os atrativos naturais e culturais, pouco valem se não contarem com o que a OMT denomina de facilidades turísticas, tais como:
- b1) os meios de hospedagem;
 - b2) os serviços de alimentação;
 - b3) os entretenimentos;
 - b4) outros equipamentos e serviços turísticos (operadoras e agências de viagens, transportadoras turísticas, postos de informação, locadora de imóveis, locadora de veículos, casas de câmbio, representações diplomáticas, entre outros).
- c) infra-estrutura de apoio turístico – ou simplesmente “infra-estrutura”, composta de todas as construções subterrâneas e de superfície. É formada pelo conjunto de edificações, instalação de estruturas físicas e de bases que proporcionam o desenvolvimento da atividade turística, tais como:
- c1) as informações básicas do município;
 - c2) os sistemas de transportes;
 - c3) os sistemas de comunicações – agências postais e telegráficas, postos telefônicos;
 - c4) outros sistemas – saneamento, água, gás, eletricidade;

- c5) sistemas de segurança – delegacias de polícia, postos de polícia rodoviária, corpo de bombeiros entre outros;
- c6) o equipamento médico hospitalar – pronto-socorros, hospitais, clínicas, maternidades entre outros.

As atividades turísticas no meio rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; e outras atividades complementares desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

A figura 1 apresenta o turismo como um sistema integrado, que pode ser visto em termos de procura e oferta. Segundo a OMT (s/d.) a procura se dá ao nível de mercado de turismo doméstico e internacional. A oferta inclui transporte, atividades, atrações e instalações turísticas, serviços e infra-estrutura relacionada, bem como divulgação e promoção.

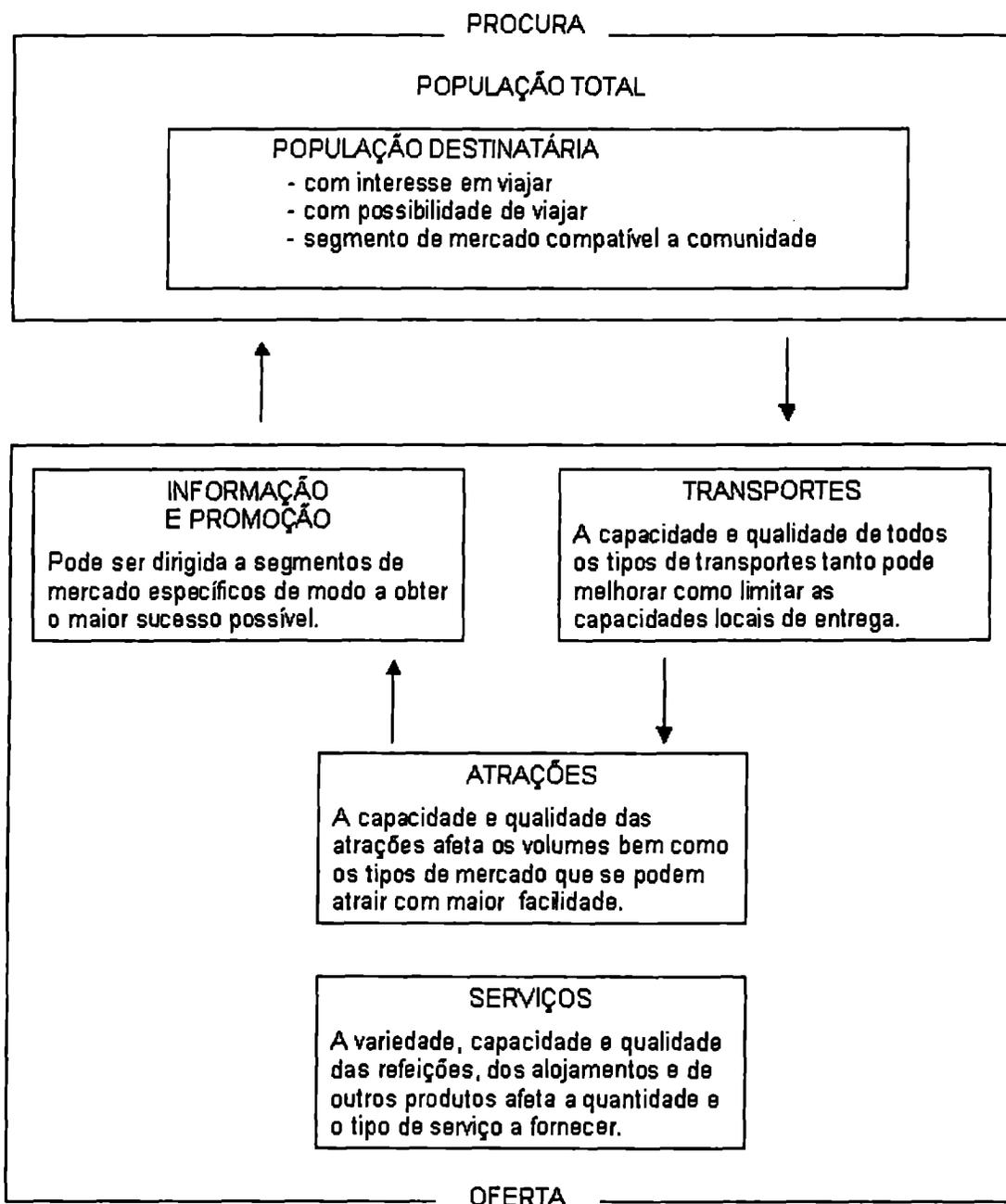


FIGURA 1 – Oferta e procura de turismo: modelo

Fonte: Manual de municipalização do turismo (EMBRATUR, 1993)

Os elementos que compõe a oferta permitem visualizar o produto turístico. Segundo a OMT (s/d.) são quatro grandes categorias que devem estar integradas para desenvolver a atividade turística: informação e promoção; transportes; atrações e serviços. Possuir uma ou duas das categorias apresentadas, e ignorar algum outro requisito pode comprometer a demanda de visitantes do local, já que são categorias que se complementam.

2.2.3.2 Demanda

Um aspecto fundamental no planejamento turístico¹² é o conhecimento da demanda. A análise da demanda e de suas correlações com a oferta turística implica no conhecimento de sua estrutura, sua evolução e suas tendências futuras (OMT, s/d.).

A demanda pode ser entendida como “procura”, ou seja, a quantidade de um bem/serviço que os consumidores estejam dispostos a adquirir a um determinado nível de preço e a um dado momento, explicando assim o comportamento de um consumidor individualmente, dependendo de fatores como preferência do consumidor, se esta mudar, muda conseqüentemente a demanda do bem/serviço em questão; poder de compra, sem o qual a demanda inexistiria economicamente; preço de bens/serviços substitutos e complementares; preço do bem/serviço em questão; qualidade; expectativas do consumidor quanto a sua renda e preços (SANDRONI, 1994).

O manual de municipalização do turismo da Organização Mundial de Turismo chama a atenção para uma análise segmentada da demanda, apresentando diversos tipos de segmentação (OMT, s/d.). A principal é a que divide a demanda em efetiva e potencial.

Demanda efetiva é aquela que já ocorre naturalmente dentro dos atuais esquemas de oferta e promoção turística. Já a demanda potencial é aquela que ainda não ocorre efetivamente, mas poderá vir a ocorrer, se um ou mais fatores impeditivos forem eliminados. Esses fatores impeditivos podem ser dificuldades de acesso, inexistência de facilidades turísticas, custo incompatível com o poder aquisitivo do consumidor e desconhecimento por parte do consumidor do produto turístico.

Além disso, apresenta que pode haver segmentação da demanda quanto à distância do mercado consumidor e quanto ao nível de renda e consumo da demanda. A importância da segmentação da demanda está na verificação daqueles segmentos de maior poder de demanda e a adequação da oferta à realidade local, para se elaborar uma estratégia mercadológica (OMT, s/d).

¹² Segundo a OMT (s/d.) o planejamento do turismo leva em conta todos os componentes relevantes do turismo, bem como o planejamento da utilização do espaço físico, que se caracteriza na realização das seguintes etapas: preparação do estudo, determinação dos objetivos, a caracterização da demanda e caracterização da oferta.

Para Lage e Milone (1991), inúmeros fatores da economia, afetam a demanda turística como um todo. Os principais são:

- a) preços dos produtos turísticos, sendo que quanto mais alto for o preço dos produtos menor será a quantidade demandada e vice-versa;
- b) preços dos outros bens e serviços porque se o preço do produto turístico for relativamente menor do que os preços dos outros bens e serviços concorrentes, o consumidor racional demandará mais aquele;
- c) nível de renda dos turistas porque quanto mais alto o poder aquisitivo dos turistas, maior será o montante de produtos turísticos demandados;
- d) gosto dos turistas, uma mudança nos gostos dos consumidores de produtos turísticos afeta a procura dos mesmos, e por isso consideramos que os gostos permanecem constantes em um determinado período de tempo.

Denota-se que o estudo da demanda toma papel importante na formatação do produto turístico, porque dele se extrai informações estratégicas para a construção do perfil dos visitantes atuais e principalmente daqueles em potencial. Impedindo o desgaste com esforços em se atingir uma determinada classe de visitantes que não estão dispostos a demandar seu tempo e recursos, com essa determina atração em particular.

2.3 Impactos do turismo rural

Ainda devido a precoce adoção do turismo por propriedades agrícolas, não se sabe ao certo quais as possíveis conseqüências que esta atividade pode vir a acarretar aos locais onde for implantada. Porém, segundo Araújo (2000, p. 55), deve-se ter em mente alguns princípios básicos na prática do turismo no espaço rural, tais como, ter uma identidade própria respeitando as características peculiares a cada local; realizar a atividade de forma espontânea; preservar a harmonia ambiental evitando modificações desnecessárias no ambiente natural; realizar a divulgação das tradições e realizar um contato entre o visitante e os costumes originais da localidade, como a culinária, artesanato, entre outras ao mesmo tempo em que realiza um atendimento familiar, diferenciando-se assim dos demais modelos de turismo.

Em qualquer lugar onde haja uma atividade turística ela irá gerar uma variedade de impactos econômicos, os quais podemos classificar em:

- a) impactos diretos - o total de renda criada nos setores turísticos como resultante direta da variação dos gastos com esses produtos;
- b) impactos indiretos - o total de renda criados pelos gastos dos setores do turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia;
- c) impactos induzidos - à medida que os níveis de renda aumentam em toda a economia, como resultado dos impactos diretos e indiretos das variações dos gastos turísticos, parte dessa renda adicional será gasta em bens e serviços produzidos internamente e representa o chamado impacto induzido.

É preciso ter claro, no entanto, que os impactos econômicos não são os únicos a serem percebidos com a realização do turismo. A seguir, serão apresentados, segundo a literatura corrente, os principais impactos positivos e negativos advindos com a atividade do turismo no espaço rural.

2.3.1 Impactos positivos do turismo rural

Segundo o Ministério do Turismo (2003), a prática deste modelo de turismo no Brasil e em outros países, vem proporcionando benefícios, como a diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; uma melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística; diminuição do êxodo rural; promoção de intercâmbio cultural; conservação dos recursos naturais; reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; geração de novas oportunidades de trabalho; melhoramento da infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento; criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais; melhoria de equipamentos e dos bens imóveis; integração do campo com a cidade; agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; promoção da imagem e revigoração do interior; integração das propriedades rurais e comunidade; valorização das práticas rurais, tanto sócias quanto de trabalho; e resgate da auto-estima do campesino.

Para Lage e Milone (1991) o turismo aumenta a renda do lugar visitado via entrada de divisas¹³; o turismo estimula os investimentos e gera empregos; o turismo serve como meio de distribuição de riquezas.

Toresan et al. (2002) consideram impactos positivos do turismo:

[...] melhoria do nível de renda; valorização das pessoas; abertura de novos horizontes/possibilidades; maior união da família e ambiente mais alegre em casa; troca de experiências com os visitantes; melhoria na posição social perante a comunidade; ocupação da mão de obra ociosa; substituição do trabalho árduo na lavoura.

Não se pode negar os benefícios que a exploração do turismo proporciona para as comunidades rurais. Desde experiências com os visitantes, possibilidades de desenvolvimento local, agregação na renda do agricultor, entrada de divisas para a região dentre outros tantos citados. Porém, um estudo da literatura corrente sobre o turismo rural, considera que os aspectos positivos da atividade turística rural tem tido maior destaque em detrimento dos aspectos negativos. Partindo-se de uma proposta de sustentabilidade turística, é preciso reconhecer também os aspectos negativos que podem vir a ocorrer conjuntamente com o turismo, e a importância de se destacá-los está na possibilidade da comunidade local poder optar pela exploração da atividade turística de maneira fundamentada, tendo conhecimento de seus possíveis vieses, que serão trabalhados na próxima seção.

2.3.2 Impactos negativos do turismo rural

Não só de ganhos está composto o quadro de exploração turística no meio rural, existem os impactos ditos como negativos, e que de certa forma podem precipitar de forma indesejável o desmonte da cultura campestre.

Alguns desses impactos são, segundo Lage e Milone (1991):

a) pressão Inflacionária: o turista tem normalmente uma capacidade de gastar mais que os residentes seja porque dispõem de um poder aquisitivo maior, seja porque poupam para as viagens e sintam maior inclinação para isso por

¹³ A razão entre o montante de divisas gastas em importações para o apoio ao turismo e as exportações turísticas é denominada de razão de reflexão do turismo. E, em alguns países, essa razão é tão alta que os governos começam a duvidar da conveniência e eficiência da utilização do turismo como fonte principal, muitas vezes única na obtenção de divisas estrangeiras. (LAGE; MILONE, 1991)

estarem gozando de uma situação de férias. Conseqüentemente, por serem capazes de pagar e por necessitarem dos produtos fazem com que os seus preços, bem como os dos demais bens e serviços existentes na região, sejam elevados durante a temporada turística. Essa pressão inflacionária é prejudicial às populações das regiões turísticas porque a alta dos preços, no geral, atinge também bens e serviços de primeira necessidade: alimentação, habitação, transportes, vestuário entre outras. (p.96);

b) a grande dependência com relação ao turismo: as comunidades, ao verificarem que o turismo pode sim ser uma fonte de recursos de importância, podem tender a transformá-la na principal atividade geradora de divisas, criando uma dependência "perigosa", já que o fluxo turístico pode ser muito instável; os custos sociais e ambientais: com o crescimento da visitação nas pequenas comunidades, inicia-se um processo muito grande de desmonte de tradições e a destruição de ambientes naturais que antes permaneciam intocados;

c) as prioridades de investimentos: isso pode ocasionar o desvio de verbas que em primeiro momento seriam para a comunidade, mas acabam sendo aplicadas em infra-estrutura para visitantes, que não demandam de fluxo constante e acabam gerando a criando estruturas que são semi-utilizadas, nesse contexto deve ter muito cuidado nos investimentos, para que os mesmos sejam de utilidade dupla, para os visitantes, mas principalmente para a população local.

Toresan et al. (2002) consideram impactos negativos do turismo:

[...] sobrecarga de trabalho, especialmente nos finais de semana e em datas festivas; falta de tempo para visitar parentes e vizinhos; inveja por parte de membros da mesma comunidade; falta de cuidado e zelo pelas coisas por parte das pessoas que visitam o empreendimento; falta de apoio do poder local; custos elevados de manutenção da atividade; interrupção na rotina de produção.

Talvez o maior problema da adoção do turismo como uma atividade estratégica seja justamente os impactos no modo de vida das populações camponesas, que alteram seu cotidiano, e em prol de um maior ganho financeiro, deixam de lado os costumes e tradições, para atender as exigências dos visitantes.

2.4 O processo de comercialização do turismo no espaço rural

Ao ser visto como uma mercadoria passível de ser comercializado, o turismo transformou-se num produto que passou a exigir todo um instrumental de vendas comum a outros negócios, guardadas às suas particularidades.

Hoje, qualquer produto/serviço que queira entrar no mercado, necessita construir uma imagem forte perante os consumidores, onde a propaganda em nenhum outro momento da história deteve tanto poder de persuasão e controle sobre as atitudes da população. E a atividade de turismo no espaço rural também fica dependente deste novo modelo de comercialização.

Os empreendimentos de turismo se valem do imaginário que cada um tem sobre o espaço rural, mesmo que a idéia de rural não corrobore com a realidade, porque o inconsciente está carregado de simbolismos e imagens que constroem uma concepção própria de cada um sobre o que é o espaço rural e com as pessoas que nele vive se relacionam.

Para Martinelli (2001, 156):

[...] hoje, o turismo, com uma ansiedade cada vez maior, mediante os agentes promotores do espaço turístico, ao ir ao encontro das imagens que se formam na mente dos indivíduos, fruto de suas fantasias, na busca de satisfazer a necessidade de viajar fabricada pela sociedade contemporânea, coloca nas mãos do interessado uma variada gama de produtos de consumo visual [...]

Fica claro a importância da imagem para o consumidor, que ao buscar o rural como um espaço de placidez, não espera encontrar as dificuldades e pormenores pelos quais o camponês, tem que conviver diariamente. Talvez isso explique porque os hotéis fazendas consigam vender tão facilmente a idéia errada sobre o homem do campo.

Segundo Joaquim (2001), a idéia da existência de viajantes realmente interessados e participativos para com a cultura local, seria um modelo de turista ideal, que talvez tivesse existido somente no início do ciclo turístico, mas que agora já partiu para outras descobertas.

Pode-se afirmar que a tomada do espaço rural para satisfazer as necessidades de ócio e lazer da sociedade urbana tem potencializado enormemente

o turismo nestes locais, não de maneira massiva, como ocorre nas regiões praianas, mas de uma maneira que se adapte as características do rural. (SILVEIRA, 2001)

Para Verbole (2002, p.128):

Os turistas em busca de uma experiência rural 'autêntica', por exemplo, podem ficar fortemente desapontados. Nos países europeus altamente desenvolvidos e industrializados é bem possível que os turistas encontrarão uma 'realidade rural' na forma de fazendas fortemente modernizadas, equipadas lava-louças e antenas parabólicas, fazendas nas quais as vacas são geneticamente geradas para uma maior produção de leite em detrimento de seu apelo físico, e onde os agricultores precisam comprar os produtos agrícolas para seu próprio consumo no comércio local. Uma realidade bem distante da percepção nostálgica do imaginário rural que os cidadãos urbanos têm da vida rústica nas comunidades rurais.

O imaginário rural que segundo Verbole (2002), conjuntamente com a nostalgia dos consumidores é facilmente explorada de forma econômica pelos "marqueteiros", de maneira a ajudar as comunidades rurais a transformar seu produto ou para promover o turismo rural, onde na Europa já está se observando a ocorrência da massificação deste modelo de turismo.

Para Magro (2002) o problema se resume em parte na questão de como saber o que as pessoas querem ver ou saber como elas vão se sentir. Esta é a resposta difícil, pois cada pessoa tem gostos e preferências distintas. Há dois tipos perfil que sempre irão existir e é um desafio lidar com os dois de maneira adequada. Um dos princípios básicos compreender que algumas pessoas ficarão satisfeitas somente com a visualização de uma paisagem, enquanto que outras vão querer ter uma experiência naquela paisagem, visitando-a.

Segundo as diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural elaboradas pelo Ministério do Turismo (2003), o valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural, contempla as seguintes características: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificada pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.

Segundo Verbole (2002 p. 122):

[...] a crença generalizada que a paisagem rural, a natureza com o seu verdor e beleza "intocados", a paz e o silêncio, a tranquilidade, a vida bucólica e idílica longe do mundo artificial, a comida natural e saudável, o lazer e a socialização, compõe os ingredientes do imaginário rural.

Estes elementos que compõem o imaginário rural, podem ser considerados como um dos principais motivos pelo qual o turista busca o retorno a terra, já que eles estão à procura de experiências e significados não disponíveis em sua realidade. (GRABURN; MOORE apud VERBOLE, 2002). A seguir serão trabalhados os principais elementos com o intuito de se definir teoricamente em que bases atuam o turismo no espaço rural e entender sua complexidade.

2.4.1 A paisagem rural

Para a determinação sobre o que venha a ser a paisagem rural, é preciso antes, dar as bases conceituais para a determinação de paisagem, que perpassa obrigatoriamente sobre a percepção da paisagem, já que a percepção está sempre presente em toda e qualquer atividade humana.

Para Pires (2001, p. 118) o ser humano percebe e vivencia as paisagens e a elas atribui significados e valores. O autor afirma que:

A percepção da paisagem é, portanto, influenciada pelas próprias características fisiológicas do ser humano, pelo seu caráter e personalidade e, também, por suas influências sociais e culturais.

Ressalta também que a relação sensorial entre o homem com a paisagem não é só visual, outras impressões sensoriais repletas de conteúdo espacial e temporal, como ruídos, sons, odores e temperaturas estão também presentes na paisagem (PIRES, 2001).

Bombim (apud PIRES, 2001), apresenta os seguintes elementos básicos da percepção humana: paisagem, que é compostas de formas naturais e humanizadas; visibilidade, que é a zona física de visão entre o observador e a paisagem; o observador, que é o agente da observação; e a interpretação, que é a análise realizada pelo observador sobre o conteúdo e o significado da cena observada.

Jordana (apud PIRES, 2001) afirma que o termo paisagem pode agregar em torno de si, três dimensões conceituais: as dimensões estéticas ou visuais, relacionadas aos aspectos sensitivos e perceptivos do ser humano; a dimensão cultural que considera a intervenção humana, onde muitas paisagens são testemunhos da história; e dimensão ecológica (ou ecológico-geográfica), que

considera a paisagem como um conjunto de inter-relações dos componentes da natureza.

Denota-se com a fala e as idéias dos autores apresentados o porque que a paisagem pode e deve ser considerada como um recurso a ser trabalhado pelo turismo rural. Especificamente a paisagem rural, onde a intervenção humana esta subtendida para a própria sobrevivência, a paisagem se torna um elemento componente a mais a ser tratado nos recursos naturais.

De acordo com Magro (2002 p. 144):

A paisagem é determinada por atributos naturais da geomorfologia, clima, uso da terra, e também pela própria percepção do que vemos [...]. A paisagem pode ser definida de acordo com seus componentes naturais, atributos humanos e qualidades estéticas.

Para Pires (2001), o espaço rural brasileiro apresenta duas variáveis que podem ser determinantes na diferenciação e caracterização de sua paisagem: a topografia e o uso do solo associado ao seu caráter sócio-cultural.

No que se refere à topografia, apresentam-se duas configurações básicas no espaço rural brasileiro: uma representada por relevos predominantemente planos a suave-ondulados, e outra por relevos movimentados formados por vales e elevações com declividades mais acentuadas. (PIRES, 2001).

No tocante ao uso do solo, Pires (2001, p. 124) afirma que:

[...] têm-se três situações: a primeira onde se verifica o aspecto extensivo do referido uso (normalmente pastagens naturais); a segunda, o aspecto intensivo (monoculturas, latifúndios) – em ambos os casos notabilizando-se a monotonia paisagística –; e a terceira, o aspecto diversificado desta (pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas comerciais e de subsistência, com presença de traços étnico-culturais marcantes), nesse caso notabilizando-se a diversidade paisagística.

Nesse momento, uma rápida ligação com a questão agrária brasileira, apresenta como o desenvolvimento de pequenas propriedades, representado pela agricultura familiar, possui mais uma vantagem sobre o latifúndio brasileiro, através do que Pires denomina de diversidade paisagística.

Nesse sentido de diversidade paisagística, Pires (2001, p. 129) afirma que:

O espaço rural brasileiro reserva um potencial paisagístico vastíssimo, resultante da feliz superposição de três fatores fundamentais: a grande extensão territorial, a diversidade dos ambientes naturais que lhe servem

de entorno e suporte e o notável matizamento cultural disseminado em todas as regiões. Algumas ocorrências e manifestações comuns ao cotidiano de várias regiões rurais e que submetidas à percepção turística adquirem o mérito de singularidade.

Todos estes elementos só têm a agregar a atividade turística no espaço rural, que de maneira alguma se resume a uma determinada paisagem, mas sim detêm um vasto perfil de ambientes, os quais o visitante pode escolher o que melhor se identifica com ele.

O autor ainda apresenta os seguintes exemplos:

- a) terras cultivadas, mosaicos verdes;
- b) obras antigas de engenharia como roda água, ponte pênsil;
- c) moradias com estilos arquitetônicos etnicamente representativos;
- d) benfeitorias rústicas como, fornos, estábulos, muros de pedra entre outros;
- e) instalações tradicionais típicas como moinhos, ferrarias, adegas, alambiques;
- f) aldeias, povoados, paragens remotas;
- g) travessias, pontes, caminhos antigos;
- h) edificações, monumentos, fortificações, igrejas e templos históricos ou antigos.

A paisagem, portanto, apresenta elementos de uma grande riqueza para o desenvolvimento do turismo. E, de acordo com a tipologia a ser explorada, a inter-relação de modalidade de turismo e paisagem devem ser coerentes para proporcionar ao turista, experiências e significados autênticos.

2.4.2 Patrimônio cultural

O patrimônio cultural contempla os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais representadas pelo folclore, trabalhos manuais, "causos", gastronomia, etnias, produtos rurais entre outros.

O resgate dos fatores culturais também faz parte do imaginário rural. É o patrimônio cultural que representa os hábitos da gente do campo. Este é um ponto que tem causado muitas controvérsias no desenvolvimento do turismo rural. Quando se imaginam espaços rurais, geralmente se pensam em condições muito mais

singelas do que nas cidades, valorizando o sentimento de nostalgia, de uma volta ao passado.

Segundo Verbole (2002 p. 129):

A busca por autenticidade muitas vezes conduz à chamada museologização das áreas rurais. Muitas vezes as comunidades hospedeiras e os agentes do turismo procuram amoldar as ilusões e expectativas dos turistas acerca da vida rural, e fantasiam suas atividades para satisfazer os turistas.

É a já citada busca pelo imaginário rural, que espera através de um apelo bucólico, atrair o turista de volta às raízes rurais, transformando o espaço rural como uma entidade atemporal que não se desenvolve com a sociedade.

Para Pires (2001, p. 130):

Com a constatação de que o meio rural em muitas regiões está passando a receber novas atividades, e incorporando estruturas destinadas à produção de bens e serviços não agrícolas, entre eles os voltados para o lazer e o turismo, passamos a conviver com a seguinte contingência: o apelo bucólico que é próprio do meio rural tradicional essencialmente agropastoril e que é turisticamente tão determinante continuará a vigorar com a incorporação desses novos elementos?

Nesse sentido, Nogué i Font (apud PIRES, 2001, p. 130), afirmam que:

Conservar a autenticidade da paisagem não significa mantê-la estática ou fossilizada, pois a paisagem é em si dinâmica e constitui o resultado de uma tensão dialética contínua entre elementos abióticos, bióticos e humanizados. Trata-se, portanto, de conservar a originalidade de seus elementos constituintes sem questionar o seu dinamismo, preservando assim o caráter do lugar.

Esse debate que vem tendo os especialistas sobre a questão de autenticidade do espaço rural, é uma questão a ser levada em consideração devido ao modelo de desenvolvimento a ser seguido para o turismo rural. Muitas vezes se formata um modelo de turismo que punem as famílias camponesas a se manterem nos campos do atraso para gerarem um ambiente que agrada aos mais nostálgicos turistas. Como afirmam Nogué i Font (apud PIRES, 2001), trata-se de conservar a originalidade sem questionar o dinamismo. Isso ainda mais se tratando da agricultura brasileira, que vem passando por drásticas transformações, e que exige dos agricultores a adoção de novas formas de produção e organização.

2.4.3 Produção agropecuária

Ao mesmo tempo em que a paisagem rural está relacionada com tranquilidade, ela também não deve deixar de lado todo um ideário de produção e trabalho ao qual o homem do campo sempre esteve ligado e também dependente. Para o Ministério do Turismo (2003) a produção agropecuária é a existência de ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições, pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida, considerados típicos de cada população rural.

Segundo o Ministério do Turismo (2003) a prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como o manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural, e conseqüentemente, valoradas por isso.

Nesse sentido, a manutenção do homem no campo com a autenticidade perpassa obrigatoriamente pela produção agropecuária, mesmo que de subsistência. Dessa forma o agricultor pode produzir boa parte de seus alimentos de acordo com as tradições rurais e ao mesmo tempo agregar valor na sua pequena produção, através da venda direta de produtos in-natura e artesanalmente produzidos para o turista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delineamento da pesquisa

O trabalho teve como objetivo analisar a viabilidade de implantação de uma unidade de turismo no espaço rural no assentamento “Conquista na Fronteira”, em Dionísio Cerqueira, extremo oeste catarinense. Para tanto, será delineada a metodologia utilizada para a realização deste trabalho.

Para a classificação da metodologia utilizada, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (1997), que qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, o projeto realizado pode ser considerado como exploratório e descritivo. Para Triviños (1987, p. 109):

o estudo exploratório permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma questão norteadora e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para planejar uma pesquisa descritiva.

No presente projeto, o problema de pesquisa ou questão norteadora é: Como viabilizar a atividade turística sustentável no assentamento da reforma agrária “Conquista na Fronteira”?

A etapa exploratória foi necessária para a busca de informações, contextualização do tema e a sua sistematização no que se refere ao debate das idéias a respeito do turismo, turismo no espaço rural, questão agrária brasileira, movimentos sociais no campo, para então prosseguir com a análise de uma unidade turística no assentamento “Conquista na Fronteira”.

A etapa descritiva expôs características de determinada população, conforme os objetivos do trabalho. Foram utilizadas metodologias discutidas na revisão da literatura, para a descrição dos inúmeros recursos do assentamento.

Além destas características apresentadas por Vergara (1997) este estudo teve caráter “integracionista”, pois tem como prática principal de trabalho, construir um debate integrado entre a universidade e a comunidade participante do projeto para a alteração da realidade estudada. Nesse sentido, é preciso destacar, que a

integração entre a universidade e a comunidade ocorreu de diversas formas em diferentes momentos, com a presença dos pesquisadores na comunidade, ou com a presença da comunidade na universidade.

O presente projeto é decorrente de outro projeto de extensão, vinculado ao NINEIT – Núcleo de Estudos da Inovação e do Trabalho, realizado de março a dezembro de 2003, intitulado “Diagnóstico e Gestão Organizacional em Unidades Produtivas nos Assentamentos da Reforma Agrária em Santa Catarina”, que proporcionou um retrato das cooperativas visitadas e deu origem ao projeto de Turismo, realizado neste ano de 2004.

Cabe salientar aqui, que a metodologia respeitou as características inerentes da organização em estudo, que faz parte de um todo maior, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os membros do Movimento possuem como prática de trabalho a construção coletiva de suas decisões. Portanto, toda e qualquer sugestão foi discutida e colocada em votação com todos os participantes da direção do assentamento.

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa de campo, pois é uma investigação empírica realizada onde ocorre o fenômeno. Foram realizadas diversas visitas *in loco* em empreendimentos pertinentes ao projeto, ou seja, aqueles que possuem alguma relação com turismo e/ou questão agrária e entrevistas com agentes e/ou organizações que possuem contato direto com o assunto pesquisado.

Por se tratar de uma pesquisa que se fundamentou em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos, a pesquisa se caracterizou como predominantemente qualitativa (CHIZZOTTI, 2001).

Neste momento, é importante destacar os sujeitos de pesquisa do presente projeto. Deslandes (apud MINAYO, 2002), sugere uma questão norteadora que deve ser realizada para a definição dos sujeitos de pesquisa: “Quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?”. Segundo Vergara (1997), os sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados que se necessita.

Para a presente pesquisa que trata de viabilizar um projeto de turismo rural sustentável, o sujeitos da pesquisa foram professores especialistas da área de turismo e turismo rural, representantes de organizações do setor turístico, tanto a

nível governamental quanto de profissionais autônomos, proprietários de empreendimentos do setor turístico-rural e os membros do assentamento "Conquista na Fronteira".

3.2 Coleta de dados

Foi utilizada a coleta de dados qualitativos, conforme orientação de Chizzotti (2001, p. 15), que também afirma que "os dados são colhidos, iterativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos". Nesta dinâmica, o pesquisador participa, compreende e interpreta o fenômeno estudado.

Os dados primários foram coletados na pesquisa de campo por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturada e não estruturadas com pesquisadores, especialistas em turismo rural, representantes de órgãos financiadores e fomentadores da atividade turística e associações representantes de organizações. Há um roteiro de tópicos relativo ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser (LAKATOS; MARCONI, 1990).

Além disso, foi aplicado um diagnóstico sócio-cultural (apêndice A) aos assentados de Conquista na Fronteira. É preciso destacar que diante da impossibilidade da aplicação do diagnóstico diretamente pelos pesquisadores, em função da insuficiência de tempo para essa atividade, foram enviados via correio 2 tipos de questionários (um diagnóstico sócio cultural e um questionário direcionado à demanda), além de um roteiro de perguntas (apêndice B) sobre os recursos naturais do assentamento. Apenas foram remetidos de volta o diagnóstico sócio-cultural e o roteiro de perguntas. O questionário sobre a demanda não pôde ser utilizada para o presente trabalho, em virtude dos prazos de entrega, mas espera-se analisa-los a tempo para o relatório final do projeto de turismo. Foram entrevistadas as seguintes pessoas:

- Professor Lauro Mattei – Departamento de Economia/UFSC;
- Professor Eduardo Yázigi – Departamento de Geografia/USP;
- Professor Bastian Philipi – Instituto de Economia/UNICAMP;
- Professora Maria Teresa Luchiari – Instituto de Geociências/UNICAMP;

- Professor José Graziano da Silva – integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Raimundo Pires da Silva – Superintendente Regional do INCRA – São Paulo;
- João Paulo Lajus Strapazon – Superintendente Regional do INCRA – Santa Catarina;
- Márcia – membro da Secretaria Estadual do MST – São Paulo;
- Rodrigo Lopes – membro COCEARGS – Rio Grande do Sul;
- Milan, Dilso, Ravanelo – membros da Secretaria Estadual do MST – Santa Catarina;
- João de Amorim – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Dionísio Cerqueira/SC;
- Marcelo Basso Donatti – membro da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Dionísio Cerqueira/SC e biólogo especialista em gestão ambiental em municípios;
- Eugênio Lazarotto – Secretário de Saúde de Barracão/PR, ex-Secretário de Turismo de Barracão/PR;
- Alexandre Tadeu Câmara – Secretário de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Chapecó/SC;
- Joice Maria Berta – membro do Departamento de Turismo de Chapecó/SC;
- Neno Bonetti – coordenador da Associação Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima/SC;
- Famílias integrantes das experiências visitadas em Joinville/SC, Santa Rosa de Lima/SC, Chapecó/SC, Nova Santa Rita/RS, Viamão/RS e Charqueadas/RS;
- Conselho Diretor do Assentamento Conquista na Fronteira;
- Famílias assentadas de Conquista na Fronteira;

Na execução do presente projeto, a observação direta foi um meio bastante utilizado, dado que a pesquisa de campo sugere tal fato. Consiste em uma técnica de coleta de dados com o intuito de se obter dados e informações, utilizando-se dos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não se limitando apenas em ver e ouvir, mas sim em examinar os fatos e fenômenos que se deseja

estudar. Para Chizzotti (2001) o registro dos dados pode ocorrer no ato, observando-se diretamente, no momento em que ocorrem. Deste modo, pôde-se observar os eventos no contexto em que se deram e observar a relação com outros atos e as circunstâncias que influenciaram a sua ocorrência, e permitir uma análise mais compreensiva dos dados.

Durante a realização do projeto foram visitados os seguintes empreendimentos, no Estado de Santa Catarina, que realizam atividades turísticas no espaço rural: Estrada Bonita – Joinville; Associação Acolhida na Colônia – Santa Rosa de Lima e Rotas do Agroturismo – Chapecó. Estes empreendimentos foram selecionados pelos pesquisadores pelos seguintes motivos:

- a) Estrada Bonita (Joinville/SC) – os pesquisadores, acompanhados da professora orientadora, participaram do IV CITURDES (Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável), realizado na cidade de Joinville de 12 a 15 de maio de 2004, que além de realizar palestras e debates a respeito do tema, realizou também Grupos de Trabalho com saídas de campo para visitação e discussão na Estrada Bonita;
- b) Associação Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima/SC) – os pesquisadores, acompanhados pela professora orientadora, visitaram no dia 6 de julho de 2004, a experiência de turismo rural nas margens da Serra da Encosta Geral, acompanhados pelo coordenador da associação, Neno Bonetti. Esta experiência foi selecionada pelos pesquisadores, por constar em inúmeras bibliografias sobre o tema, pela proximidade com o município de Florianópolis, sede da pesquisa e pelos contatos desenvolvidos na Feira de Exposições do IV CITURDES;
- c) Rotas do Agroturismo (Chapecó/SC) – os pesquisadores, acompanhados da professora orientadora e dos assentados de Conquista na Fronteira, Marcos Dreyer e Maria Dreyer, visitaram nos dias 21 e 22 de julho de 2004, as experiências do Programa de Agroturismo desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó, com o acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, que disponibilizou transporte e acompanhamento com um membro do Departamento de Turismo, Joice Maria Berta. Esta experiência foi selecionada pelos pesquisadores pela proximidade com o município de Dionísio Cerqueira, na qual se localiza o assentamento e pelos contatos desenvolvidos na Feira de Exposições do IV CITURDES.

Além disso, por se tratar de um tema novo, turismo no espaço rural nos assentamentos da reforma agrária, buscou-se informações sobre experiências semelhantes em assentamentos de reforma agrária no Brasil. Através de visitas à Secretarias Estaduais do MST em São Paulo e Santa Catarina, contatos por telefone com a Secretaria Nacional do MST em Brasília e busca na Rede Mundial de Computadores, foram detectados algumas experiências, mas somente o estado do Rio Grande do Sul se destaca ao ponto de merecer atenção por parte dos pesquisadores.

Nesse sentido, após uma dificultosa e incessante busca por contatos com a Secretaria Estadual do MST no Rio Grande do Sul e sua Cooperativa Central (COCEARGS), foi possível visitar três experiências de turismo no espaço rural de assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul, nos seguintes assentamentos:

- a) Assentamento Capela – Nova Santa Rita;
- b) Assentamento 30 de maio – Charqueadas; e
- c) Assentamento Regional Filhos de Sepé – Viamão.

As visitas foram realizadas nos dias 23, 24, 25 e 26 de julho de 2004. Os pesquisadores foram acompanhados pelos assentados de Conquista na Fronteira, Marcos Dreyer e Maria Dreyer, ficando hospedados no alojamento do MST/RS, que disponibilizou locomoção para a equipe de trabalho e indicou esses assentamentos para as visitas.

A observação direta *in loco* permitiu a confirmação das informações obtidas nas entrevistas e contribuiu para o acréscimo de novos elementos. Minayo (1993) considera a observação livre ou participante uma oportunidade para o pesquisador interagir com os agentes sociais pesquisados, tornando possível ao observador transformar e ser transformado pelo contexto, obtendo assim, informações preciosas para o desenvolvimento do seu trabalho. Além disso, a utilização do diário de campo permitiu que dados importantes fossem agregados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Os dados secundários relacionados ao tema desenvolvido no projeto foram obtidos através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, jornais, teses e dissertações com dados pertinentes para um referencial teórico sobre os assuntos abordados no projeto de turismo.

Neste momento é preciso destacar a participação no IV CITURDES – Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável realizado em Joinville que proporcionou muitos contatos e informações para a realização deste trabalho. A possibilidade da participação no referido evento potencializou sobremaneira os resultados deste projeto.

Além disso, os dados secundários também foram coletados por meio de pesquisa telematizada e análise documental. Na pesquisa telematizada, utilizando-se de recursos tecnológicos e de telecomunicações, disponibilizados pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT) e pela Universidade Federal de Santa Catarina, que possibilitaram a coleta dos dados que não estavam disponíveis nas visitas *in-loco*.

A análise documental se refere ao estudo de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas (VERGARA, 1997). Foram consultados materiais de divulgação, cartilhas de formação, dentre outros materiais das Secretarias Estaduais do MST/SC, MST/SP e MST/RS; de empreendimentos turísticos visitados, INCRA, órgãos públicos, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, legislação referente ao Meio de hospedagem denominado camping cedida pela técnica Maria Tereza Büchele, do Setor de Planejamento da Santur, dentre outros.

3.3 Análise e interpretação dos dados

Realizada a coleta, os dados necessitam ser tratados para a sua correta utilização, de acordo com os objetivos do projeto e com as especificações destacadas. O tratamento dos dados foi realizado através de uma análise qualitativa do conteúdo, onde as informações coletadas foram codificadas, ou seja, transcritas para o formato de texto para depois, serem interpretadas. Segundo Triviños (1987), a análise de conteúdo é importante, pois configura um conjunto de técnicas e facilita o processo de inferência.

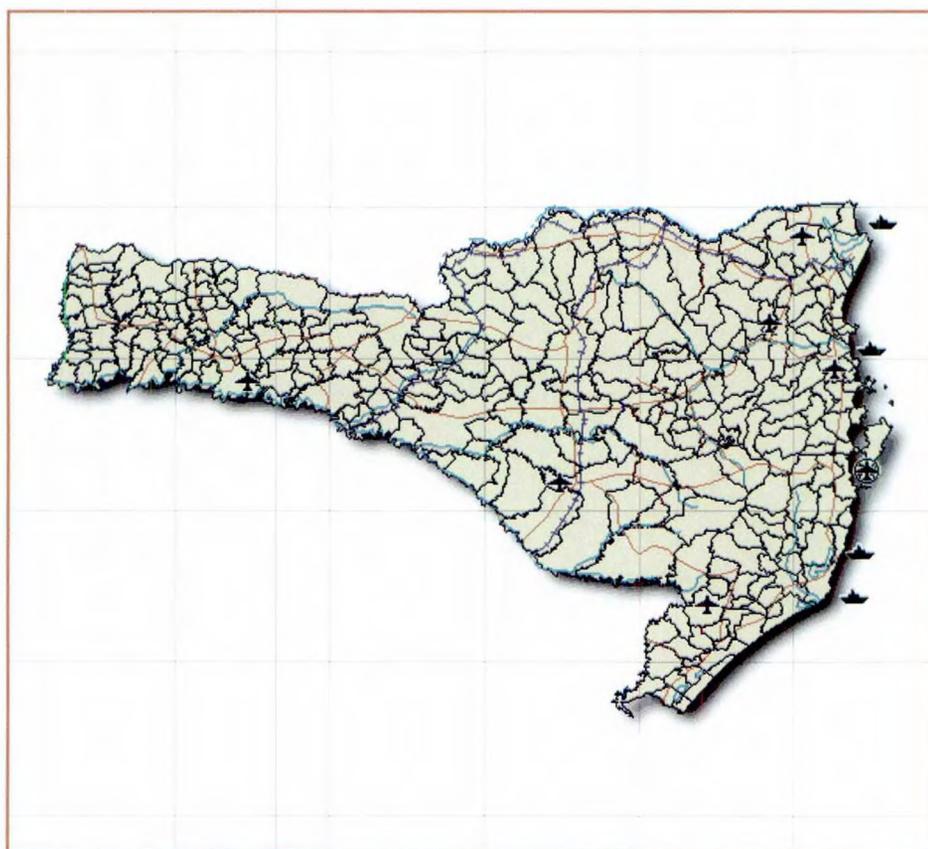
A análise quantitativa também foi utilizada para a interpretação dos dados coletados no Livro de Visitas do Assentamento Conquista na Fronteira e na análise dos dados coletados pelo Diagnóstico Sócio Cultural.

Neste momento é preciso destacar a imparcialidade e a rigorosidade acadêmica para com a interpretação dos dados e informações levantadas, para o não viés do trabalho realizado.

Cabe destacar também que o presente projeto conquistou um financiamento por parte da Universidade Federal de Santa Catarina, através da aprovação no edital do PROEXTENSÃO/2003, para o pagamento de despesas básicas de alimentação, alojamento, locomoção, insumos dentre outros.

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina localiza-se na região sul do Brasil, no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. O Estado faz fronteira com a Argentina na região Oeste. Florianópolis, a Capital, está a 1.850 km de Buenos Aires, 705 km de São Paulo, 1.144 km do Rio de Janeiro e 1.673 km de Brasília. Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57'41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00" de longitude Oeste.



Capital: Florianópolis



Número de Municípios: 293

- rios
- — rodovias pavimentadas
- ++ estradas de ferro
- 🚢 portos
- ✈️ aeroportos
- ✈️🌐 aeroportos internacionais

FIGURA 2 – Localização do Estado de Santa Catarina e Geografia

Fonte: www.sc.gov.br

O Estado de Santa Catarina tem uma população de 5.333.284 habitantes em 293 municípios que compõem uma superfície de 95.443 km², pouco maior que Portugal. Santa Catarina é um dos menores estados do Brasil e é conhecido como um pedaço da Europa encravado no Sul, o Estado possui um dos maiores índices de desenvolvimento econômico do País, baseado numa produção industrial diversificada, na agropecuária e na extração de minérios. As indústrias de maior expressão encontram-se no setor agro-industrial, metal, mecânico, têxtil, de cerâmica e de máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, e um dos pólos industriais mais significativos se localiza na região de Joinville¹⁴.

A seguir será caracterizado cada região de acordo com os dados encontrados nos sítios do Governo do Estado de Santa Catarina, SANTUR e Ministério das Relações Exteriores. É preciso alertar que este capítulo tem o caráter ilustrativo, para contextualização do turismo no Estado, não sendo, portanto, objeto de pesquisa.

O Estado de Santa Catarina, segundo o sítio do governo estadual está dividido nas seguintes áreas: Nordeste, Vale do Itajaí, Litoral, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul e Oeste, Meio-Oeste.

Cabe aqui uma pequena explanação sobre cada área e suas respectivas características.

FIGURA 3 – Divisão do Estado em áreas

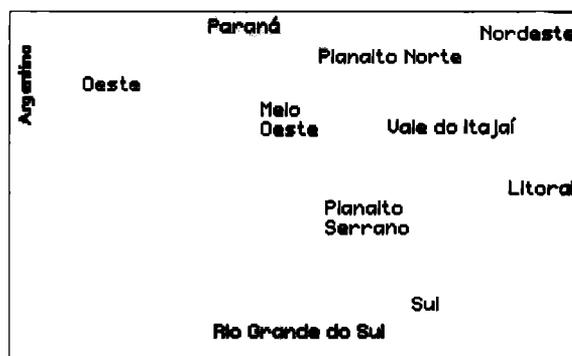


FIGURA 3 – Divisão do Estado em áreas

Fonte: www.sc.gov.br

O Nordeste catarinense têm fortes tradições germânicas. Possui uma economia dinâmica, marcada pelas indústrias do ramo eletro-metal-mecânica que dividem espaços com densas florestas da Serra do Mar e as águas da Baía de Babitonga. A região detém um alto poder aquisitivo e excelente qualidade de vida. Suas principais cidades são Joinville (a maior de Santa Catarina, com 500 mil habitantes) e Jaraguá do Sul.

O Vale do Itajaí é considerado como um pedaço da Alemanha encravado em Santa Catarina. Situa-se entre a capital Florianópolis e o Nordeste do Estado tem

¹⁴ <http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/divpol/sul/sc/apresent/apresent.htm>

uma arquitetura que é herança típica deixada pelos pioneiros germânicos, em estilo enxaimel. Também tem marcas muito fortes na culinária, nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil. Sua paisagem de morros, matas, rios e cachoeiras é um forte atrativo para os ecoturistas. Os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul.

O litoral catarinense é constituído por uma extensão de 500 km. É uma região colonizada por açorianos no século XVII, possui um relevo recortado, com baías, enseadas, manguezais, lagunas e mais de 500 praias. É considerado como um das mais importantes áreas de biodiversidade marinha do Brasil. As principais cidades são Florianópolis, São José, Laguna, Imbituba, Itajaí, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul. A pesca e o turismo são atividades econômicas marcantes.

A região do Planalto Norte tem uma rica diversidade em florestas nativas e provenientes de reflorestamento, onde concentra-se o pólo florestal catarinense - o mais expressivo da América Latina, abrangendo indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão. Os principais municípios são Rio Negrinho, São Bento do Sul, Canoinhas, Corupá, Mafra, Três Barras e Porto União.

No Planalto Serrano o frio e o turismo rural são os grandes atrativos da região, que tem como atividades econômicas a pecuária e a indústria florestal. Por conta das paisagens bucólicas e da neve que se precipita em algumas cidades, todos os anos o Planalto recebe milhares de visitantes no inverno. A estrada da Serra do Rio do Rastro, que desce em curvas sinuosas de uma altitude de 1.467 metros até o nível do mar, é uma atração à parte. Os principais municípios são Lages, São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra.

O Sul apresenta o jeito simples de viver dos descendentes de imigrantes italianos, o que é uma característica marcante da região. Quem a visita pode conhecer de perto as vinícolas e apreciar a cultura italiana em festas típicas. Extrativismo mineral e indústria cerâmica são as principais atividades econômicas. O Sul do Estado tem estações hidrotermais e cânions ricos em biodiversidade. Suas principais cidades são Criciúma, Tubarão, Gravatal, Araranguá e Urussanga.

A geografia do Meio-Oeste é composta de morros ondulados localizada no centro do Estado, aqui se situam comunidades de pequeno e médio porte, colonizadas por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica está baseada na agroindústria, criação de bovinos e produção de maçã. Também há indústrias expressivas do pólo metal-mecânico. As principais cidades

são Joaçaba, Videira, Caçador, Treze Tílias, Curitibanos, Fraiburgo e Campos Novos.

Os campos do Oeste são o chamado "celeiro" de Santa Catarina, de onde sai boa parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos. Frigoríficos de grande e médio porte estão associados aos produtores rurais em um modelo "questionável" de integração: as empresas fornecem insumos e tecnologia e se comprometem a comprar a produção de animais, mas com uma série de pormenores. A região também começa a explorar o potencial turístico de suas fontes hidro--termais. Os principais municípios são Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste.

Nesta pequena explanação sobre as regiões se observa a grande diversidade que existe em um espaço tão pequeno, com um clima e uma paisagem que agradam a maioria dos turistas, sendo possível se locomover com demasiada facilidade de um ponto a outro do estado. Em poucas horas se consegue transitar das mais belas praias de Florianópolis a uma região que apresenta turismo rural. Essa gama de opções também se estende as atividades turísticas oferecidas pelo estado, passando desde passeios familiares, marcado pela tranquilidade e segurança até a pratica de esportes mais radicais para turistas aventureiros.

4.1 O turismo rural em Santa Catarina

Segundo Araújo (2000), a atividade de turismo rural no Brasil, teve inicio em 1986, no município de Lages, em Santa Catarina, sendo hoje considerada a Capital Nacional do Turismo Rural, possuindo uma dezena de propriedades que desenvolvem essa modalidade de turismo.

Sobre a questão do surgimento e desenvolvimento do turismo rural no Brasil, Mattei (2004, p. 197), afirma que:

É bem mais fácil entender o desenvolvimento das atividades turísticas no espaço rural se forem consideradas as mudanças pelas quais passou o setor agropecuário brasileiro nas últimas três décadas. Essas mudanças estão diretamente relacionadas ao processo industrialização da agricultura e à formação dos complexos agroindustriais.

Porém, uma discussão mais fundamentada sobre a questão agrária no Brasil e seu gancho com o desenvolvimento do turismo rural, será tratado, em um capítulo à parte, tendo em vista a integração adicional da discussão da reforma agrária, tema central deste trabalho.

Cabe ressaltar, entretanto para fins ilustrativos, que Santa Catarina é o Estado com um dos menores índices de concentração de terra do país, onde se nota a existência de uma estrutura agropecuária baseada no sistema de produção familiar (TORESAN et Al., 2002).

Um estudo realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA/SC), denominado “Estudo do Potencial do Agroturismo em Santa Catarina”, levantou empreendimentos de turismo no Espaço Rural de Santa Catarina, identificando e cadastrando 1.174 empreendimentos ambientados no espaço rural dos 293 municípios catarinenses. Deste total, 551 unidades foram identificadas como de agroturismo¹⁵.

A seguir, se têm uma ilustração que representam o mapa do turismo em Santa Catarina, que se refere a “Distribuição dos empreendimentos turísticos no Espaço Rural de Santa Catarina, segundo as Mesorregiões Geográficas”. Segundo esse levantamento a região que apresenta o maior concentração de empreendimentos, com 321 (27%), é a do Vale do Itajaí, seguida do Sul Catarinense com 290 (25%). E as regiões com menor número de empreendimentos são a da Grande Florianópolis e a região Serrana, com 96 (8%) e 75 (6%), respectivamente.

¹⁵ Para efeito deste estudo, foi considerado como agroturismo o produto ou o serviço desenvolvido pelo agricultor familiar com pelo menos metade da mão de obra empregada no turismo pertencente ao núcleo familiar. Além disso, as atividades agropecuária deveriam manter uma importante contribuição na renda familiar total (contribuir com 20 % no mínimo).

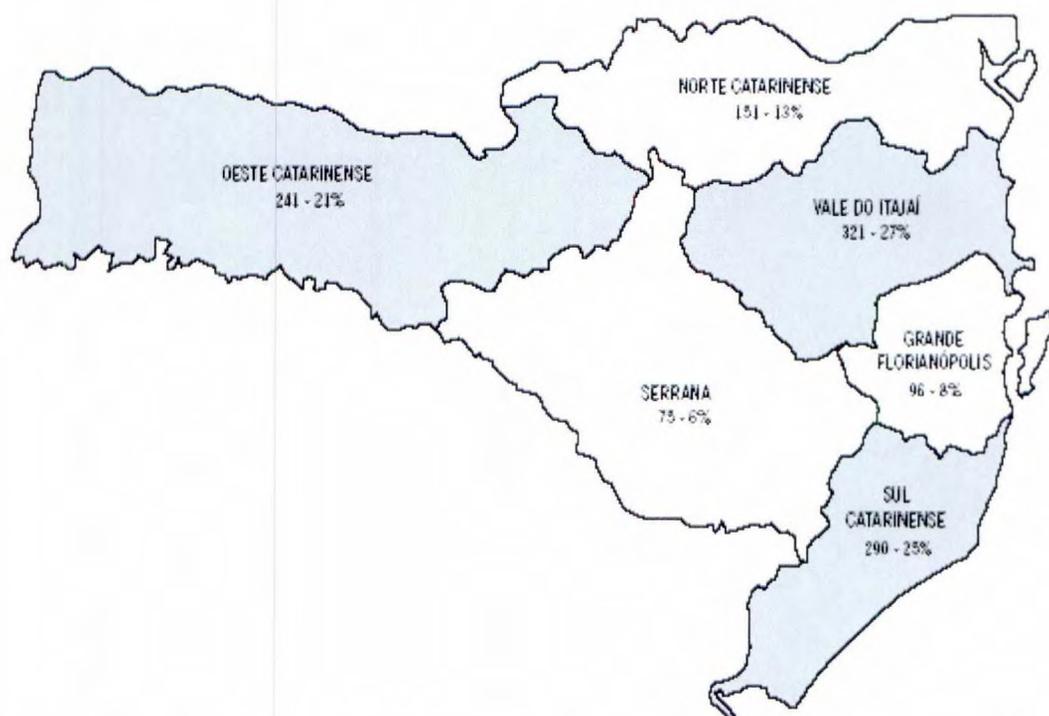


FIGURA 4 - Distribuição dos empreendimentos turísticos no Espaço Rural de Santa Catarina, segundo as Mesorregiões Geográficas

Fonte: Instituto CEPA/SC

A seguir a pesquisa levanta alguns dados sobre os empreendimentos a saber, sendo que o primeiro gráfico refere-se aos serviços oferecidos aos turistas pelos empreendimentos pesquisados.



GRÁFICO 1 – Serviços oferecidos aos turistas

Fonte: Instituto CEPA/SC

Como fica claro, a opção de prática de pescaria é oferecida por um grande número de empreendimentos, já que essa é um excelente maneira de atrair visitantes, pois é praticada por todas as idades e classe sociais. Ao mesmo tempo em que a opção concilia-se com o serviço de bar/lanchonete. E em menor número se tem as práticas mais relacionadas especificamente com o turismo rural, como refeições na casa do agricultor, onde existe uma interação maior entre o mesmo e os visitantes.

O gráfico 2 se refere as dificuldades encontradas pelos empreendedores, o interessante é que os dois maiores problemas relatados, foram de ordem financeira, relacionados mais especificamente com a falta de recursos próprios (733) e dificuldades de financiamento (436).



GRÁFICO 2 – Dificuldades encontradas pelos empreendimentos

Fonte: Instituto CEPA/SC

Também são apresentadas outras dificuldades como: condições de acesso ao empreendimento (28%); falta de apoio do setor público (25%); falta de divulgação (23%), entre outros. Talvez um maior apoio de instituições governamentais pudesse minimizar algumas dessas dificuldades, que apenas com informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento e de apoio se conseguiriam reduzir alguns desses empecilhos à atividade turística.

Pode-se dizer que a maioria desses empreendimentos tem sua origem em pequenas propriedades agrícolas, onde o camponês típico procura uma forma de complementar sua renda, que tem diminuído em função das transformações ocorridas na agricultura brasileira. O modelo de turismo adotado por cada empreendimento é resultado da cultura da cada região onde o mesmo está localizado. Os resultados obtidos na pesquisa consultada, revelam que o turismo já vem ocupando papel importante na renda total do pequenos agricultores, que em média é responsável por 40% do rendimento familiar.

4.2 Relato de experiências do turismo rural catarinense

Após a caracterização do Estado de Santa Catarina e do panorama geral do turismo rural no Estado, a próxima seção irá tratar de casos de turismo rural visitadas durante a realização do projeto para caracterizar o andamento das atividades de turismo rural catarinense. O objetivo da análise dos casos de turismos a serem apresentados é a caracterização da oferta turística nos empreendimentos.

4.2.1 A experiência de Chapecó

A cidade de Chapecó situa-se no oeste catarinense, a 630 km de Florianópolis e possui uma área territorial de 625,60 km². É considerada a cidade pólo agroindustrial do sul do Brasil e centro econômico, político e cultural do oeste do Estado. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Chapecó, o Programa Municipal de Agroturismo, como é denominado, surgiu do amadurecimento do PEP – Planejamento Participativo para o desenvolvimento do meio rural de Chapecó. O PEP possuía como intuito, a criação de alternativas de renda para a agricultura familiar.

Através da integração da Prefeitura Municipal, via Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Departamento de Turismo e outras entidades, onde se propôs uma série de programas, a saber: abastecimento e comercialização; agroecologia; agroturismo; alternativas de produção; educação,

comunicação e capacitação; indústrias rurais de pequeno porte; infra-estrutura; organização e gestão.

São 30 locais que pertencem à experiência de agroturismo, dos quais 25 são propriedades e os outros 5 são pontos comunitários, todos distribuídos em 4 rotas de visitação, que formam linhas onde as pequenas propriedades rurais se complementam para a prestação de serviços aos turistas: Rota da Cultura Italiana, Rota do Vale do Rio Uruguai, Rota do Vale do Rio Irani e Rota do Tropeiro.

Segundo dados nos informativos turísticos de Chapecó e as visitas realizadas nas rotas do agroturismo em Chapecó, as rotas oferecem praticamente os mesmos atrativos, a saber: pousada nas casas dos agricultores, almoços coloniais, produtos coloniais, pequenas agroindústrias, camping, trilhas com belas paisagens e cachoeiras, riachos, açudes para pesque e pague, trilhas religiosas, áreas de lazer para esportes e espaço para realização de eventos.

O que diferencia entre as rotas se refere principalmente à paisagem e cultura dos agricultores. De acordo com Joice, das quatro rotas existentes, a Rota do Vale do Rio Uruguai é a que melhor está estruturada e sinalizada, as outras ainda estão em processo de desenvolvimento. Isso se deve, segundo Joice, ao pouco tempo das experiências e da pouca estrutura administrativa da Prefeitura. Cabe ressaltar que as rotas do agroturismo de Chapecó foram criadas a partir da iniciativa municipal. O que denota a grande responsabilidade da mesma para com esses empreendimentos na etapa inicial da atividade.

Quanto à localização e as condições de acesso, as quatro rotas estão distribuídas nos arredores da cidade de Chapecó, circundando a cidade nas regiões norte, sul, leste e oeste. O deslocamento para as rotas é de fácil acesso, dado sua excelente infra-estrutura urbana. As estradas que fazem a ligação entre a cidade e as rotas são asfaltadas, e desde o início das rotas as estradas são de terra, que em geral, apresentaram-se em boas condições.

Dentre as experiências de turismo rural que foram visitadas, a de Chapecó foi a única a apresentar mais de um circuito como opção, o que denota o esforço da Prefeitura e de outras organizações em estarem desenvolvendo o turismo rural na região, que como já foi apresentado anteriormente, está integrado com outras modalidades de desenvolvimento.

Apesar disso, notou-se uma séria deficiência no que se refere à gestão desses pequenos empreendimentos turísticos. Poucos foram os empreendimentos

que apresentaram uma preocupação com o controle do fluxo de turistas, um estudo dos custos de produção, tal como o preço padrão de refeições e de serviços oferecidos, estimativas de recuperação do capital investido, dentre outras preocupações para/com a gestão de um empreendimento. Considerou-se uma grande boa vontade por parte dos organizadores dos circuitos, porém com sérias deficiências no controle e avanço desses empreendimentos.

A cidade de Chapecó goza de uma posição privilegiada por ser o pólo da região do oeste catarinense, e que, segundo informações da própria prefeitura, possui um crescimento populacional constante, o que auferem um potencial grande para o processo de interiorização do turismo. Porém, a preocupação com o pequeno agricultor(a), que vem investindo em sua pequena propriedade para o desenvolvimento da atividade turística, no sentido agregar renda, deveria ser maior e mais profissionalizada, com o objetivo de proporcionar, de fato, uma melhoria da qualidade de vida desses pequenos agricultores.

4.2.2 A experiência de Santa Rosa de Lima

Santa Rosa de Lima já foi considerada como a cidade com menor população do país, sendo que atualmente conta com 2000 habitantes. Localiza-se no sul do Estado a 120 km de Florianópolis possuindo uma área de 154 km² e situando-se nas encostas da Serra do Corvo Branco e às margens do rio Braço do Norte, a cidade possui inúmeras belezas naturais. Um dos acessos ocorre pela SC-482, estrada não-pavimentada que liga São Martinho a Anitápolis¹⁶. Apesar de seu pequeno porte, Santa Rosa de Lima possui uma estrutura para o turismo rural mais avançada que em outros municípios, isso é devido principalmente a criação da Associação dos Agricultores das Encostas da Serra Geral – AGRECO, fundada em 1996. Que tinha como objetivo inicial a organização de pequenos agricultores da região para a produção de alimentos orgânicos, estabelecendo uma ligação entre estes agricultores e os pontos de venda da região. Devido a identificação de uma demanda mais voltada para o turismo, decidiu-se então criar outra organização para a exploração dessa nova atividade, que até então não tinha nenhuma tradição local. A ajuda externa, para a implantação do projeto, originou-se da UFSC, e dos ex-

¹⁶ <http://www.sc.gov.br/portalturismo> acesso em setembro de 2004

donos do supermercado Santa Mônica, que são nativos da região. E em 1999 foi fundada a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, que hoje é responsável pela organização de uma rota turística que compreende em volta de 40 famílias, nos municípios de Gravatal, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Rancho Queimado.

Vale ressaltar que a Acolhida na Colônia teve sua inspiração na associação francesa ACCUEIL PAYSAN, fundada em 1987 por pequenos agricultores para receber visitantes em suas propriedades de maneira diferenciada dos grandes hotéis, por não poderem competir com os mesmos. Hoje esta organização já possui representantes em mais de 10 países.

Em visita realizada em julho de 2004 pela equipe de trabalho e acompanhados pelo ex-presidente da Associação Acolhida na Colônia, Adelino, mais conhecido por Neno, verificou-se a forma de organização do turismo rural local e sua constituição.

O projeto Associação Acolhida na Colônia iniciou suas atividades com a adesão de 10 produtores rurais. Em Santa Rosa de Lima, 15 pessoas demonstraram interesse de estar trabalhando com em circuito turístico, a partir deste momento realizou-se um diagnóstico participativo entre os interessados, que permitiu verificar a ociosidade de leitos nas propriedades de cada produtor rural interessado em participar do projeto. Além de identificar os dons de cada família para com a arte, a culinária etc., e a vontade das famílias de estar recebendo turistas em suas casas.

Atualmente os produtores da região das encostas da Serra Geral estão organizados em 7 organismos diferentes, a saber: AGRECO; Associação Acolhida na Colônia; Cooperativa de Crédito; Cooperativa de Profissionais; Centro de Formação; COOPERAGRECO; e Associação de Desenvolvimento Sustentável - ADS, que é formada por um membro de cada entidade acima, além de pessoas da sociedade civil externos aos produtores rurais.

A grande preocupação da Associação Acolhida na Colônia era com a não competitividade entre as diferentes propriedades rurais, o objetivo era de que se trabalhasse a complementaridade entre os agricultores, isto é, que cada proprietário oferecesse serviços/produtos que complementassem a atividade desenvolvida por outro agricultor da associação, impedindo com isso o surgimento de uma concorrência predatória entre as propriedades.

Um dos objetivos era de que cada agricultor pudesse recepcionar os turistas com hora marcada, evitando com isso, interferir na rotina diária desenvolvida pelo agricultor, ao mesmo tempo em que se torna um facilitador para o desenvolvimento do turismo, porque não impede que o agricultor continue trabalhando em sua atividade principal que é a de produção agrícola. Motivos esse que levaram a adoção de praticas organizativas e de planejamento desde o inicio da organização, objetivando sempre a melhor opção para o agricultor.

Entre os fatores que retardaram o processo de evolução da Associação foi a falta de recursos financeiros. Sendo que a associação necessitou criar um fundo rotativo de R\$6.000,00 para investimentos na infra-estrutura das propriedades ao mesmo tempo em que se tinha a preocupação em não contrair dívidas. Motivo esse que levou a maioria dos proprietários a realizar investimentos nas propriedades com recursos próprios, ou de familiares.

Um dos principais problemas observados no início em decorrência da falta de investimentos era a carência em atrativos turísticos para os visitantes, aliada à ausência de produção de artesanatos com fins comerciais.

O principal impacto positivo gerado pelo turismo para a região, pode ser apontado como a melhora da auto-estima dos agricultores, que estavam isolados e sem perspectivas. Uma das maiores dificuldades encontradas está em se trabalhar aos finais de semana, sendo imprescindível à delimitação de um dia próprio para o descanso da família. Com o inicio da recepção de pessoas diferentes, aos poucos o agricultor foi percebendo e reconhecendo a importância e a beleza do espaço rural.

Um ponto no planejamento foi de muita importância pra os agricultores, que foi o levantamento de todos os custos referentes a atividade turística nas propriedades, através de uma planilha de custos aplicada a cada agricultor. Por exemplo, o preço que custa servir uma refeição ao visitante. Uma informação importante é que quem produz os alimentos tem menores custos de produção em relação aos de quem compra. Com isso cada pequeno agricultor sabe exatamente quanto está ganhando ou deixando de ganhar em determinada atividade.

Quem realiza a maior parte dos trabalhos em relação as atividades turísticas são as mulheres. Não foi identificado se esse comportamento decorre da existência de um preconceito dos homens com relação à atividade, ou se os mesmos não tem tempo para essa atividade adicional, devido a realização de outros trabalhos agrícolas ou não. Cabe ressaltar que o turismo é considerado pela Associação

Acolhida na Colônia como uma complementação da produção principal da propriedade.

Os atrativos turísticos e serviços das propriedades visitadas são comuns às praticadas pela modalidade do turismo rural e agroturismo, tal como: pousadas, onde as famílias disponibilizam uma casa rústica e adaptada aos visitantes, podendo eles ser um família ou grupo de desportistas; quartos na própria casa do agricultor, onde o visitante desfruta de grade aconchego; dia de campo, oportunidade de desvendar toda a magia de se viver no meio rural, conhecendo os animais, recursos naturais e outros; mesa colonial, oportunidade de se apreciar produtos locais na casa do próprio agricultor; restaurante e café colonial, onde as refeições são servidas a grupos de até 40 pessoas; atividades de lazer, que incluem trilhas ecológicas, cavalgadas, banhos de rio e cachoeiras, pesque-pague entre outros; camping, praticado dentro do espaço rural com toda a infra-estrutura básica e venda de produtos, como frango caipira, legumes ,ovos, embutidos, doces além de trabalhos manuais e produtos étnicos.

Das propriedades pertencentes ao roteiro da Agreco, visitou-se a propriedade da família Tenfen, a qual fazem parte esposa Herna (53 anos) o marido Nilson Tefen (54 anos), e três filhos. Durante muito tempo a atividade geradora de renda da propriedade era a plantação de fumo, que segundo Tefen, era a atividade que melhor o remunerou durante muito tempo. A sensação de isolamento também era grande até o momento que se resolveu participar da experiência, isso em 1998.

A média da ocupação está hoje em 12 a 16 pessoas, a maioria nos finais de semana, que encontram na propriedade um clima agradável de vida no campo, com belas paisagens, tranqüilidade e um pouco do cotidiano da família. Além de organizarem uma colônia de férias para estudantes de um colégio da capital. Os produtos servidos nas refeições disponibilizadas pelo casal são originários de sua propriedade ou dos demais participantes da experiência. A demonstração de satisfação por estarem realizando esse trabalho fica presente após alguns momentos de troca de idéias como o casal, que é sempre muito atencioso com os visitantes.

O principal diferencial da Associação Acolhida na Colônia se dá na sua produção orgânica e certificada, além de se encontrar em uma região de águas termais. Além disso, durante toda a visitaçã, é possível a compra de produtos

caseiros e artesanais produzidos pela AGRECO, o que amplia em grande medida a renda dos pequenos proprietários.

Quanto a localização e condições de acesso, é um ponto negativo da Associação Acolhida na Colônia, já que a via de ligação que chega até a cidade não é pavimentada e não se encontra nas melhores condições, entretanto, a demanda para a visita da associação é constante, segundo os empreendimentos visitados.

4.2.3 A experiência de Joinville

A uma distância de 23 Km ao norte de Joinville, a Estrada Bonita é o resultado de um projeto turístico iniciado em 1992 pela Fundação 25 de Julho e também pela Fundação Turística de Joinville – Promotur. Cercada pela Serra do Mar, a estrada percorre uma série de propriedades rurais de pequeno porte, que somam um total de 43 ao longo de todo o percurso. No início do projeto eram 21 proprietários envolvidos, hoje só 11 continuam participando ativamente do projeto. Devido ao curto tempo da visita, não foi possível levantar o motivo da desistência dos demais agricultores que iniciaram o projeto, mas que com o tempo o abandonaram.

Localizada no município de Joinville/SC, no Distrito de Pirabeiraba, fazendo divisa com o município de Garuva, a Estrada Bonita possui uma série de atrativos naturais e culturais, desde lindas paisagens bucólicas, passando por cachoeiras de águas limpas e transparentes, até diferentes pratos. O percurso se estende por pouco mais de 4 Km, com seu início no Km 20 da rodovia BR 101, terminando na Serra do Quiriri, a estrada é ladeada por propriedades com casas construídas ao estilo típico alemão e suíço, além de belos jardins dispostos como um belo cartão de visitas aos turistas.

Mesmo antes de se cogitar o desenvolvimento do turismo como atividade econômica, a Fundação 25 de Julho já desenvolvia um trabalho de assistência junto aos agricultores do município. Então em 1990 ocorreu uma reunião entre as famílias da localidade e a fundação, com o objetivo de motivação e sensibilização da comunidade, onde a idéia central era que os produtores passassem a receber os turistas para vender seus produtos, e com isso agregassem valor às suas atividades, elevando a rendas das famílias.

Todo o debate a cerca da implantação do turismo na região era em função dos pontos positivos que essa atividade poderia trazer às famílias que aderissem ao projeto. Já os pontos negativos foram literalmente negligenciados nas reuniões. Sendo que, as alegações da Promotur, fazem menção que na época em que o projeto estava em seu início, não havia literatura que proporcionasse condições de uma discussão maior em torno dos impactos negativos, e também caso esses impactos fossem levantados naquele momento, talvez os produtores se veriam indispostos a participarem do projeto.

As dificuldades enfrentadas no início foram muitas, levando alguns produtores a abandonar a idéia, principalmente pela falta de apoio técnico e de recursos financeiros. A Promotur tinha um papel muito mais motivacional, que propriamente de assessoria aos pequenos agricultores, função está que estava designada a Fundação 25 de Julho.

No início muitos produtores que tiveram que alterar consideravelmente seu cotidiano e realizar diversas modificações nas estruturas físicas das propriedades, para atender aos requisitos exigidos pelos órgãos de controle sanitário. Esse controle se deu a em duas fases: a primeira foi marcada pela não distinção entre o modelo de produção artesanal dos pequenos agricultores e o das agroindústrias de larga escala. Em função disso, os investimentos iniciais para os pequenos agricultores se adequarem aos padrões exigidos, foi demasiadamente alto. A segunda fase ocorre apenas com o tempo, quando os padrões que a vigilância sanitária impunha aos agricultores foi adaptado a realidade dos mesmos.

Hoje a comunidade já possui uma estrutura básica para a recepção de visitantes, o que no início não estava cogitado, mas que devido às dificuldades financeiras, acabou sendo uma saída para algumas das famílias. Foi construído um portal no início da estrada para uma melhor visualização daqueles que transitam pela rodovia BR 101, além de cada propriedade ter sua sinalização individualizada, sendo todas elas padronizadas, feitas em madeira, contendo o nome do proprietário e os respectivos produtos que produz.

Os atrativos turísticos que são visivelmente apontados por quem realiza uma visita ao local, podem ser dispostos como a busca pela tranquilidade junto a família nos finais de semana, uma visita para se conhecer o cotidiano dos agricultores, e ouvir suas histórias, ou simplesmente comprar os produtos feitos artesanalmente pelos agricultores..

Com relação aos motivos que levaram os agricultores a participar do projeto, está a baixa remuneração da atividade agropecuária, o aproveitamento da infraestrutura existente e os incentivos da Prefeitura Municipal de Joinville. E os principais problemas encontrados foram a dificuldade de obtenção de financiamento, baixo número de clientes e a falta de recursos financeiros (Mattei, 2004).

Nota-se que a atividade turística na Estrada Bonita conseguiu atingir seu objetivo inicial, de gerar maior renda para os agricultores, conseguindo uma maior dinamização da economia local e a fixação das famílias no campo além de uma maior valorização da comunidade. Algumas famílias que estavam buscando outras fontes de renda nas cidades acabaram retornando devido ao bom andamento das atividades turísticas.

5 QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Tratar do tema da questão agrária brasileira tornou-se fruto da necessidade de convergir dois pontos distintos, porém não excludentes: reforma agrária e turismo rural.

Elemento central deste trabalho, a apresentação de experiências bem sucedidas da reforma agrária através do assentamento 'Conquista na Fronteira', exige que se faça ainda que sucintamente, uma explanação sobre a trajetória percorrida pela agricultura brasileira, no sentido de se fundamentar as estruturas vigentes.

Ao encontro disso, com as transformações na agricultura brasileira, o campo não mais pode ser identificado somente apenas pelas atividades agrícolas, adquirindo novas funções sociais e econômicas desempenhadas pelo "mundo rural", relacionadas a serviços, local de moradia, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da produção, paralelamente à sua vocação primordial de continuar produzindo alimentos e matérias primas (MATTEI, 2004).

Diante disso, a estrutura imaginada para um breve, porém sólido debate da questão agrária brasileira, que é um tema extremamente abrangente e complexo, é um recorte que permita trazer à luz, o padrão de desenvolvimento agrícola brasileiro, as contradições que se estabelecem entre questão agrícola e questão agrária e a relação proposta pelo presente projeto, da inter-relação de duas questões que caminham no mesmo sentido: reforma agrária e turismo rural.

5.1 O padrão agrícola brasileiro do pós-guerra

Para Kageyama et al (1996, p. 116):

A principal modificação na dinâmica da agricultura brasileira consiste num processo histórico de passagem do chamado 'Complexo Rural'¹⁷ para uma dinâmica comandada pelos 'Complexos Agroindustriais (CAIs)'.

¹⁷ O Complexo Rural explicitado pode ser definido nos primórdios da organização do camponês e o uso da terra, sem os fins mercantilistas, divisão do trabalho e técnicas de produção modernas.

Essa transição pode ter seu início datado em 1850, quando se promulga a 1ª Lei de Terras no Brasil, que instituiu o mercado de terras, que é decisivo para a estrutura agrária vigente. Naquele momento, a propriedade privada da terra surge com a dinâmica da compra e venda. Além disso, em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, o tráfico negreiro de escravos é proibido no Brasil, em função principalmente das pressões exercidas pela Inglaterra, que outrora fora uma das maiores incentivadoras do tráfico, mas que em decorrência dos impactos da Revolução Industrial, tinha então como novo objetivo a dinamização da economia, transformando o trabalho escravo e trabalho assalariado e potencializando, com isso, o mercado consumidor, que estava em fase de formação.

De 1850 a 1960, a indústria nacional vai se consolidando com a formação dos mercados nacionais para os produtos agrícolas e para a força de trabalho, principalmente em função do desenvolvimento do setor agrícola cafeeiro, que permitiu a constituição de uma indústria de base, através de transferências financeiras e da importação de bens de capital e insumos, que acarretou no início da industrialização da agricultura brasileira. Segundo Graziano da Silva (1985, p. 14) *“Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de ‘penetração’ ou ‘desenvolvimento do capital no campo’.*

A partir do pós-guerra, ao lado do crescimento extensivo da produção, a agricultura brasileira passa a implementar de forma mais decisiva, um processo de modernização de sua base técnica (KAGEYAMA et al., 1996).

Essa modernização¹⁸ pode ser caracterizada, grosso modo, na transformação, de três conjuntos de fatores: relações de trabalho, através da nova divisão do trabalho dentro da família na agricultura; mecanização da agricultura, acelerando a substituição da tração animal pela máquina mecânica operada pela força de trabalho humana; e internalização de bens de capital, com a instalação da indústria de máquinas e equipamentos de produtos químicos, integrando definitivamente a agricultura à indústria.

Nesse sentido, Kageyama et al. (1996, p. 119) afirmam que:

¹⁸ Kageyama et al. (1996), apresentam três definições distintas que comumente são tratadas com o mesmo sentido: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. O primeiro pode ser entendido como a transformação da base técnica da produção agrícola. O segundo envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo semelhante a uma indústria. E o terceiro é a mudança qualitativa no processo de modernização com a internalização dos setores de insumos, máquinas e equipamentos.

O processo de modernização, ao mesmo tempo que implica a integração técnica e intra-setorial e a mercantilização da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de bens de capital e insumos para a agricultura.

Martine (1991, p. 9) afirma que *“embora a modernização viesse se processando desde o pós-guerra, a tecnologia agrícola utilizada na maior parte do país ainda era bastante rudimentar até meados da década de 60”*. O autor divide as fases da modernização em três fases mais recentes: 1965 – 1979, 1980 – 1984 e 1985 - 1990, como ponto de partida para a discussão de suas implicações sociais.

Na 1ª fase ocorre o salto de industrialização no Brasil, através do que convencionou-se chamar de ‘Milagre Econômico Brasileiro’, com a realização de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura. Nesse período também se deu a implementação da chamada “Revolução Verde”, um pacote tecnológico de indústrias de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas e equipamentos, que não só impuseram ao agricultor uma relação de dependência econômica e tecnológica, como também difundiram técnicas de produção extremamente nocivas ao meio ambiente.

As condições que viabilizaram a Revolução Verde e a agricultura empresarial moderna com o padrão de competitividade internacional foram garantidas pelo capital financeiro internacional e pelo Estado brasileiro, por meio de políticas públicas e de programas de desenvolvimento que tinham como carro chefe o crédito rural, a pesquisa agrícola, a assistência técnica e a extensão rural.

A segunda fase, proposta pelo mesmo autor é denominada como Crise e Retração. Nesse momento: “O padrão de financiamento fraquejou no final da década de 70, e entrou definitivamente em crise a partir de 1980. [...] a agricultura como um todo perdeu o tratamento diferencial que desfrutava em suas relações com o setor financeiro” (MARTINE, 1991, p.11).

Essa diminuição do ritmo de modernização da agricultura brasileira pode ser caracterizada, com o crédito rural retraído e direcionado somente a alguns setores, devido à crise da dívida externa brasileira e o período de recessão econômica vivido pelo país.

A terceira fase é caracterizada pela recuperação na produção agropecuária, com a recuperação dos salários e com a estabilidade econômica mínima, que acarreta impactos positivos no mercado interno, possibilitando preços maiores dos

produtos agrícolas. A partir de então, a produção agropecuária cresce enormemente conjuntamente com a maior inserção dos produtos agrícolas brasileiros nos mercados internacionais.

Estão dadas as bases para a criação do Complexo Agroindustrial Brasileiro, através da elevação da produtividade, sobretudo dos produtos voltados ao mercado externo, surgindo daí uma nova modalidade de agroindustrialização, o Agronegócio. A integração setorial das cadeias produtivas mudou radicalmente o comércio exterior brasileiro, passando da venda de produtos *in natura* para produtos com valor agregado, o que é uma mudança extremamente relevante para a economia brasileira.

Atualmente o Brasil é considerado como um dos celeiros do mundo para o século XXI. O país bate recordes de produção agrícola ano após ano. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o desempenho da agropecuária brasileira é incomparável, nenhum outro país do mundo teve um crescimento tão expressivo na agropecuária quanto o Brasil nos últimos anos. A safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas em 1990/1991, para 123 milhões de toneladas em 2002/2003. Nesse período, a evolução da pecuária também foi invejável, com destaque para a avicultura, cuja produção aumentou 234% - ou incríveis 16,7% ao ano, passando de 2,3 milhões para 7,8 milhões de toneladas.¹⁹ Pode-se afirmar, portanto, que a questão agrícola brasileira está resolvida.

Esse conjunto de transformações de base produtiva colocaram o Brasil no cenário internacional do comércio agrícola. No entanto, é preciso destacar, que também houve um enorme incremento do êxodo rural no Brasil, paralelamente à extensão da concentração de terras, decorrente dos fatores apresentados.

5.2 O impasse agrário brasileiro

Não é preciso se esforçar muito para perceber os efeitos colaterais do processo de modernização do campo brasileiro. Se por um lado, o aumento da competitividade da agricultura brasileira é inquestionável, inquestionável também são os males sociais e ambientais que esse modelo excludente traz em seu bojo.

¹⁹http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/mar%E7o/semana4/23_Pronaf_tem_numeros_recordes_no_nordeste.htm acesso em 15 de setembro de 2004.

TABELA 1 – Distribuição da população brasileira rural-urbana 1940-2000

ANO	TOTAL	RURAL	URBANA
1940	41.236.316	28.366.193 68,76%	12.880.182 31,24%
1960	61.944.397	33.161.600 53,64%	18.782.691 30,16%
1960	70.070.467	38.767.423 56,33%	31.303.034 44,67%
1970	93.139.037	41.064.063 44,08%	62.084.984 65,92%
1980	119.002.706	38.666.297 32,41%	80.436.349 67,59%
1990	146.917.459	36.041.633 24,63%	110.875.826 75,47%
2000	169.544.443	31.847.004 18,78	137.697.439 81,21%

Fonte: Dados IBGE (2003)

A tabela 1 apresenta a distribuição da população brasileira por situação domiciliar. Em 1940 68,76% se concentrava no meio rural, enquanto que em 2000 esse percentual cai para 18,78%. O período de tempo apresentado (1940 – 2000), representa a transformação do “Brasil Rural” para o “Brasil Urbano”, o que denota um claro retrato da inviabilidade que se tornou viver no meio rural.

Além disso, apenas 3,5% dos proprietários concentram 56% das terras. Ao mesmo tempo, 3 milhões de famílias no campo vivem em situação de extrema pobreza, com até R\$3 per capita.²⁰ (WEBER; LÍRIO, 2003.)

A pobreza rural teve um aumento significativo. Segundo dados divulgados por órgão governamentais²¹, 50 milhões de pessoas são consideradas pobres em todo o Brasil, destas 15 milhões estão no meio rural e o restante no meio urbano. É preciso destacar, porém, que a população do meio rural segundo dados do IBGE em 2000 são 31.847.004 de habitantes, destes, em torno de 15.000.000 de pessoas são consideradas pobres.

Eis a contradição não resolvida no meio rural brasileiro: questão agrícola X questão agrária. Enquanto a produção de alimentos no meio rural já não pode ser considerada como um fator limitante da agricultura brasileira, devido ao grande avanço global da produção, a questão agrária continua sem solução devido ao elevado índice de concentração da terra. Soma-se a isso que as questões ambientais e sociais agravam-se cada vez, o que por sua vez, vem ocasionando duas realidades distintas que serão descritas a seguir.

²⁰ Tímido ou realista? *Revista Carta Capital*. 26 de novembro de 2003. ano X nº 268

²¹ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), IPEA. - www.desenvolvimentosocial.gov.br/mds/ acesso em 18 de outubro de 2004.

5.3 O Agronegócio e a Agricultura Familiar

São dois pólos de uma mesma realidade no meio rural brasileiro. Se por um lado, os números e resultados econômicos apresentados pelo agronegócio impressionam, em contrapartida, constata-se uma notável regressão em termos sociais, gerando bolsões de miséria nos centros urbanos através do êxodo rural, que agravam cada vez mais a já delicada situação das cidades com a convulsão social, além do aumento da concentração da renda e da terra. As camadas pobres que persistem no campo são formadas, em sua maioria, por pequenos agricultores que relutam em abandonar o campo.

O modelo de desenvolvimento do agronegócio não incorpora mudanças sociais em sua base, pelo contrário, ele tende a agravar o processo de exclusão social e do meio ambiente, através do uso de tecnologias que degradam os recursos naturais.

A palavra agronegócio é nova no cenário brasileiro, mas esse modelo de desenvolvimento já é conhecido, tendo sua base no sistema *plantation* de produção, ou como também poderia denominar-se de sistema agropecuário capitalista, onde os grandes latifúndios são utilizados para uma produção em larga escala.

Toda a euforia produzida pelas cifras milionárias veiculadas diariamente nos meios de comunicação gera a falsa impressão de que apenas as grandes propriedades, que se utilizam das tecnologias de última geração, é que produzem a maior parte da riqueza proveniente do campo. Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (2004), em 2002/2003, as cifras representadas da tabela 2 foram destinadas às seguintes empresas:

TABELA 2 – Crédito público para grandes multinacionais do agronegócio: em milhões de reais

Aracruz celulose	1.167
Cargil	921
Bunge	607
ADM	585
Nestlé	330
Rhodia	304
Souza Cruz	189
Basf	120
Monsanto:	68
Bayer	58
Total financiado	4.349 milhões

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Como se denota na tabela anterior, o latifúndio concentra para si a maior parte do crédito agrícola brasileiro, além de concentrar a terra, as tecnologias de produção e as políticas de desenvolvimento. Toda essa nova ordem se fundamenta em um sistema que tende a ser dominado, cada vez mais por empresas multinacionais que buscam na desregulamentação dos mercados e ampliação de seus capitais.

No entanto, o desenvolvimento rural não pode ser focado apenas pela lógica do agronegócio. Segundo Mattei (2004), a tendência de desregulamentação dos mercados e ampliação de seus capitais rompe com a concepção tradicional do rural, enquanto abordagem produtivista, ou seja, onde se avaliava o desenvolvimento rural em termos setoriais, avaliando-se pelos níveis de produção das atividades agrícolas e da eficiência dos sistemas de produção agropecuários. A abordagem para o desenvolvimento rural passa agora a ser avaliada por uma análise dos indicadores de mercado, mas que sozinhos não são capazes de avaliar o grau de desenvolvimento, acarretando dessa forma, na aglutinação de outras variáveis tais como condições de vida da população, as relações de trabalho, o acesso aos meios de produção, conservação dos recursos naturais, etc.

Segundo Fernandes (s/d, pág 1):

"A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riquezas e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada."

Toda essa "modernização" do campo constrói a idéia de que os latifúndios com todo o seu aparato tecnológico e apoio financeiro são os responsáveis pelo bom desempenho da agricultura brasileira no geral. Essa concepção está equivocada, conforme se vê na tabela 3.

TABELA 3 – Distribuição dos Plantéis no Brasil (%)

REBANHO	PEQUENA	MEDIA	GRANDE
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Eqüinos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muare	63,0	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11,0	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Nota-se que, segundo a tabela 5, as pequenas propriedades são as maiores responsáveis pela produção do campo brasileiro, seguida das médias propriedades, onde os latifúndios não são tão produtivos, sendo responsáveis por apenas 8,98% de toda a produção agrícola brasileira. Já as pequenas propriedades são responsáveis por 67,31% e as médias por 23,67%. Para ressaltar ainda mais a importância da pequena propriedade sobre o latifúndio, vemos os dados referentes ao valor da produção:

TABELA 4 – Distribuição do valor da produção no Brasil (%)

Setor	TOTAL GERAL	PEQUENA	MEDIA	GRANDE
Produção Animal	39,4	60,4	28,6	11,2
Produção Vegetal	60,6	53,6	31,2	15,2
Total Geral	100,0	56,8	29,6	13,6

Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Dados como observados na tabela 4, colaboram ainda mais para um outro arquétipo proposto para o desenvolvimento rural brasileiro, denominado como modelo da Agricultura Familiar. Considera-se Agricultura Familiar aquela em que os trabalhos são exercidos predominantemente pelo agricultor e sua família, mantendo eles a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, mas tendo alguns relacionados com o mercado. Normalmente são unidades pequenas, possuindo uma área média de 25 hectares. (MUSSOI apud ESTEVAM, 2001, p. 15).

Alguns modelos de como a agricultura familiar representou a base do desenvolvimento, podem ter como exemplo os EUA, onde em 1964, 64% das vendas, eram representadas por unidades que empregavam menos de 1,5 homem/ano de trabalho assalariado. Já em 1987, dos 7.7 milhões de trabalhadores rurais, apenas 1/3 destes eram assalariados, sendo 2,8 milhões responsáveis pelos estabelecimentos e 3,6 milhões eram os membros não remunerados da família. Um outro exemplo é a Grã-Bretanha que, tinha em 1986, apenas 18% dos trabalhadores rurais assalariados. Isso não significa que a produção seja pequena, porque a qualidade técnica para o processo produtivo é cada vez maior, levando a mão-de-obra do campo a perder sua importância, e também porque as antigas relações existentes no campesinato não existem mais, sendo as decisões institucionais, que a partir de agora, regulam todo o mercado (ABRAMOVAY, 2002).

Segundo Galvão, C. ²² (2004), a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção dos alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro. O modelo familiar responde por 77% dos postos de trabalho no campo e tem participação decisiva na cadeia produtiva de importantes produtos de exportação, como leite, suínos e frangos. Tudo isso com assistência técnica precária, com um acesso ao crédito inferior ao seu peso na produção, sem políticas públicas adequadas à sua escala de produção e sem um sistema de inovação tecnológica adequado às suas características, numa relação com a agroindústria marcada por uma enorme desigualdade.

Para Fernandes (s/d) o potencial da agricultura familiar não está ligado a grande produção, e nem presa a mercados específicos, além de não utilizar exclusivamente insumos externos, mas sim pela capacidade de diversificação e pelo uso múltiplo de recursos naturais e culturais. O autor afirma ainda, que um reflexo disto são as regiões que concentram pequenos agricultores, onde há baixa desigualdade e altos índices de desenvolvimento.

Conforme descrito acima, é possível entender as discrepâncias desses dois modelos antagônicos de desenvolvimento. Enquanto o agronegócio se preocupa pela competitividade, produtividade, mecanização dos processos produtivos e produção em larga escala voltada para exportação, a agricultura familiar têm o intuito de incluir pequenos agricultores no processo produtivo em pequena escala, gerando

²² <http://www.rebelion.org/brasil/040427galvao.htm#> acessado em 18 de setembro de 2004.

mais empregos no campo, melhorando a qualidade de vida das pequenas comunidades e sendo uma alternativa mais integradora com o meio-ambiente. Para tal modelo de desenvolvimento rural se desenvolver, o primeiro passo seria uma realização efetiva da Reforma Agrária, tema este que será discutido no próximo item.

5.4 Reforma Agrária

Um dos poucos países do mundo a não ter realizado a reforma agrária, o Brasil se destaca pelas contradições presentes em todos os cantos de seu território.

Segundo Portela e Mançano (1995, p. 11):

Denomina-se reforma agrária um conjunto de medidas políticas adotadas para se reformular a estrutura fundiária de um país, isto é, para se redistribuir de modo mais eqüitativo as terras agrícolas entre os proprietários. A questão da reforma agrária adquire destaque sobretudo nos países onde a estrutura fundiária – o número de propriedades rurais, sua extensão e distribuição social – é muito concentrada, ou seja, poucos proprietários acabam por deter amplas extensões de terra [...] Estas não se limitam à mera distribuição de lotes de terra, pois, para serem conseqüentes, elas necessitam de uma política agrícola de créditos (para a compra de sementes, adubos, máquinas etc.) além da assistência técnica e da criação das condições para o escoamento da produção.

Os autores ainda afirmam que (1995, p.12)

A questão da reforma agrária no Brasil remonta ao século passado. Nas lutas pela abolição da escravatura, a distribuição das terras já era uma reivindicação de alguns setores da sociedade. Desde essa época, contudo, os interesses dos grandes proprietários – que constituíam a chamada “oligarquia rural” – já se faziam sentir na política brasileira. Esse panorama permaneceu durante várias décadas e se estende aos dias atuais.

Atualmente, o tratamento da questão da reforma agrária vem assumindo novos escopos a partir da dinamização da agricultura brasileira em termos de produtividade e competitividade nos mercados externos, que vem assumindo um grande peso no PIB brasileiro. E ao contrario de outros países, como Formosa, Japão e EUA, que dividiram a terra como forma de desenvolver o capitalismo na agricultura, no Brasil, os latifundiários vem utilizando-se de programas oficiais de crédito fundiário, justamente para manter isolado o pequeno agricultor nas fronteiras agrícolas, onde inexistem condições reais de progresso (CIDAP, 1991).

A reforma agrária pode ser tida como uma questão que atrai e polariza diversos setores da sociedade, políticas de governo e ideologias, aspectos que de

maneira alguma poderão ser solucionados se o alcance da reforma agrária permanecer tão restrito a certos círculos. Além disso, instituições que têm a responsabilidade e a coragem de tentar mediar a luta pela terra, acabam se tornando alvo de ações maniqueístas de outros grupos que detêm interesses próprios e contrários à realização da reforma agrária, além de disseminar uma imagem errada de radicalismo dessas instituições.

Para Martins, (2000, p. 87):

O tema reforma agrária é, seguramente, um dos mais equivocados nos embates políticos e partidários deste momento no Brasil. Equivocado pelo modo como é comumente proposto em diferentes meios; equivocado pela enorme carga de sub-informação que o acompanha, pelas descabidas paixões que desperta, pela real ignorância do tema que se manifesta em muitas opiniões a respeito: todos parecem ter um palpite a dar.

Estas opiniões, muitas vezes descabidas, vem dos dois lados da luta, as vezes são feitas por militantes que misturam ideologias, senso comum e ciência, e acabam fazendo um grande mal à própria luta pela terra, confundindo ainda mais o já perturbado campo de discussões que vem se inundando de informações, muitas delas inúteis e sem nenhuma pertinência, que ofuscam trabalhos realizados de maneira séria e com bases sólidas na ciência.

Vale lembrar que a reforma agrária tem seu próprio tempo, não sendo responsabilidade deste ou daquele governo, pois caminha a passos lentos. Em termos históricos ela teve uma de suas grande vitórias quando se deu a regularização fundiária no Brasil, que para alguns não passou de um mero ato administrativo, mas que para os posseiros que se viam em uma sangrenta guerra contra grileiros e latifundiários, foi um legítimo ato de reforma, que impediu uma maior processo de expropriação, que sem duvida daria ao país uma estrutura fundiária muito mais desigual da existente atualmente.

Na constituinte de 1987/88, houve uma série de retrocessos referentes a desapropriação de terras e aos direitos dos trabalhadores rurais. Um exemplo foi a retirada do direito à prescrição bienal, que privilegiava os camponeses que dependiam de salários no campo, porque os distinguiu dos demais trabalhadores assalariados, assegurando-lhes o poder de reclamar seus direitos mesmo até dois anos do termino do contrato de trabalho.

Segundo Martins (2000) apenas ações governamentais não são a solução do problema, é necessário uma ação direta da sociedade e de uma mística de inovação, que burocratas e técnicos não dispõem.

O atual governo, tem em seu programa, a meta de assentar cerca de 115 mil famílias até o final de 2004, porém, até a data de 17 de setembro, apenas 38,3 mil famílias receberam suas terras. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a reforma agrária que está sendo realizada pelo governo, é um reforma de “qualidade”, que apresenta assistência técnica às famílias assentadas. Neste ano de 2004, o INCRA informa que foi gasto 1,4 bilhão de reais, o que representa todo o orçamento previsto inicialmente, mas já está sendo providenciado uma suplementação de 700 milhões de reais, chegando a um total de 2,1 bilhão de reais gastos com a reforma agrária em 2004.

Já para Stédile (coordenador nacional do MST), essa reforma está se dando “em passos de tartaruga”, velocidade esta que segundo o INCRA varia de região para região, sendo que “alguns estados andam mais, outros andam menos”, afirma seu presidente.²³

A reforma agrária é tema de debate há tempos, e somente nas últimas décadas se torna um tema de extrema relevância, alcançando seu legítimo espaço de discussão na sociedade brasileira, para além do círculo acadêmico. A terra que até o momento é palco de extrema exclusão e enormes desigualdades, têm a oportunidade de se transformar em um lugar de onde brota a vida, o trabalho e a liberdade, se essa reforma for realizada de maneira correta com respaldo científico, político e jurídico (MARTINS, 2000).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1992, o Brasil era o 5º país das Américas com maior concentração de terra, em 2000, caiu para a 12ª colocação. Porém, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 100 mil famílias são expulsas do campo anualmente, pela estrutura de produção, há mais de 197 mil acampadas e uma lista de 850 mil cadastradas para receber terras.

Segundo Umbelino, A. U. (2004)²⁴:

○ cumprimento da meta estabelecida pelo presidente Lula no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de assentar 500 mil famílias

²³ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u64193.shtml> acesso em 10/10/2004.

²⁴ <http://www.mail-archive.com/latina@peacelink.it/msg02208.html> acessado em 19 de outubro de 2004.

até o final de 2006 poderá gerar 2,5 milhões de empregos no campo. De acordo com dados do IBGE o custo para se gerar um emprego numa indústria automotiva é de 50 mil dólares e o custo para a geração de um posto de trabalho no campo é de 1500 dólares. Além disso, ainda segundo o IBGE, a Reforma Agrária elevaria a renda do trabalhador rural, que hoje vive com menos de um salário mínimo para três salários mínimos.

A reforma agrária se mostra um grande instrumento de inclusão social a um baixo custo comparado às demais formas tradicionais de geração de renda e emprego. Porém, como comentado anteriormente, a meta prevista no início do governo está longe de ser atingida, já que existem muitos percalços a serem transpostos, desde problemas jurídicos e políticos até entraves burocráticos.

A reforma agrária deveria ser uma luta de toda a população brasileira, pois a sua concretização proporcionaria uma melhoria generalizada nas condições do país, tanto econômicas quanto sociais. Mas apesar da importância global dessa questão social, a luta pela reforma agrária assume pouca e/ou nenhuma expressão nos centros urbanos, fato decorrente da grande distância cultural construída entre o campo e a cidade. O urbano e o rural tornaram-se dois mundos aparentemente independentes e sem relação, acarretando uma alienação dos problemas referentes a cada um desses espaços.

Nesse sentido, a integração entre reforma agrária e turismo rural na agricultura familiar, pode vir a se tornar uma ponte entre os cidadãos e a realidade rural brasileira, através de experiências que buscam valores lúdicos²⁵ que proporcionem novas relações com a natureza e melhor qualidade de vida e que, ao mesmo tempo, ajude a divulgar e esclarecer as reais necessidades da agricultura familiar brasileira, que ainda sofre com o êxodo rural e carece de sérias políticas de redistribuição de terras.

²⁵ Refere-se a jogos e brincadeiras que integram o imaginário do ser humano, relativas ao seu comportamento.

6 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Sendo o Brasil um país com maior parte da população concentrada nos centros urbanos, a luta dos interesses do campo fica de fora da pauta de discussão em função dos não menos graves problemas enfrentados pelas cidades decorrentes da convulsão social existente no país: violência, saúde degradada, poluição, devastação do meio ambiente etc.

Além disto é preciso destacar que as cidades não comportam mais contingentes humanos provenientes do campo. O êxodo rural somente proporciona o crescimento das favelas, o aumento das estatísticas de desemprego e das atividades marginais.

Desprovidos de sérias políticas públicas, a efetiva reforma agrária vem sendo tratada de forma desinteressada em decorrência de fatores históricos. Nesse sentido, a transformação dependerá das pressões externas de seus interessados, ou seja, a grande massa de camponeses que persistem em permanecer em suas raízes. Destacam-se então os movimentos sociais, com o intuito de aglutinar forças populares para o enfrentamento dessa questão, que os poderes competentes insistem em permanecer inertes.

6.1 A formação do MST

Com o fim da ditadura, ocorreu uma reconstrução de grupos e movimentos que lutam pela melhor distribuição da terra no Brasil, trazendo a luz da sociedade esse problema que há muito aflige os trabalhadores rurais e pessoas que sempre viveram da terra, mas nunca tiveram sobre ela o menor direito. Historicamente, as famílias de agricultores se organizavam em busca de terra e melhores condições de trabalho e vida. Podemos citar como exemplo, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem terra) entre 1950 e 1964; Canudos e Contestado no final do século 19. A revolução mexicana, no início do século 20 e a cubana, em 1959, também foram sinônimos de "terra para quem nela trabalha".

No final da década de 70, em plena ditadura militar, o país vivia o chamado "milagre brasileiro", que trouxe para o campo desemprego e migração dos

camponeses para as cidades, em função da intensa mecanização da agricultura introduzida pelos governos militares que expulsou assalariados, arrendatários e parceiros do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge deste contexto tumultuado: de um lado o aparente desenvolvimento econômico, a globalização, e de outro, as lutas históricas da resistência no campo e do desenvolvimento da agricultura familiar.

O MST é constituído oficialmente 1984, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), não sendo idealizado por uma pessoa em particular, ou por algum grupo, mas sim por contingente de trabalhadores rurais que se viam em uma precária situação, sem emprego nas cidades e sem terra para plantar e colher o seu sustento. O fato que registrou o seu princípio foi o da ocupação e com ela o movimento se fortaleceu, o MST existe com esse propósito, o de ocupar e transformar o espaço agrário brasileiro.

6.2 As práticas do Movimento

Utilizando-se de diferentes formas de pressão, principalmente do movimento de massa, o MST faz da ocupação dos latifúndios improdutivos a sua bandeira e da produção de alimentos e resistência no campo o seu lema. Dessa forma o MST vem alcançando a mídia e conseguindo grandes avanços na questão agrária. O Movimento articula as suas ações políticas em duas modalidades:

- a) Acampamentos: organizações de camponeses ao longo das estradas públicas, invariavelmente em precárias condições de sobrevivência, vivendo sob moradas construídas com lonas plásticas etc.
- b) Assentamentos: após muita resistência nos acampamentos, a terra é conquistada e a desapropriação institucionalizada. A partir daí começa a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

A reforma agrária, porém, não termina com o assentamento das famílias no campo. Essa etapa cumprida sugere outra subsequente que seria a sustentabilidade das famílias, para tanto inúmeras conquistas tais como crédito, moradia, assistência

técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades das famílias sem terra também precisam ser supridas.

Com o tempo e a experiência adquirida, o MST vem conseguindo organizar seus assentamentos em forma de associações e cooperativas e utilizando-se de ideários autogestionários para a sua gestão. Através do trabalho coletivo, as unidades produtivas dos assentamentos vêm fazendo o beneficiamento dos produtos naturais e agregando valor ao produto que sai mais valorizado para o mercado.

As cooperativas têm por objetivo reunir os produtores em uma unidade produtiva com fim socioeconômico, seguindo alguns princípios básicos, tais como: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Um dos pontos neurálgicos comuns a todos os assentamentos do MST refere-se ao acesso de tecnologia, quer seja de produção, quer seja de gestão.

Do ponto de vista da produção os assentamentos do MST são compostos por famílias de camponeses quase sempre de escassa escolaridade, que viviam no campo como funcionários do latifúndio, empregados precários em épocas de colheita e plantio ou meeiros expulsos pela tecnologia de produção rural.

O pouco conhecimento que possuíam da atividade camponesa, em geral está vinculado à métodos e processos produtivos tecnologicamente superadas, socialmente desequilibradas e ambientalmente agressivas. Em outros termos, seus métodos produtivos remontam à “Revolução Verde”, pacote tecnológico, ideológico e destruidor do meio ambiente que submeteu a agricultura brasileira aos interesses das grandes corporações multinacionais dos venenos, sementes, adubos etc.

Assim, no que se refere à produção propriamente, os assentados estão vinculados, basicamente, a uma tecnologia produtiva superada.

É preciso afirmar, no entanto, que há clareza política da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quanto a esta debilidade. Não só clareza como intensa movimentação no sentido de superá-la. Nesse sentido, são inúmeros cursos, seminários, capacitações etc. a que estão sendo submetidos permanentemente os assentados, tendo em vista uma reconversão tecnológica que propaga pela produção de alimentos saudáveis, livres de insumos de síntese química. Cursos de agroecologia, permacultura, agricultura sustentável, produção

orgânica etc. são hoje, felizmente, uma permanente realidade no âmbito do MST.

Há no Movimento uma orientação política nacional que norteia todas as atividades realizadas dentro do âmbito do MST. Segundo o sítio do movimento, os objetivos do MST são de construir uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; que a terra seja bem de todos e esteja a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terras, de renda e de riquezas; buscando a justiça social, igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; difundindo os valores humanistas e socialistas nas relações humanas; combatendo todas as formas de discriminação social ao mesmo tempo que busca a participação igualitária da mulher.²⁶

Do ponto de vista da tecnologia de gestão as carências são ainda maiores. Dificilmente se poderia esperar de estratos sociais historicamente excluídos uma realidade diferente.

Mesmo com imensos esforços de superação há enormes deficiências nos métodos de gestão, quer sejam de planejamento, execução, controle e avaliação etc. Isso é decorrente da cultura organizacional brasileira. É comum na educação brasileira o ensino à submissão e o incentivo ao trabalho como empregado (NODARI; MUÑOZ, 2003).

Há igualmente na direção do Movimento a compreensão que estas deficiências organizacionais tratam-se de uma enorme lacuna a ser superada, já que os assentamentos mantêm crescentes vínculos com o chamado mercado, cujo funcionamento interno está marcado por obscuras leis.

Somando-se a gestão profissionalizada com o ideário político e autogestionário do Movimento, as cooperativas dos assentamentos da reforma agrária surgem como uma organização com fins produtivos e econômicos diferentemente de tudo que existe hoje em termos de administração, apresentando um modelo justo e democrático de organização dos trabalhadores para os trabalhadores.

Nos gráficos a seguir, se pode ter um idéia de como ocorreu o crescimento do MST entre os anos de 1990 a 2001.

²⁶ Fonte: www.mst.org.br acesso em 15 de agosto de 2004.

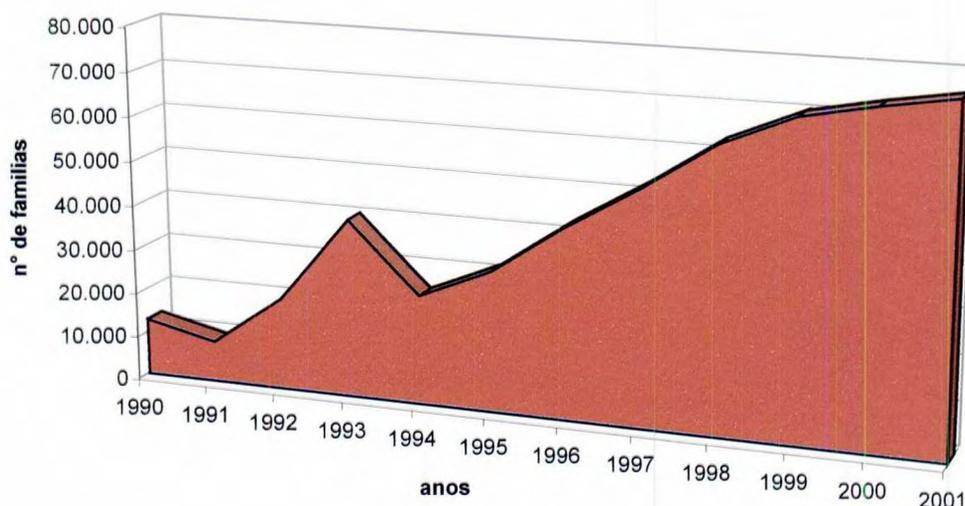


GRÁFICO 3 – Evolução do número de famílias acampadas entre os anos de 1990 a 2001

Fonte: www.mst.org.br

O gráfico 3 descreve quantitativamente a evolução do número de famílias que fazem parte do MST, e como após o ano de 1994, ocorreu um rápido crescimento, sendo que no ano de 2000, o número de famílias ultrapassou a marca de 70.000 em todo o território nacional, sendo que em 1990 este total não ultrapassa o de 15.000 famílias.

Uma conclusão que se pode tirar desses números é de que o problema no campo brasileiro não tem diminuído, para as milhares de famílias que vivem a baixo da linha de pobreza, pois estas não encontram melhor solução, senão entrarem na resistência e na luta por uma vida mais digna, através de movimentos populares como é o caso do MST.

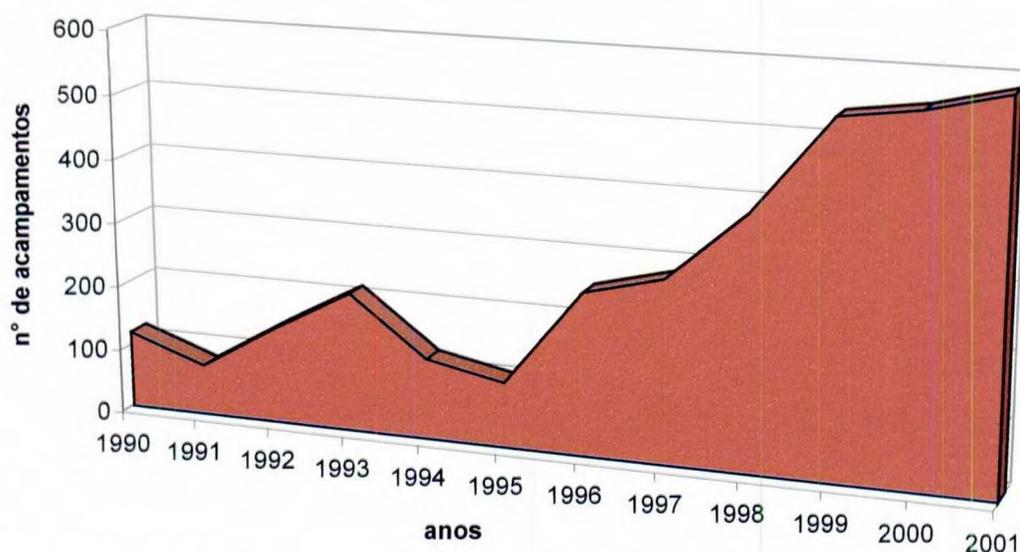


GRÁFICO 4 - Evolução no nº de acampamentos entre 1990 e 2001

Fonte: www.mst.org.br

Seguindo a tendência do gráfico 3, o de número 4, que se refere ao número de assentamentos em todo o território nacional, também demonstra um crescimento expressivo a partir do ano de 1995, até maior proporcionalmente ao número de famílias.

6.3 O turismo dentro do MST

O tema do turismo no MST é ainda muito recente. Como visto neste capítulo, o Movimento foi formado oficialmente em 1984 tendo, portanto, 20 anos de existência, e nesse momento, os assentamentos mais antigos vêm adquirindo maturidade nas suas formas de produção e comercialização que permitiram o seu desenvolvimento sócio-econômico.

Dessa forma, alguns assentamentos da reforma agrária possuem condições exemplares de como pode ser bem sucedida a política da reforma agrária, através de sua experiência concreta de organização.

Nesse sentido, o interesse de pessoas externas ao MST em estar conhecendo essas experiências é cada vez maior. Nesse momento, é preciso afirmar que o MST é o maior movimento social da América Latina, e um dos maiores movimentos sociais do mundo.

Não é preciso dizer também que o MST sofre, diariamente calúnias e difamações provindas daqueles que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento social do Brasil, e que estão a favor da manutenção deste estado de poder que sustenta para o país, o título de país mais desigual do mundo ²⁷.

No entanto, apesar de suas contradições, como toda e qualquer organização existente, o MST persiste em lutar de frente, carregando a bandeira da reforma agrária, bandeira esta, que como já discutido, está longe de um consenso. Mas o fato é que o MST não esconde por que veio e o que quer, o que incomoda enormemente os setores elitistas da sociedade, que apregoam uma verdadeira guerra midiática e uma mistificação daquilo que seria o Movimento dos Sem Terra.

Nota-se, portanto que a luta pela terra, não se restringe aos limites do espaço rural, ela transcende os campos das análises científicas, políticas, sociais e ambientais. Porém, é preciso reconhecer também, que o Movimento não possui essa força midiática, e suas ações e experiências bem sucedidas simplesmente não chegam aos olhos e ouvidos dos brasileiros.

Dado esse quadro hediondo de mistificação, torna-se extremamente difícil lutar por uma melhoria geral da sociedade, quando a própria sociedade, alienada dos reais acontecimentos, é pré-concebida a enxergar com maus olhos aquilo que é para o bem estar coletivo. E é justamente nesse âmbito que entraria o turismo como uma forma de desmistificar aquilo que é comumente difundido.

É exatamente isso o que vem ocorrendo em alguns assentamentos da reforma agrária no Brasil. Possuindo uma razoável estruturação de produção, comercialização e organização interna, muitos visitantes, incluindo estrangeiros, querem ver com os seus próprios olhos as experiências bem sucedidas que esses assentamentos vem produzindo.

Com o crescimento dessa demanda, torna-se extremamente dispendioso, receber os visitantes, sem um retorno que a sustente. É justamente neste ponto que o debate sobre a criação de um projeto de turismo enquanto atividade econômica torna-se extremamente frágil dentro do MST.

Não existe hoje, no Brasil, um projeto ou programa de turismo nos assentamentos da reforma agrária que venha ocorrendo sistematicamente enquanto atividade econômica. O que existe, são assentamentos isolados que recebem

²⁷ <http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=9778&edit=Pesquisa&Codnews=999> acesso em 15 de setembro de 2004.

visitantes esporadicamente, sem um planejamento efetivo, muito mais com o intuito de se divulgar o Movimento, do que com a idéia de se gerar renda e trabalho. Pesquisas realizadas pelos autores apresentaram que no Rio Grande do Sul, através da COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul, entidade estadual que representa o Movimento, houve uma maior discussão e aprofundamento desse tema, através do MSTur, um programa de turismo solidário para os assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul e que tinha como intuito o alcance para outros estados brasileiro. Este programa será apresentado conjuntamente com o relato de três experiências gaúchas: Charquedas, Nova Santa Rita e Viamão.

6.3.1 O Programa de turismo rural do MST/RS²⁸

Dentre as pesquisas realizadas pelos autores na busca de experiências sistematizadas de turismo nos assentamentos da reforma agrária no Brasil, através de buscas realizadas na internet e em congressos, a maioria dos relatos sobre a prática de turismo em assentamentos, se referia a experiências realizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, devido à localização geográfica relativamente próxima ao Estado de Santa Catarina, decidiu-se visitar essas experiências e discutir com seus organizadores a maneira como caminhou a construção desses projetos de turismo.

Essa atividade turística nos assentamentos do Rio Grande do Sul deve-se em função da localização geográfica próxima à capital Porto Alegre, da história do MST, da organização das cooperativas e da produção orgânica. Diante disso, ocorre um intenso fluxo de visitantes aos assentamentos do estado.

Segundo Rodrigo Lopes:

Esse debate começou em 2000 [...] com as primeiras conversas internas, já havia um fluxo, a gente recebia as pessoas do nosso jeito, de maneira informal, e muita gente voltando. Gente que vinha e voltava depois com outras pessoas, então foi aí que a gente começou a discutir.

²⁸ Capítulo baseado na entrevista realizada com Rodrigo Lopes, da COCEARGS – Porto Alegre, em julho de 2004.

O primeiro assentamento a levantar a possibilidade da realização da atividade turística, foi o assentamento Lagoa do Junco, no município de Tapes que, pela localização próxima à praia, era um dos que mais atraíam visitantes. Um público, que segundo Rodrigo Lopes, não era de militantes do MST.

A partir de então, constatou-se essa demanda em outros assentamentos do estado, e percebeu-se a possibilidade de explorar o turismo enquanto atividade econômica. Isso, porém, gerou inúmeras controvérsias, que segundo Rodrigo Lopes, poderia comprometer politicamente os assentamentos. Esse debate, de exploração do turismo de forma remunerada, transformou-se num ponto extremamente frágil do Movimento, dada as diferentes percepções de seus componentes.

O projeto então foi caminhando a passos lentos e com muita cautela, estando submetido à aprovação da Direção Nacional do Movimento. Após inúmeros debates entre Direção Nacional e COCEARGS, foi estabelecido que o assentamento de Tapes poderia estar buscando recursos financeiros para investimentos, mas incluindo outros assentamentos do estado, com o intuito de se realizar um projeto piloto dessa natureza para os assentamentos da reforma agrária no Brasil.

Foi estabelecido, então, uma parceria entre o MST/RS com uma agência de turismo, através de um contrato de exclusividade assinado diretamente com a Direção Nacional em Brasília, que iniciou o processo de capacitação e treinamento dos assentados, inventário das potencialidades, formatação de um produto turístico, criação de rotas, questão da propaganda, dentre outras atividades.

Segundo Rodrigo Lopes:

Nós ficamos basicamente na execução, nossa função era da porteira pra dentro. A partir do momento que entrava no assentamento, nós fazíamos. E da porteira pra fora era com eles: transporte, comercialização, hotelaria, tudo com eles.

Porém, houve alguns empecilhos, como o não cumprimento do contrato realizado entre a agência turística e o MST/RS. Um dos problemas que acabou ocorrendo foi que a empresa após enviar algumas excursões aos assentamentos, não repassou a porcentagem do pagamento que caberia aos assentados, criando assim, uma série de atritos, que impossibilitou a seqüência da parceria, ocasionando inclusive problemas de ordem jurídicas.

O turismo nos assentamentos do Rio Grande do Sul prosseguiu, sem a presença da agência. De qualquer forma, Rodrigo Lopes apresentou três critérios que para ele, ainda permanecem como princípios norteadores da atividade turística nos assentamentos da reforma agrária no Brasil.

O primeiro critério está relacionado com os investimentos realizados em bens de capital nos assentamentos. Toda e qualquer melhoria construída com fins de desenvolvimento do turismo, teria que, obrigatoriamente ter utilidade para os assentados, mesmo que a atividade turística não venha a se concretizar.

Tal critério está relacionado com a não criação de elefantes brancos nos assentamentos, ou seja, para que não se crie uma infra-estrutura desnecessária e que a mesma não exclua a comunidade.

O segundo critério foi de que o turismo deve ser, necessariamente, uma atividade complementar na renda do assentamento. Segundo Rodrigo Lopes, assentamentos da reforma agrária tem como função primordial a produção de alimentos para o consumo da população brasileira, e o turismo não poderia assumir a condição de atividade central.

O terceiro critério está relacionado com o produto a ser comercializado para o desenvolvimento do turismo. Segundo Rodrigo Lopes:

[...] nós chegamos a conclusão de que, o nosso produto é o MST, nossa marca é o MST [...] o nome MSTur surgiu nessa época aí, e daí a gente chegou logo a conclusão de que o nosso produto é o MST.

Lopes ainda prossegue afirmando que:

[...] o objetivo é romper com a mídia de que o Sem Terra é violento, de que o Sem Terra é vagabundo e que o Sem Terra é massa de manobra. São os três elementos. Nós queríamos que através da convivência, através de se passar aquele tempo no assentamento, provar que o Sem Terra é senhor de seu destino, sabe o que está fazendo, que ele não é um marginal, não é violento, pelo contrário ele sofre a violência da sociedade, e de que nós produzimos sim, de forma diferente, inclusive orgânica, e nós estamos tentando caminhar para isso, não é possível romper totalmente, então essa é a idéia através da convivência.

O turismo do MSTur tem como público alvo os estudantes, intelectuais, sindicalistas e simpatizantes do MST. Eles são recebidos com chimarrão, torresmo e cucas, os recém chegados percorrem pocilgas e aviários, conhecem as moradias e o espaço natural do assentamento. Ao meio dia é servido churrasco acompanhado de saladas, feitas com verduras e legumes produzidos sem agrotóxicos. E ao final

da excursão, ocorre mais um encontro entre os visitantes e os assentados para um chá da tarde e encerramento da viagem.

Assim, a comunhão dos visitantes com o assentamento e assentados vai ao encontro da concepção do turismo no espaço rural e do turismo pedagógico, onde os visitantes têm a possibilidade de conhecer de fato, sem a intermediação de terceiros, a realidade de um assentamento da reforma agrária.

Não foi objetivo deste capítulo analisar os porquês, do sucesso ou fracasso do MSTur, mas sim de descrevê-lo e apresentar alguns elementos que podem nortear o presente estudo. Segundo Rodrigo Lopes, a parceria com a agência foi rompida, e as visitas voltaram a ocorrer sob a coordenação da COCEARGS, mas sem uma sistematização concreta e sem um ganho financeiro efetivo.

A seguir, serão descritas três experiências de assentamentos gaúchos que implantaram o turismo nas suas atividades econômicas.

6.3.1.1 A experiência no assentamento 30 de Maio – Charqueadas

O assentamento 30 de Maio localiza-se na cidade de Charqueadas, no Estado do Rio Grande do Sul distante 70 km da capital Porto Alegre. O assentamento existe desde 1990 e no início era formado por 46 famílias que constituíam a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda – COPAC, e se organizaram em agrovilas. O assentamento possui um total de 850 hectares, mas apenas 500 hectares são pertencentes a cooperativa, o restante é destinado ao uso individual de cada assentado, sendo que cada um escolhe a melhor maneira que explorar a parte que lhe foi destinada. Atualmente são 27 as famílias que trabalham coletivamente sendo que as demais estão organizadas de forma individual.

O diferencial do assentamento 30 de Maio está no canal de escoamento da produção, por ele ser próprio e representado por um mercado de médio porte no centro da cidade de Charqueadas. Além disso, o assentamento possui a produção de leite ecológico, que atualmente está no patamar de 100 litros/dia, e a lavoura, sendo estas atividades estratégicas do assentamento.

O turismo no assentamento se iniciou com a realização do MSTur, para se desenvolver uma atividade de turismo integrado entre os assentamentos e a Secretaria Estadual do MST no Rio Grande do Sul. A idéia do programa do MSTur

era a instalação de uma estrutura para o turismo, compatível tanto para a comunidade como para os visitantes.

O MSTur representava a necessidade de uma maior profissionalização por parte dos assentados, tanto na questão referente a se recepcionar os visitantes, quanto na forma de administração das atividades e da gestão financeira do projeto.

No entanto, a concepção de turismo presente até o momento no assentamento, conforme afirma Pedro, é a de um turismo solidário, com a proposta de que o visitante não tenha que pagar nada além dos custos decorrentes de sua visita ao assentamento, isto é, os visitantes pagariam apenas os custos de sua visita, não deixando nenhuma receita extra para os assentados.

A demanda turística no assentamento de Charqueadas se caracteriza, segundo Pedro, o assentado entrevistado, de estudantes universitários. Para ele, o assentamento se tornou referência para as Universidades do Estado, sendo que recebem em média, em torno de 1500 a 2000 visitantes por ano. Entretanto o teor dos objetivos pelos quais os estudantes visitam o assentamento não foi destacado na entrevista. Outro fluxo representativo da demanda para o assentamento está nos participantes do Fórum Social Mundial, que buscam conhecer a história e prática cotidiana do assentamento.

A organização da visita está estruturada segundo o seguinte roteiro:

- a) apresentação do Movimento: a organização do MST, relato sobre a história do assentamento;
- b) visitas pelos setores de produção, pela escola e;
- c) visita no mercado que o assentamento possui na cidade.

O objetivo do encerramento da visita no mercado da cooperativa é que os visitantes realizem compras após a visita no assentamento. Segundo Pedro, *“quando o pessoal vai ao assentamento, depois vai no mercado e faz as compras lá, é difícil alguém não sair com uma sacola”*.

O conjunto de edificações que o assentamento possui para a recepção de visitantes é composto por:

- a) um refeitório com capacidade para 80 pessoas e;
- b) um quiosque com capacidade para a realização de eventos com até 100 pessoas.

Cabe ressaltar, que a estrutura se refere para o turismo excursionista, ou seja, quando os visitantes passam menos de 24 horas no local e não pousam no assentamento.

Apesar de receber um grande número de visitantes, o turismo ainda não é considerado uma atividade estratégica do assentamento 30 de Maio. Isso é decorrente também em função da falta de pessoas no assentamento para estar desenvolvendo a atividade turística. Além disso, com o insucesso do programa do MSTur, as visitas não possuíam uma periodicidade constante, impedindo a geração de divisas seguras par o assentamento.

Para Pedro, existe um grande interesse de alguns assentados em estar desenvolvendo o turismo no assentamento, por isso ocorrem discussões entre a direção do assentamento e a Prefeitura Municipal de Charqueadas para a criação de uma rota municipal do turismo, caso o programa do MSTur não venha a ser reativado ou reformulado.

Constatou-se, portanto, que no Assentamento 30 de maio, a realização da atividade turística enquanto atividade econômica ainda é incipiente e pouco sistematizada. Apesar disso, o diferencial perante os outros assentamentos visitados, é de que suas visitas terminam invariavelmente no mercado do assentamento, que proporciona a venda de produtos e com isso complementa a renda do assentamento.

Nesse sentido, é possível afirmar, que dentre as experiências visitadas nos assentamentos do Rio Grande do Sul, a experiência de Charqueadas é a mais avançada.

6.3.1.2 A experiência no assentamento Capela - Nova Santa Rita

O assentamento Capela localiza-se na cidade de Nova Santa Rita que se situa a aproximadamente 22 km da capital Porto Alegre. O assentamento Capela é formado por 100 famílias, entretanto a cooperativa é constituída por apenas 31 famílias que trabalham de forma coletiva, sendo que e os demais trabalham de maneira individual.

A história do Assentamento Capela iniciou com a primeira ocupação ocorrida no dia 19 de setembro de 1989. As famílias ficaram acampadas durante cinco anos no município de Cruz Alta – RS.

No início, o acampamento possuía 1800 famílias, os acampados ocuparam a área de uma antiga usina de álcool que havia falido e que já estava penhorada. Com a pressão da sociedade civil, principalmente em função da proximidade de Porto Alegre, o INCRA comprou a referida área da antiga usina do Banco do Brasil.

O assentamento possui aproximadamente 2000 hectares, sendo que os lotes por família ficaram em torno de 17 hectares cada. Em 5 de maio de 1994, foi criada a COOPAN – Cooperativa de Produção agropecuária Nova Santa Rita. O assentamento está organizado em agrovila e sua estruturação é semelhante ao modelo da COOPERUNIÃO, cada família possui um lote de 800 m² para uso de acordo com o regimento interno.

A cooperativa possui criação e abatedouro de suínos, sua principal atividade econômica. Produz comercialmente arroz orgânico e está integrado com a Doux Frango Sul e leite. Além disso, possui também culturas de subsistência, tais como o feijão, mandioca, mel e pomar. Para a alimentação, é realizada uma compra coletiva de tudo que não se produz no assentamento. Educação, transporte e saúde, diferentemente da COOPERUNIÃO, ficam a cargo de cada assentado.

O assentamento está organizado da seguinte forma: setor de lavoura, setor de animais (suínos e vacas), setor de aviários, setor de administrativo (que inclui o escritório, creche e o turismo) e setor de abatedouro. Além disso, existem os sub-setores de peixes, reflorestamento e abelhas.

Um dos problemas da cooperativa refere-se à falta de mão de obra. A COOPAN possui 40 associados. Sendo que os jovens ainda estão em fase de aprendizagem e muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas na capital Porto Alegre. Segundo Zanete, assentado que se responsabilizou pelo acompanhamento da visita, *“aquelas (mulheres) que já pertenciam ao Movimento estão trabalhando na cooperativa, mas as que vieram depois, ou seja, se casaram com os assentados, não possuem essa consciência”*.

Sobre a atividade turística no assentamento, Zanete afirma que foi uma idéia que surgiu no Movimento Estadual e na agência de turismo. O assentamento recebeu franceses durante dois anos, além de alemães, italianos e espanhóis. A demanda é constituída na maior parte de visitantes do próprio estado, sendo representada por estudantes secundarista e universitários.

O objetivo principal com a recepção de visitantes é divulgar os resultados da reforma agrária. Com o turismo, *“os visitantes compravam os produtos da reforma*

agrária e ao mesmo tempo se divulgava o Movimento. O Fórum Social Mundial proporcionou boa parte dos estrangeiros, sendo que em uma edição vieram representantes de 40 países para visitar o assentamento”.

Assim como na COOPERUNIÃO, quando ocorrem visitas, um assentado fica encarregado pela recepção e acompanhamento. Segundo Zanete, os estudantes formam a maior parte da demanda, ele afirma que *“o pessoal faz muito trabalho sobre reforma agrária, além disso, há experiências anuais com colégios”.*

Atualmente o turismo hoje está à mercê da Direção Estadual do Movimento, mas COOPAN aparenta não estar muito animada para a recepção de visitantes. De qualquer forma, a estruturação do assentamento para a atividade turística pode ser considerada boa somente para o turismo excursionistas.

6.3.1.3 A experiência no assentamento regional Filhos de Sepé – Viamão

O assentamento Regional Filhos de Sepé localiza-se em Viamão que se dista aproximadamente 24 km de Porto Alegre. É o maior assentamento do Estado do Rio Grande do Sul com aproximadamente 9.406 hectares e 376 famílias ao todo. É um assentamento regional, subdividido em 4 assentamentos menores devido a seu grande porte, a saber:

- a) Assentamento Sepé Tirajú (setor A) – 123 famílias;
- b) Assentamento Milton Baradin (Setor B) – 20 famílias;
- c) Assentamento Novo Horizonte (Setor C) – 128 famílias e
- d) Assentamento Águas Claras (Setor D) – 105 famílias.

Possui uma produção composta de: abóboras, amendoim, arroz irrigado, batata, cana de açúcar, feijão, girassol, hortifrutigranjeiros, mandioca, melancia, melão, milho, moranga, Leite, Mel e Ovos.

O assentamento existe desde 1999. Era uma antiga fazenda que foi estruturada pelo dono do Correio do Povo e rádio Guaíba para a produção do arroz. Posteriormente a propriedade foi vendida a um outro proprietário que a modificou com o intuito de criação de gado.

Segundo uma das assentadas que acompanhou a visita, *“o início do assentamento foi muito complicado em função da inoperância do INCRA, principalmente em relação à infra-estrutura e na medição das propriedades dos assentados”.* A organização das famílias no assentamento Filhos de Sepé ocorre de

maneira individual, sendo que o assentamento foi dividido em áreas para viver e áreas para a lavoura.

A área para a lavoura fica muito distante das casas, chegando até a 13 km de distância, inviabilizando o trajeto diário a pé dos agricultores assentados, que invariavelmente necessitam pernoitar em cabanas construídas de maneira precária na área de lavoura. *“O problema das lavouras é que não possui estrutura para morar. Não há energia elétrica, água encanada, é um lugar muito frio, é possível ter enchentes e existem muitos mosquitos no verão. Dia de chuva é uma coisa impressionante na região”*, afirma Zanque, assentado entrevistado.

Segundo Uly, um dos assentados que acompanhou a visita, as terras do assentamento Filhos de Sepé são uma das melhores do Brasil para o cultivo do arroz. Uly afirma que, *“é uma área muito fértil que é boa para a produção de culturas encharcadas. Atualmente, 90% das terras são arrendadas, principalmente para os Catarinas²⁹”*.

Todo o assentamento faz parte da bacia do Rio Gravataí. Além disso, faz parte do APA – Área de Preservação Ambiental. Dentro do assentamento existe uma área de animais silvestres, um refúgio, onde pode ser encontrado cervo de pantanal, jacaré do papo-amarelo, pacas, dentre outros. O complexo pode ser apontado como uma das áreas mais importantes para a conservação de aves do Rio Grande do Sul, apresentando relevância mundial e lá está localizado uma Unidade de Conservação do SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

Em todo o assentamento, existe apenas uma experiência formada de cinco famílias que se organizam coletivamente, eles formam uma associação, mas que ainda está muito incipiente. A preocupação principal dessas famílias é estar viabilizando a produção de maneira integrada com o meio ambiente. Segundo Uly, *“descobriram que para se produzir não se necessita destruir o meio-ambiente: não usar veneno, não destruir nascente, não usar adubo químico, é somente uma questão de manejo”*.

Uly afirma que pela característica de área, o ideal é buscar uma cultura que se adapte às características do assentamento. Mas ele afirma que *“a própria assistência técnica acaba sendo um problema, já que ela está totalmente voltada*

²⁹ Como são denominados os grandes produtores de arroz oriundos de Santa Catarina.

para a produção convencional, e por outro lado, as famílias não se deram conta de que o meio ambiente é aliado, não inimigo”.

A prática do dia a dia proposta pelo MST é praticamente inexistente no assentamento Filhos de Sepé, o que acarreta uma grande desunião, segundo os assentados que acompanharam a visita, falta integração interna, afirmaram eles. Além disso, *“a tentação de se arrendar a terra e ir trabalhar na cidade ainda é muito grande, e até hoje, o INCRA é considerado inimigo dos assentados”*, comenta Uly.

Dado essa desorganização para com a produção e a própria organização interna, torna-se difícil imaginar um projeto de turismo, mesmo que ambiental, que seria a principal característica do assentamento Filhos de Sepé. É preciso que o assentamento Filhos de Sepé passe por uma reestruturação organizacional, já que a produção está muito mal organizada, individualizada e arrendada, para então se pensar no turismo.

Apesar disso, o assentamento recebe muitas visitas, apesar de não existir nada sistematizado. A Direção Estadual do MST possui um complexo, que possui um centro com uma estrutura muito boa para a realização de eventos de grande porte e uma casa que foi reformulada para servir como um alojamento coletivo.

Segundo Rodrigo Lopes da COCEARGS, o objetivo da Direção Estadual é transformar esse centro em uma pousada. Lá já foram realizadas algumas experiências de eventos internacionais com 90 a 100 pessoas. Embora seja um centro que pertence ao MST, pode ter um duplo caráter segundo Rodrigo Lopes: para atividade políticas do MST e para atividades turísticas do assentamento, quando não estiver sendo utilizado.

Segundo Zanque existe um potencial muito grande para o desenvolvimento do turismo em função da sanga, ou seja, um ponto turístico em função do meio ambiente. Além disso, estão sendo desenvolvidos projetos de agroecologia e manejo sustentável. No assentamento existe uma bioconstrução, que utilizam materiais naturais da região.

Zanque afirma que, *“a maioria dos visitantes são alunos de colégio, faculdade, que trazem seus lanches junto, pois eles não tem estrutura para receber”*. Ainda comenta que são poucos os que chegam a pernoitar no assentamento, e a maior parte deles é formada por estrangeiros.

O turismo dentro do assentamento vem ocorrendo de maneira muito desordenada para Zanque, que afirma que é um assentamento muito recente e que

não possui uma condição apropriada para a recepção de visitantes. Mesmo assim, comenta que, *“o pessoal percebe que isso é uma fonte de renda, mas o problema é a organização”*.

Percebe-se, portanto, que o assentamento Filhos de Sepé, diferencia-se enormemente dos outros assentamentos visitados pela sua riquíssima biodiversidade. Mas sua desorganização interna, marcadamente individualizada e arrendada impede que os princípios do MST se estabeleçam, o que em um primeiro momento, não pode caracterizar um produto turístico original do MST, já que como visto no presente capítulo, o turismo da reforma agrária teria como intuito principal a divulgação de experiências bem sucedidas da reforma agrária. Isso talvez possa estar relacionado com o pouco tempo de existência do assentamento, mas a prioridade, conforme os autores, é antes de se estar viabilizando uma atividade turística, é a organização da produção e da comunidade local sob os princípios do MST.

7 VIABILIDADE TURÍSTICA PARA O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

O assentamento Conquista na Fronteira, é o objeto de estudo do presente projeto. Após a realização do Projeto de Extensão intitulado Diagnóstico e Gestão Organizacional em unidades Produtivas nos Assentamentos da Reforma Agrária em Santa Catarina, na qual incluiu este assentamento e indicou um grande potencial para a realização do turismo enquanto atividade econômica e social. Econômica para agregação de renda nas atividades do assentamento e social para que através das experiências entre visitantes e visitados se estabeleça uma relação que permita desmistificar o MST, conforme discutido no capítulo anterior.

A seguir será apresentado o assentamento Conquista na Fronteira, caracterizado sua microrregião através da descrição do município onde localiza-se o assentamento, Dionísio Cerqueira. Será apresentada sua unidade de produção, a COOPERUNIÃO, e a forma de organização e produção. Além disso, conforme proposto por Lage (1991) será caracterizada a oferta e a demanda turística do assentamento, para as posteriores discussões sobre a viabilidade do turismo no assentamento.

7.1 O Município de Dionísio Cerqueira

Para um melhor entendimento do assentamento “Conquista na Fronteira”, será contextualizada brevemente a cidade de Dionísio Cerqueira, de acordo com os dados coletados em visitas in loco na cidade, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com integrantes da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, observação direta em pontos históricos da cidade, consulta às obras sobre a história de Dionísio Cerqueira e pesquisa telematizada. Cabe afirmar neste momento, que não se pretende com este capítulo realizar um rigoroso e detalhado estudo sobre Dionísio Cerqueira, mas apresentar alguns elementos que caracterizem o seu macro-ambiente.

7.1.1 Regiões Político-Administrativas do Governo do Estado de Santa Catarina

REG	NOME/MUNICÍPIO SEDE	REG	NOME/MUNICÍPIO SEDE	REG	NOME/MUNICÍPIO SEDE
01	São Miguel do Oeste	11	Cunibantes	21	Crupuna
02	Maravilha	12	Rio do Sul	22	Anaranguá
03	São Lourenço do Oeste	13	Ituporanga	23	Joinville
04	Chapecô	14	Ibarama	24	Jaraguá do Sul
05	Xanxerê	15	Blumenau	25	Mafra
06	Concórdia	16	Brusque	26	Canoinhas
07	Joaçaba	17	Itajaí	27	Lages
08	Campos Novos	18	São José	28	São Joaquim
09	Viderra	19	Laguna	29	Palmitos
10	Caçador	20	Tubarão		

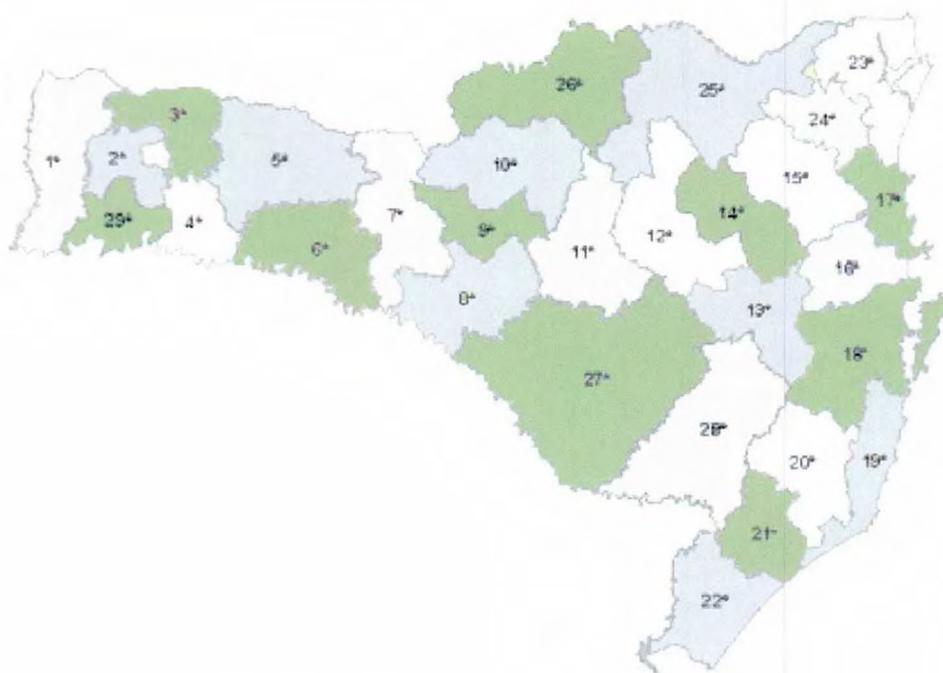


FIGURA 5 – Regiões do estado e suas respectivas sedes
Fonte: CIASC

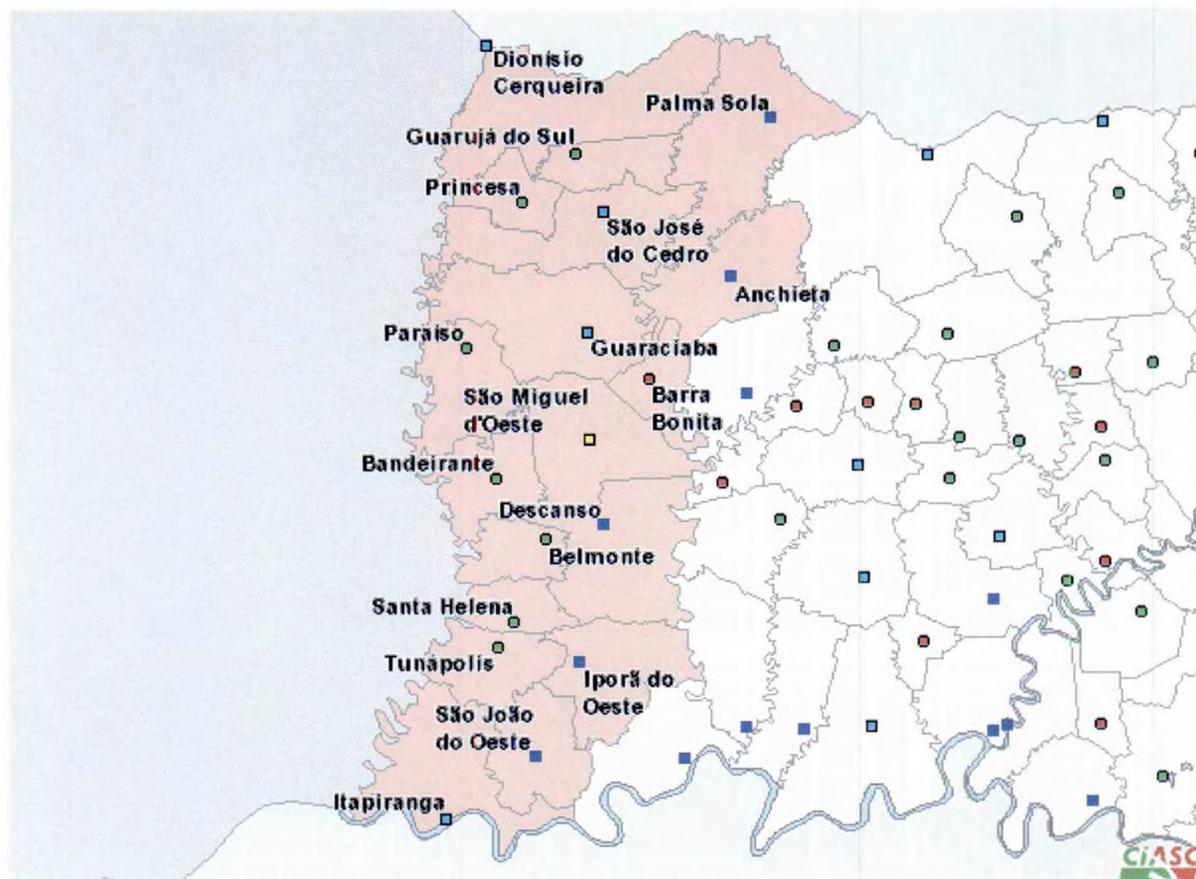


FIGURA 6 – Municípios pertencentes à região oeste

Fonte: CIASC

7.1.2 Características Gerais

- Data de fundação: 14 de março de 1954;
- Data festiva: 14 de março (aniversário da cidade) – Festa da Integração;
- Principais atividades econômicas: agricultura, importação e exportação;
- Colonização: italiana e alemã;
- Principais etnias: italiana e alemã;
- Área: 379,3 km²;
- Clima: temperado, com temperatura média entre 18° C e 36°C;
- Altitude: 830m acima do nível do mar;
- Cidades Próximas: São Miguel do Oeste, Guarujá do Sul, São José do Cedro, Bernardo Irigoyen (Argentina), Barracão (Paraná).
- Mesorregião: Oeste
- Microrregião: São Miguel do Oeste
- Distância da capital: 759 km

7.1.3 Breve Histórico de Dionísio Cerqueira

Dionísio Cerqueira possui uma rica biografia, ainda que pouco sistematizada, mas que apresenta uma série de detalhes importantes para o entendimento da história brasileira e catarinense. A pouca valorização da história local é um fato um tanto corriqueiro na educação brasileira, mas é um paradigma que necessita ser superado para a compreensão da constituição do espaço brasileiro e suas inúmeras variáveis.

Segundo Pereira (2004, p.11), descobertas arqueológicas feitas no alto do Rio Uruguai, nas imediações da foz do Rio Peperi-Guaçu, comprovam que há dez mil anos atrás a região já era habitada. [...] sabe-se que os guaranis e outras tribos do grupo étnico tupi predominavam nas margens do alto do rio Paraná, nas margens do Rio Uruguai e seus afluentes, na época do descobrimento da América.

Após o “descobrimento” das Américas em 1492 por Cristóvão Colombo, e com a vinda das primeiras missões espanholas e portuguesas para o Novo Mundo, foi assinado em sete de junho de 1494 o Tratado de Tordesilhas que partilhava as novas terras descobertas e por descobrir entre Portugal e Espanha. Segundo esse tratado, seria criada uma linha divisória imaginária afastada sete léguas a poente de Cabo Verde.

Para Pereira (2004, p.14), é consenso que hoje essa linha cortaria o Brasil de Belém, no Pará, a Laguna em Santa Catarina, mas nos primeiros séculos do descobrimento oficial da América, o Tratado ficou cercado de incertezas e por isso nunca foi devidamente aplicado.

Desconsiderando-se as especificidades do Tratado de Tordesilhas e toda a história de colonização portuguesa no Brasil, o fato é que, num primeiro momento, toda a formação geográfica brasileira seria distinta do que é atualmente caso fosse respeitado tal tratado. Praticamente o Estado de Santa Catarina por completo desapareceria do mapa, literalmente.

Segundo Informativo da Administração Democrática e Popular de Dionísio Cerqueira, os primeiros registros da história da cidade remontam a cerca de 370 anos, quando bandeirantes paulistas construíram acampamentos na região de fronteira do então território paranaense do Peperi-Guaçu.

Segundo a mesma fonte, as fronteiras entre o Brasil e a Argentina, a partir do Rio Uruguai até a foz do Rio Iguaçu estavam indefinidas e havia sérias discordâncias entre os dois países [...] a primeira definição das fronteiras deu-se em 1750, entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madri. Ela foi explorada e delineada por uma expedição científica de portugueses e espanhóis, em 1759. Seria este o início de da povoação da tri-fronteira. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, ratificou as definições da expedição.

Porém, os impasses sobre os limites entre Brasil e Argentina continuaram e uma definição só veio ocorrer em 1895, quando o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, encaminhou a questão ao então presidente estadunidense Grover Cleveland que foi escolhido de comum acordo entre os governos brasileiros e argentinos como árbitro. O impasse estava nos acidentes geográficos apontados pelos países para a delimitação das fronteiras: enquanto o governo brasileiro queria a demarcação pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio Guaçu, o governo argentino apontava os rios do Peixe e Jangada.

De acordo com Informativo da Administração Democrática e Popular de Dionísio Cerqueira, como já viviam brasileiros na região, a definição foi pelos rios Peperi e Santo Antonio, Cleveland deu ganho de causa à tese do Brasil, firmando o documento da medição através do Laudo Arbitral de 5 de fevereiro de 1895.

Em 4 de julho de 1903 foi fundada a Vila do Peperi-Guaçu, que no mesmo momento, mediante acordo entre as pessoas que assinariam a ata de fundação, passou a chamar-se Vila Dionísio Cerqueira, pertencente ao município paranaense de Clevelândia e geminada com a povoação do lado argentino. O nome foi em homenagem ao general baiano Dionísio Evangelista Cerqueira, Engenheiro Militar e Chefe da Comissão Mista de Demarcação de Limites entre o Brasil e Argentina, que prestou importantes serviços na região e morreu em 16 de novembro de 1910.

Definida fronteira entre Brasil e Argentina, através de Dionísio Cerqueira, falta esclarecer porque essa região, inicialmente pertencente ao Estado do Paraná se tornou território catarinense. Para tanto, é preciso se reportar de volta à Guerra do Contestado, que ocorreu de 1912 à 1915, cujo o palco principal foi o Vale do Rio do Peixe e do Iraní.

É preciso primeiramente corroborar com Pereira, que o objetivo não é descrever a Guerra do Contestado em si, que não se desenrolou na Fronteira, mas

sim destacá-la porque uma de suas conseqüências foi a fixação definitiva dos Limites entre Paraná e Santa Catarina.

Segundo Pereira (2004, p.64), em 20 de outubro de 1916, cansados de tantos embates e tentativas frustradas de mediação, e a Nação perplexa com a luta fratricida na região contestada, foi assinado um acordo entre os governadores do Estado do Paraná e Santa Catarina, Afonso Camargo e Felipe Schmidt juntamente com o presidente da República Venceslau Braz. Este definia que a parte Norte de Santa Catarina se limitaria com o Paraná, pelo Rio Negro até sua foz no Rio Iguaçu e por esta até a barra do Rio Jangada, dividindo-se Porto União e União da Vitória pela ferrovia e das cachoeiras do Jangada, em linha seca, pelo divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, até a linha que une as cabeceiras dos rios Santo Antonio e Peperi-Guaçu.

Esse divisor de Águas atingiu exatamente a vila de Dionísio Cerqueira, que se transformou em duas, passando posteriormente o território paranaense a se chamar Barracão. Assim estavam formadas as cidades tri-gêmeas: Dionísio Cerqueira/SC (emancipado em 14 de março de 1954), Barracão/PR (emancipado em 17 de dezembro de 1952) e Bernardo de Irigoyen/ARG (emancipado em 11 de junho de 1921). O Município de Dionísio Cerqueira foi oficialmente instalado em 14 de março de 1954, e em 11 de fevereiro de 1962 passou à categoria de Comarca.

Em 5 de abril de 1979, o Porto Seco entre Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen foi homologado como passagem internacional de cargas. Estando localizado no epicentro do MERCOSUL. Atualmente a passagem é conhecida também como a Rota Natural do MERCOSUL, e congrega rodovias, ferrovias e hidrovias, sendo a mais curta rota interoceânica.

O Ponto de Fronteira Alfandegado foi inaugurado em 22 de agosto de 2003, aumentando em grande medida a capacidade de exportação e importação pela cidade de Dionísio Cerqueira e dinamizando a economia da região.

7.2 Formação do assentamento Conquista na Fronteira

Este assentamento compõe a história do MST e seu surgimento no estado de Santa Catarina, pois vários assentados estiveram nas primeiras ocupações que ocorreram neste estado: o histórico 25 de Maio de 1985, quando milhares de famílias organizaram-se, junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao MST, para

grandes ocupações nas regiões de São Miguel do Oeste e Abelardo Luz (Lisboa, 1988), provindas de diversas localidades, como Chapecó, Palmitos, Anchieta, Caxambu do Sul e Quilombos (CAMINI, 2000).

Antes mesmo da constituição do assentamento já existia uma forte ligação entre as famílias que pretendiam ocupar a terra, ligação esta que provinha de diversos fatores: algumas por parentesco, outras pelo trabalho realizado pelas Comissões Pastorais da Terra (CPT), por local de origem e até mesmo por ideais.

Diversas eram as discussões realizadas entre as famílias a respeito do futuro, forma de organização da produção, local onde seria o assentamento etc. Muitas vezes, as famílias eram transferidas para locais não apropriados, até mesmo encaminhadas para áreas de proteção ambiental, sendo que os mesmos recusaram-se a permanecer no local. Todo esse sofrimento e incerteza durou 3 anos e 3 meses até que foi descoberta uma área hipotecada do Banco BANERJ, localizada em Dionísio Cerqueira (CAMINI, 2000).

Entretanto, o INCRA havia definido alguns critérios para o novo assentamento. Já existiam algumas famílias cadastradas pelo município de Dionísio Cerqueira para terem acesso à terra, assim sendo, o MST, o INCRA e a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, entraram em comum acordo, estabelecendo que a área de 1200 hectares disposta para o assentamento da reforma agrária seria composta de 35 famílias oriundas dos acampamentos do MST (25 de Maio) e 25 famílias oriundas da própria região.

Segundo Nodari e Muñoz (2003, p. 33):

Em 24 de junho de 1988 se deu a chegada das primeiras famílias à área destinada pelo INCRA à construção do assentamento. Ocorreram diversos debates sobre como o assentamento iria ser denominado, mas sabia-se que teria uma relação com a luta e com as conquistas por ela proporcionadas, além de levar em consideração a localização do assentamento. Após várias sugestões e reuniões, decidiu-se pelo nome "Conquista na Fronteira".

As famílias que vieram dos acampamentos do MST tinham uma discussão avançada sobre a organização da produção de forma coletiva e compartilhavam a estrutura proposta pelo MST, já as famílias da região, que naquele momento não detinham nenhum sistema organizacional pré-definido tiveram dificuldades de se estabelecer. Logo que os dois grupos de famílias passaram a conviver, algumas não

se adaptaram e acabaram se retirando do assentamento, sendo substituídas ao longo do tempo por outras famílias.

As famílias assentadas tinham consciência de que essa divisão entre os dois grupos de famílias não era saudável para o assentamento, o horizonte sempre foi formar um coletivo em toda a área. Camini (2000, p. 9) afirma que:

A idéia de unificação surgiu em 1991 num curso de formação integrada que aconteceu no assentamento. Na oportunidade, foi plantada uma árvore como símbolo desta unificação. Para isto os grupos foram se organizando, discutindo e estudando, com vistas a preparar as famílias para a cooperação de todo o assentamento.

Um dos pontos de convergência que incentivaram o processo de unificação das famílias do assentamento foi a criação da escola, sendo que a união em outras atividades como a apicultura e a associação das famílias na cooperativa corroborou para a total unificação das famílias, que acabou ocorrendo em 1995, onde todos passaram a ser integrantes da COOPERUNIÃO, acarretando na unificação de todo o processo de trabalho, da terra e dos bens.

Um dos problemas que as famílias do Assentamento Conquista na Fronteira tiveram desde a sua chegada foi para com a receptividade da comunidade local, sendo que houve uma grande resistência por parte dos moradores da região, que a princípio discriminavam os assentados e viam com maus olhos a forma pela qual eles se organizavam. Ocorriam desde discriminação dos comerciantes, até perseguição por parte da polícia, que com freqüência revistava os assentados a procura de armas. Somente com o tempo e trabalho realizado no assentamento foi possível ganhar a confiança da população local e do poder público.

Atualmente o Assentamento Conquista na Fronteira é um assentamento modelo do MST, sendo considerado um dos mais exemplares assentamentos da reforma agrária no Brasil, devido à sua organização coletiva, que não se restringe apenas ao plano econômico, mas engloba todas as formas sociais, podendo ser considerada como um modelo alternativo de sociedade.

7.3 Constituição da Cooperativa do assentamento

O nome COOPERUNIÃO surgiu devido ao modelo organizacional coletivo do assentamento Conquista na Fronteira, sendo uma herança do sistema pelo qual o MST vem se dispondo a trabalhar, fortalecendo a união entre os pequenos agricultores, a ponto de se tornar possível a criação da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda., fundada em 1º de outubro de 1990, com 41 sócios fundadores e atualmente com 108 sócios.

As atividades da COOPERUNIÃO se confundem com o as do assentamento Conquista na Fronteira em função de seu caráter coletivo, tornando-se indissociável a sua relação, dado que o fator econômico está envolvido em praticamente todas as questões cotidianas dos assentados. Assim sendo, os objetivos da cooperativa podem ser apresentados da seguinte maneira: desenvolvimento da produção e comercialização agropecuária coletivamente; a busca para o acesso de créditos e possíveis investimentos; e a atuação conjunta da comunidade e cooperativa para a realização de compras e vendas.

A missão da COOPERUNIÃO é organizar o trabalho e a questão social para garantir o bem estar das famílias, bem como a transformação social; reivindicar e defender os direitos dos trabalhadores rurais, garantir a permanência do homem no campo, avançando politicamente e economicamente.

7.3.1 A organização Interna

A COOPERUNIÃO, por decisão dos associados, e conforme a legislação vigente, foi organizada levando-se em consideração a experiência de organização adquirida nos tempos de acampamento, sendo estruturada da seguinte forma (CAMINI, 2000):

a) **Assembléia:** é o órgão supremo de decisão. Conta com a participação de todos os assentados e reúne-se quinzenalmente ou extraordinariamente. A partir dos 12 anos de idade é permitido o direito ao voto àqueles que participam no trabalho;

b) **Conselho Fiscal:** composto por seis membros eleitos, três suplentes e três efetivos. Tem como função fiscalizar as finanças da cooperativa, também cuida de

questões legais, regimento interno e trabalha para que as deliberações tomadas em Assembléia e pelo Conselho Diretor sejam cumpridas.

c) Conselho Diretor (Diretoria): formado por cinco pessoas, é a instância máxima de administração da cooperativa, estando abaixo apenas da Assembléia Geral e submetido à análise pelo Conselho Fiscal. Segundo o regimento interno compete ao Conselho Diretor:

Administrar coletivamente a cooperativa; elaborar o planejamento e dar acompanhamento; planejar e pensar o estratégico do assentamento; discutir e encaminhar a formação técnica das pessoas, dos setores e equipes; e, juntamente com a coordenação, dar direção política ao assentamento, cumprir e fazer cumprir o regimento (Regimento Interno, 1997, p. 3).

d) Conselho Social e Político (coordenação): é formado por no máximo nove pessoas. Coordena aspectos sociais e juntamente com o Conselho Diretor dar direção política ao assentamento. Segundo o Regimento Interno, é função deste conselho:

Encaminhar estudos e discussões políticas; contribuir nas discussões das equipes de trabalho, comissões e núcleos; definir vagas para cursos de formação política e encaminhar associados para encontros e manifestações; manter a organização interna cumprindo e fazendo cumprir o estatuto e o regimento interno e demais decisões estabelecidas da cooperativa; coordenar reuniões de encaminhamentos (Regimento Interno, 1997, p. 5).

e) Núcleo de discussão: sua função é discutir e sugerir propostas. A direção da cooperativa geralmente envia uma proposta. Desenvolver estudos de formação política como: planos para o MST, sindicalismo, partidos políticos, análise de conjuntura, alternativas de produção ou novas formas organizativas, leituras do Jornal do MST. Funciona também como núcleo de Base do conjunto do MST. Existem 6 núcleos de discussão, formados em função da proximidade das casas, a saber: Justino Dreischski; Roseli Nunes; Sepé Tiarajú; Paulo Freire; Padre Josino; Olívio Albani.

f) Comissões:

f1) Comissão de Saúde: formada por sete pessoas. É responsável por encaminhamentos médicos, higiene; da saúde em geral. Ela dá o aval se a pessoa

enferma está ou não em condições de trabalhar. Tem como função também, reivindicar dos órgãos públicos os direitos dos cidadãos no que diz respeito a saúde.

f2) Comissão de Educação: formada por sete pessoas. Supervisiona a vida estudantil da creche à faculdade. Ela deve estar vinculada ao setor de educação do MST.

f3) Comissão de Esporte e Lazer: também formada por sete pessoas. Promove eventos de lazer e esporte, festas, campeonatos de bocha e futebol, bailes, etc.

g) Setores:

g1) Setor de Controles e Custos: define os custos de tudo o que é produzido. Controla as horas trabalhadas de cada associado e das máquinas e também o patrimônio.

g2) Setor de Produção: tem por função fazer cumprir o planejamento anual e administrar a mão-de-obra. É formado pelos sete coordenadores das equipes de trabalho, e mais sete pessoas, uma de cada equipe.

g3) Setor de Finanças: responsável pelo setor financeiro da cooperativa e pela contabilidade (pagamento dos salários).

g4) Setor de Pesquisa e Comercialização: faz pesquisa de mercado para compra e venda dos produtos, e efetua estas transações.

h) Equipes de Trabalho: são no total sete equipes responsáveis pelas seguintes atribuições:

1. Gado leiteiro;
2. Apicultura, avicultura, piscicultura e suinocultura;
3. Lavoura de grãos, máquinas, secador e trabalhos práticos na escola do assentamento;
4. Abatedouro e frigorífico;
5. Produção para subsistência e Ciranda Infantil;
6. Pomares, erva-mate e reflorestamento;
7. Construção das casas.

7.3.2 Organização do trabalho e da produção

Todos os trabalhadores estão vinculados a uma equipe, que possui um coordenador e um vice-coordenador. Os coordenadores das equipes de trabalho participam do respectivo setor de produção, que é composto por todos os coordenadores das diferentes equipes, que ficam encarregados de encaminhar os trabalhos de sua respectiva equipe e realizar a marcação das horas trabalhadas em planilhas individuais e mensais que são recolhidas e arquivadas.

O período de produção se estende de segunda a sexta-feira, sendo que os sábados e domingos permanecem reservados para a realização de reuniões, atividades organizadas, lazer e trabalhos particulares. A carga horária de trabalho fica no mínimo em 8 (oito) horas diárias para os homens e de 4 (quatro) horas para as mulheres (não levando em consideração o trabalho doméstico, que não é de menor importância). A figura 7 apresenta a estrutura organizacional da COOPERUNIÃO.

Segundo Camini (2000), cada integrante da cooperativa poderá usar 4 dias de trabalho do mês para uso particular. Além disso, cada membro tem direito a 15 dias de folga por ano.

É possível perceber dentro da organização do assentamento uma certa rigidez no que se refere à organização do trabalho e da produção. É um aspecto a ser pensado dentro de uma organização que preza pela autonomia de seus assentados. Por outro lado, devido a relação da COOPERUNIÃO para com o mercado, sua postura necessita ser de maior profissionalismo, dado que isso significa sua própria sobrevivência. Nesse sentido, o MST coloca em choque a busca de seus ideais de transformação social com os mecanismos de sobrevivência num mercado extremamente competitivo.

A produção no assentamento é diversificada, chegando, segundo Camini (2000) a mais de 40 tipos de produtos. São 5 os setores estratégicos de produção da COOPERUNIÃO, a saber: Produção de Leite, de Aves, de Peixes, de Grãos (lavoura) e Florestamento/Reflorestamento. Além disso, há os produtos destinados apenas para subsistência.

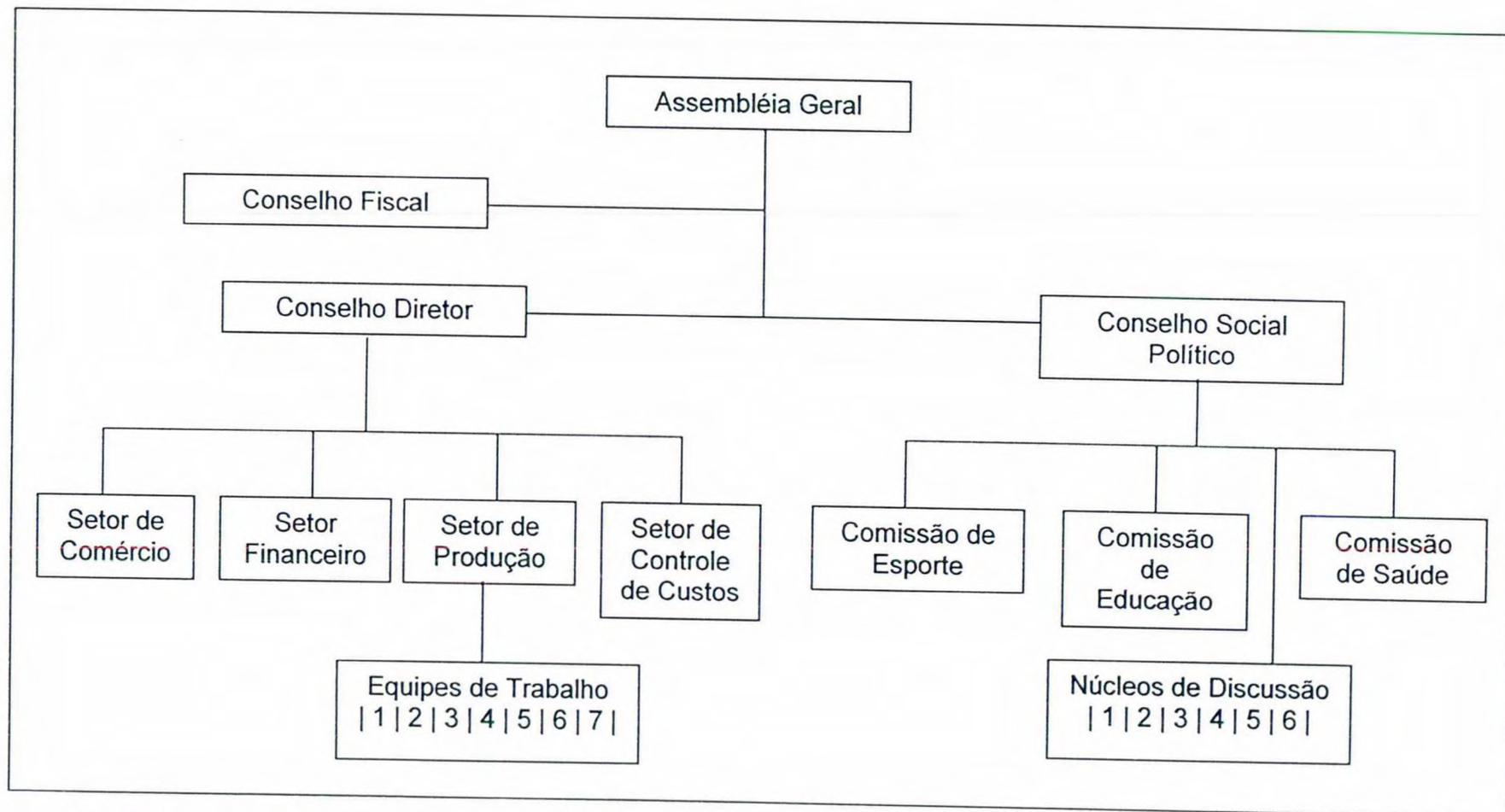


FIGURA 7 – Estrutura Organizacional da COOPERUNIÃO
 Fonte: COOPERUNIÃO

Uma das grandes diferenças da COOPERUNIÃO está na sua forma de remuneração. A partir dos 18 anos de idade, todos os trabalhadores recebem o mesmo valor por hora trabalhada, independentemente do trabalho realizado.

A participação dos jovens nas atividades da cooperativa pode iniciar-se aos 12 (doze) anos de idade, com o consentimento dos pais e com a não interferência no horário de estudo e lazer. A função a ser realizada pelo jovem está sujeita as necessidades da cooperativa e ao desejo do mesmo, não tendo a produtividade como principal fim, mas sim a aprendizagem, o que não se caracteriza como trabalho. Porém, exige-se que o jovem participe de todas as atividades da cooperativa, como reuniões, estudos, etc. Neste caso, os jovens de 12 a 14 anos recebem como incentivo 50% da renda econômica e 25% da subsistência. Os jovens adolescentes dos 15 aos 17 anos, recebem 80% da renda e 50% da subsistência. (CAMINI, 2000).

7.4 O turismo no assentamento

A COOPERUNIÃO se destaca pelo seu avançado modelo organizacional coletivo, que ultrapassa os limites da unidade produtiva e permeia o assentamento Conquista na Fronteira. O processo decisório da COOPERUNIÃO, caracterizado pela democracia interna, eleições, alternância no poder, encontros semanais para discussão, dentre outras, proporciona um entendimento de administração, diferentemente do ocorre na maioria das organizações tradicionais.

Esse modelo autogestionário, somado aos ideais do MST, através de sua luta pela reforma agrária e às belezas naturais que o assentamento possui, tem atraído uma série de visitantes que procuram conhecer de que forma se dá a vida dos assentados de Conquista na Fronteira.

A direção afirma ser de 60% a 70% a área de cobertura vegetal do assentamento, com cachoeiras, trilhas, montanhas etc. Some-se a isso açudes, passeios a cavalo, produção de alimentos, leite, mel, caldo de cana, melado, dentre inúmeras atividades que proporcionam ao assentamento um enorme potencial de turismo rural complementado turismo pedagógico (NODARI; MUÑOZ, 2003).

A partir dessa constatação, o presente estudo apresenta agora os dados coletados com o intuito de se formatar um produto turístico, conforme posto por Lage

(1991), e discutir a viabilidade e o tipo de turismo que se assume para o assentamento.

74.1 A oferta turística no assentamento

A definição da oferta turística, conforme discutido na revisão da literatura, permite direcionar os recursos que estarão disponíveis para a satisfação das necessidades dos visitantes e como eles interagem com o ambiente.

Lage (1991) apresenta que para a classificação da oferta turística, pode-se considerar três tipos de categorias, a saber: atrativos turísticos, equipamentos e serviços; e infra-estrutura de apoio turístico.

7.4.1.1 Os atrativos turísticos do assentamento

Segundo Lage (1991), os atrativos turísticos podem ser considerados como: os recursos naturais; os recursos históricos/culturais; as realizações técnicas-científicas contemporâneas; e os acontecimentos programados. A seguir serão caracterizados todos os atrativos turísticos coletados no assentamento.

7.4.1.1.1 Os recursos naturais

São inúmeros os recursos naturais que podem estar sendo colocados à disposição para a realização do turismo, sempre tendo em mente, a utilização ecoeficiente, conforme assinalado por Assis (2000).

Corroborando com o autor e sendo um dos objetivos deste trabalho, busca-se a exploração dos recursos naturais de maneira sustentável, evitando assim sua degradação ao mesmo tempo em que proporciona aos visitantes uma experiência agradável.

Os rios e suas quedas d'água representam um dos grandes atrativos presentes na paisagem do assentamento, sendo ao todo três rios no assentamento, dois deles nas divisas e um que corta a propriedade. É um total de três mil metros que cada rio percorre dentro da área do assentamento, totalizando cerca de 9 Km de corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais. A largura média dos três rios fica em torno de três metros, não variando muito, com uma profundidade de cerca de 2,5 metros em certos pontos, ficando extremamente rasa em outros. A topografia dos

rios é irregular, por comportar partes planas e depressões. A cor da água é clara, chegando a ser completamente transparente em alguns pontos. As zonas aptas para o banho localizam-se próximas das quedas d'água, e possuem um grau de dificuldade regular de acesso.

São ao todo doze quedas d'água, porém, são quatro que se destacam para a visitação. Estas têm em média 40 metros de altura, sendo que a mais alta chega até a 60 metros. Distanciam-se mil metros do alojamento, tem um alto grau de dificuldade de acesso e proporcionam uma boa apreciação da paisagem local.

Entre lagos e açudes existem nove ao todo, sendo que a grande maioria está localizado nas proximidades das agrovilas, eles tem uma coloração de água que varia entre clara e escura, com uma profundidade média de três metros. Os mesmos não estão em condições serem usados pelos banhistas. A melhor alternativa é a utilização destes para a exploração dos pesque-pague, o que inclusive já vem ocorrendo durante a temporada de verão. Segundo os assentados, a COOPERUNIÃO anuncia nas rádios da região e recebem pessoas provindas até de Chapecó. A entrada custa R\$2,00 e o peixe in natura sai por R\$2,50 e o peixe limpo sai por R\$3,00. O açude foi cercado e foram construídos quiosques individuais nas margens. O entorno se caracteriza por pinheiros, araucárias e erva-mate.

7.4.1.1.2 Os recursos sócio-culturais

Os recursos sócio-culturais permitem uma re-valorização daquilo que foi socialmente construído em determinado local. Nesse sentido, a conservação dos recursos culturais no processo de transformação em produtos turísticos podem ser incentivos reais para o processo de revitalização da identidade cultural, tanto no nível comunitário quanto no regional. (VERBEKE; LIEVOIS, 2002).

Dentro do assentamento podem-se citar alguns atrativos propostos por Lage (1991) como sendo sócio-culturais. A etnia dos assentados pode ser caracterizada como de quatro grandes grupos, a saber: alemã, italiana, polonesa e cabocla.

A partir de um diagnóstico sócio-cultural (apêndice A) aplicado aos assentados, pôde-se levantar uma série de dados que permitiram caracterizar o perfil dos mesmos. Com base nesse diagnóstico, foi possível traçar a gastronomia do local, que possui como pratos típicos: a lasanha caseira feita no cilindro à mão, o risoto, a polenta recheada com carne moída ou carne de frango, mandioca cozida,

macarrão caseiro, anholini, morcilha, salame, queijo, dentre outros pratos típicos que compõe a cultura local. Para as sobremesas, foram citados como pratos típicos: o pudim, o sagú, o bolo recheado com frutas (abacaxi, doce de leite), grostoli, rapadura, chimia, melado, pé-de-moleque. Essas opções de culinária permitem uma valorização do saber-fazer local.

A arquitetura local não possui características que a diferenciem das demais residências camponesas. Trata-se de casas simples de madeira, com 2 cômodos, sala, cozinha, banheiro e varanda, que foram construídas não mais que 15 anos, que é o tempo de existência do assentamento. É preciso destacar neste momento, que o assentamento passará por reformas nas casas, devido a um crédito alcançado junto à Caixa Econômica Federal, que irá transformar as casas de madeira para alvenaria.

O modo de vida dos assentados não deixa de ser uma experiência à parte. Ao se visitar o assentamento, o cotidiano das famílias, segundo Camini (2000), ocorre da seguinte forma: as crianças de 0 a 3 anos, freqüentam a ciranda infantil diariamente, os demais jovens freqüentam a escola do assentamento até a 4ª série, e daí em diante, as crianças e adolescentes estudam na cidade – vão com ônibus conquistado junto à prefeitura – ou são liberados para cursarem o terceiro grau (na maioria das vezes, um curso técnico do MST). Cabe ressaltar que a cooperativa garante aos filhos dos assentados toda a educação, desde a ciranda infantil, até o ensino médio, incluindo materiais escolares e transporte.

O sistema de saúde possui uma comissão que se responsabiliza por auxiliar os assentados quando existir necessidade. Em Dionísio Cerqueira existe um programa de saúde da família, da qual uma assentada é agente de saúde e recebe formação por parte da prefeitura, sendo a responsável pelo acompanhamento das famílias no assentamento. Recentemente, foi construído um Posto Médico, ao qual foi dado o nome “Che Guevara”, com recursos de um projeto junto à uma instituição internacional, cujo o nome não foi pesquisado. Uma vez por semana um médico da prefeitura comparece ao posto para atender a comunidade e pessoas da região. Atualmente, comissão de saúde está realizando um programa de homeopáticos que está sendo produzido no próprio assentamento para consumo interno.

As atividades de lazer praticadas pela comunidade são típicas do interior catarinense. Existe a prática do futebol (masculino e feminino), para todas as idades, além de bocha e jogos de baralho. São organizadas festas esportivas

periodicamente, envolvendo crianças e idosos, onde são praticadas atividades como voleibol, bingo, pesca esportiva, banhos nas cascatas etc. Além disso, o assentamento possui uma bodega, que funciona aos sábados e domingos no período da tarde.

Desde janeiro de 2004, um programa de Esportes financiado pelo governo federal ocorre em 10 municípios do Brasil como projetos pilotos, sendo Dionísio Cerqueira uma das cidades beneficiadas e o assentamento uma das comunidades contempladas. No total são 8 pessoas contratadas pela prefeitura: coordenadores (1), monitores (4) e bolsistas (3), com recebimentos, respectivamente, de R\$700, R\$300 e R\$250.

Todos os recebimentos são repassados para a Cooperativa, que paga os participantes conforme a hora trabalhada do assentamento, que por sua vez, está investindo na estrutura de lazer da comunidade: ampliação da churrasqueira, ampliação da cozinha e da copa. Além disso, existem planos para a construção de um espaço coberto para o lazer (mesas e bancos, de maneira artesanal). Vão ser construídos também vestiários para os jogos de futebol.

Este último exemplo apresenta como uma organização avançada como a do assentamento, pode beneficiar-se através do trabalho coletivo. Cabe ressaltar, que a não diferenciação entre as horas trabalhadas pelos assentados, se aplica a todos os que trabalham fora da cooperativa, que repassam seus respectivos salários para a COOPERUNIÃO e recebem como todos os demais.

Uma das atividades mais importantes entre os assentados é a formação de uma consciência política para entender a sociedade e transformá-la, através de grupos de estudo para discussão com toda a comunidade da conjuntura nacional, através da leitura e análise de textos e da realização de cursos de relações humanas entre outros (CAMINI, 2000).

Além disso, são inúmeros cursos, seminários, capacitações etc. a que estão sendo submetidos permanentemente os assentados, tendo em vista uma reconversão tecnológica que propaga pela produção de alimentos saudáveis, livres de insumos de síntese química. Cursos de agroecologia, permacultura, agricultura sustentável, produção orgânica etc. são hoje, felizmente, uma permanente realidade no âmbito do MST (NODARI; MUÑOZ, 2003).

Um outro ponto a ser levado em consideração na cultura dos assentados, é sem dúvida, a sua militância enquanto componentes do MST. Segundo Camini (2000, p. 23):

○ assentamento vive com intensidade e mística. Ela está presente nos símbolos que usamos. A bandeira do MST está em evidência por toda parte da nossa área de produção. Mantemos placas, pinturas e cartazes com frases da nossa luta. Nos encontros maiores da comunidade fazemos memória da nossa história.

Essa afirmação de Camini (2000), destaca a imensa importância que assume a simbologia do MST. Não houve uma casa visitada em que não estivesse pendurada a bandeira do Movimento, o que proporciona uma grande coesão e identidade, motivando-os na luta pela terra e pela transformação social.

A mística é uma outra dinâmica do MST que proporciona muita vivência e reflexão por parte dos assentados. A mística se caracteriza como uma mostra cênica que tem o intuito de trazer a tona diferentes temas geradores para a reflexão das pessoas, que segundo Camini (2000), alimenta a esperança.

A militância compõe também a solidariedade do assentamento para/com outras pessoas/organizações carentes, através de atos filantrópicos e trabalhos voluntários. Além da militância política de alguns assentados participando ativamente das atividades política na região, através na participação de partidos políticos e sindicatos rurais.

Nota-se, portanto, uma intensa participação da comunidade do assentamento nas questões referentes aos interesses da população local. Talvez, a soma de todas essas práticas seja o principal motivo pelo crescente interesse em se conhecer esta organização.

7.4.1.1.3 Realizações técnicas-científicas contemporâneas

Dentro de um assentamento de reforma agrária, conforme anteriormente discutido, a prioridade de sua existência é a produção de alimentos. Conforme esse princípio, a característica principal de um assentamento é sua produção agropecuária.

No assentamento Conquista na Fronteira, conforme explicitado anteriormente, existe uma produção diversificada, chegando a mais de 40 tipos de produtos. São 5 os setores estratégicos de produção da COOPERUNIÃO: produção de leite, de

aves, de peixes, de grãos (lavoura) e florestamento/reflorestamento. Além disso, há os produtos destinados apenas para subsistência.

O leite produzido é agroecológico, utilizando-se do Pastoreio Racional Voisin (PRV), que é um sistema de produção à base de pasto, que implica no uso rotativo e racional de pequenas parcelas de pastagem (MACHADO FILHO, 2001)

A produção de grãos na COOPERUNIÃO é trabalhada de forma coletiva, a lavoura possui grande variedade de alimentos produzidos sendo que alguns produtos são comercializados, tais como: milho, feijão, soja, arroz etc. Boa parte da alimentação dos assentados tem origem na lavoura, que são produzidos na maioria das vezes de forma orgânica. (NODARI; MUÑOZ, 2003).

A produção dos frangos é uma produção natural, sem hormônios e sem antibióticos, sendo um de seus diferenciais em relação às agroindústrias convencionais.

Além disso, o assentamento possui criação de animais para consumo interno, tais como suínos, gado de corte e gado leiteiro. Possuem pomar, horta coletiva, apiários, produção de melado etc. Sendo todos esses alimentos produzidos pelos próprios assentados, eles têm o cuidado extra desde a escolha dos grãos, passando pelo plantio até a colheita. Todo esse cuidado chama a atenção num momento onde a população das cidades se vê cada vez mais preocupada com a sua saúde, devido ao uso descontrolado de insumos tóxicos em plantações em larga escala.

Conforme Lage (1991), um outro componente das realizações técnicas-científicas contemporâneas diz respeito ao artesanato contemporâneo e tradicional. Nesse sentido, quanto às habilidades manuais dos assentados, o diagnóstico sócio-cultural proporcionou as seguintes informações representadas no gráfico 5:

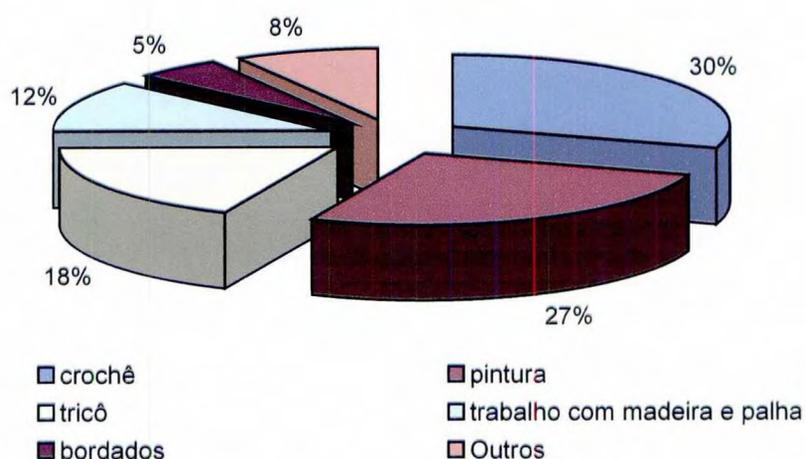


GRÁFICO 5 –Habilidades Manuais dos Assentados

Fonte: Dados Primários

O gráfico permite visualizar as habilidades manuais dos assentados. O crochê é a habilidade que mais se destaca dentre os assentados, estando presente em 30% dos questionários respondidos, seguidos pelas pinturas com 27%. A importância de se mapear as habilidades dos assentados, está relacionada com uma futura produção e comercialização de produtos artesanais localmente produzidos.

7.4.1.1.4 Os acontecimentos programados

O último elemento do grupo dos atrativos turísticos, explicitado conforme Lage (1991) são os acontecimentos programados. Nesse aspecto, o assentamento também dispõe de um grande número de festividades ao longo do ano. Segundo o roteiro de entrevistas (apêndice B), foram levantados as festas internas do assentamento e as externas na qual o assentamento participa.

As festas típicas do assentamento e/ou datas comemorativas são: 25 de Maio – aniversário da 1ª ocupação em Santa Catarina; 24 de junho – aniversário do Assentamento; 8 ou 14 de outubro – dia do trabalho voluntário e aniversário da morte de Che Guevara (nesse dia todos trabalham voluntariamente em prol da comunidade); 12 de outubro – se realiza o Encontro dos Sem-Terrinha.

Além disso, o assentamento realiza as festividades tradicionais de qualquer outra comunidade, tais como: festa de Páscoa; festa do dia das Mães; 8 de Março – dia da Mulher; festa do 1º de Maio; festa de encerramento das aulas; e uma grande

festa coletiva de encerramento do ano ocorrendo algumas vezes no Natal e outras vezes no Ano-Novo.

O assentamento participa também de festas regionais, tais como: 14 de Março – Festa da Integração (aniversário de emancipação de Dionísio Cerqueira), onde a COOPERUNIÃO organiza um restaurante com vendas de refeições e produtos artesanais; 25 de julho – Festa do dia do Colono; Junho/Julho – Arraial da Fronteira, onde normalmente se coloca uma banca com os produtos da COOPERUNIÃO para vender na cidade; Festa do Milho Crioulo (abril / março) – ocorre de dois em dois anos; e Festa da Melancia – início de janeiro – Uma festa envolvendo todos os assentamentos da região oeste.

7.4.1.2 Os equipamentos e serviços do assentamento

Resgatando Lage (1991), os equipamentos e serviços podem também ser denominado de “super-estrutura”, pois inclui as principais instalações de superfície, o conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística.

Através de visitas in-loco com roteiros de pesquisas estruturados, foi possível coletar dados para a caracterização da “super-estrutura” local, que a seguir serão apresentados.

Para hospedar os visitantes o assentamento conta atualmente com um alojamento com capacidade de abrigar 28 pessoas, sendo dividido em dois grandes dormitórios, um masculino (14 leitos) e um feminino (14 leitos). Cada leito tem seu jogo de cama com travesseiro, roupa de cama, cobertor, colchão e edredom.

Os utensílios de cozinha (pratos, talheres, panelas, etc.) destinados ao alojamento suprem uma demanda para no máximo 20 pessoas. Quando exceder esse número, é preciso utilizar os equipamentos pertencentes originalmente à escola e ao salão.

Uma limitação referente ao alojamento é a precariedade do banheiro, que é único, para atender os 28 leitos. Quando existe necessidade, acaba-se utilizando os banheiros pertencentes ao escritório da cooperativa, onde há 1 banheiro masculino e um feminino, com 2 chuveiros, 2 pias e 2 privadas em cada um.

No que tange a estrutura de comunicações, existe um telefone central, que no horário comercial fica disponível no escritório da cooperativa e fora desse horário e

aos finais de semana fica na casa do assentado Marcos Dreyer. Além de um fax no escritório da cooperativa. Não existe um sistema de transporte especial dentro do assentamento, apenas o transporte escolar cedido pela prefeitura.

Com relação à água utilizada no assentamento, grande parte provém de um de uma fonte e o restante de poços artesianos. A água é retirada do poço artesiano através de uma moto bomba, localizada no centro do assentamento. Sendo que toda ela tem um monitoramento quanto a sua "potabilidade", principalmente a água utilizada pela cooperativa no processo produtivo do frango. Todas as residências têm água encanada, além do assentamento possuir duas caixas de água gerais. A falta de água raramente ocorre.

O saneamento básico é acompanhado pela comissão de saúde. Nas casas os dejetos são depositados em fossas sépticas, tendo uma por casa. A situação mais precária se refere ao chiqueiro e ao estábulo, onde existe somente uma fossa para se coletar os dejetos.

Na escola é trabalhada a questão da reciclagem e em uma casa perto da cooperativa é reunido todo o lixo reciclável. Quando se tem uma quantidade razoável, chama-se a prefeitura para fazer o recolhimento. Muitas das famílias fazem a separação do lixo, mas com relação ao papel a maioria delas ainda queima junto com a madeira no fogão a lenha. Muito papel também é doado para a CEBEM – Centro de Atendimento e Bem estar do Menor. Com relação ao lixo orgânico, cada família possui a sua composteira.

Em relação à sinalização no assentamento, a mesma é muito precária, quase inexistente, tendo algumas placas somente em relação ao pesque-pague. Os demais atrativos turísticos carecem seriamente de atenção, mesmo a colocação de um portal no início do assentamento já foi cogitada, por haver apenas uma pequena placa indicando a entrada.

7.4.1.3 Infra-estrutura de apoio turístico

A infra-estrutura de apoio turístico, ou simplesmente "infra-estrutura", conforme Lage (1991), é formada pelo conjunto de edificações, instalação de estruturas físicas e de bases que proporcionam o desenvolvimento da atividade turística, tais como: as informações básicas do município; os sistemas de transportes; os sistemas de comunicações – agências postais e telegráficas, postos

telefônicos; outros sistemas – saneamento, água, gás, eletricidade; sistemas de segurança – delegacias de polícia, postos de polícia rodoviária, corpo de bombeiros entre outros; o equipamento médico hospitalar – pronto-socorros, hospitais, clínicas, maternidades entre outros.

Nesse sentido, as informações necessárias para a descrição da “infra-estrutura”, transcendem o assentamento e necessitam ser buscadas no município de Dionísio Cerqueira. As seguintes informações caracterizam o que se denomina como macroambiente, também denominado como ambiente externo na literatura administrativa. Segundo Nickels & Wood, o ambiente externo é o conjunto de fatores fora da cadeia de valores da empresa que podem influenciar o seu sucesso.

Quanto a população, o município de Dionísio Cerqueira é composto da seguinte forma, conforme tabela 5:

TABELA 5 – População de Dionísio Cerqueira

Ano	POPULAÇÃO					
	Urbana		Rural		Total	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
1998	8.402		5.503		13.905	
1999	8.416	60,4%	5.513	39,6%	13.929	100,0%
2000	8.610		5.640		14.250	
2001	8.651		5.667		14.318	

Fonte: IBGE Censo 2000

A população de Dionísio Cerqueira vem apresentando um leve crescimento nos últimos anos, sendo que 60,4% da população vive no perímetro urbano do município.

Quanto à localização, a tabela 6, apresenta os seguintes dados:

TABELA 6 – Localização dos domicílios

Local	Nº	%
Urbano	2.354	62,9%
Rural	1.391	37,1%
Total	3.745	100,0%

Fonte: IBGE Censo 2000

Conforme apresentado na tabela anterior, a situação dos domicílios reflete a maioria da população de Dionísio Cerqueira como residentes no perímetro urbano, representando 62,9% dos domicílios da cidade.

Sobre a infra-estrutura de água na cidade, 57,2% das residências estão ligados na rede geral de água, ou seja, quando o domicílio é servido de água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos e 32,2% das residências estão com a água canalizada de poço ou nascente. Isso representa que 89,4% das residências de Dionísio Cerqueira estão com a água canalizada.

Quanto à infraestrutura de água, a tabela 7, apresenta que:

TABELA 7 – Infraestrutura de água

Tipo	Nº	%
Ligados a Rede Geral	2.142	57,2%
Canalizado Poço ou Nascente	1.205	32,2%
Não Canal. Poço ou Nascente	387	10,3%
Outros Canalizados	4	0,1%
Outros não Canalizados	7	0,2%
Total	3.745	100,0%

Fonte: IBGE Censo 2000

Quanto à infra-estrutura de esgoto, o município de Dionísio Cerqueira apresenta a seguinte situação conforme tabela 8:

TABELA 8 – Infraestrutura de esgoto

Tipo	Nº	%
Ligados a Rede Esgoto ou Pluvial	111	3,0%
Fossa Séptica	760	20,3%
Fossa Rudimentar	2.574	68,7%
Vala	132	3,5%
Rio, Lago ou Mar	6	0,2%
Outro Escadouro	70	1,9%
Sem Banheiro ou Sanitário	92	2,5%
Total	3.745	100,0%

Fonte: IBGE Censo 2000

A rede de esgoto do município de Dionísio Cerqueira encontra-se em condições precárias. 68,7% dos domicílios estão ligados a uma fossa rudimentar, ou

seja, instalação sanitária ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc). O que representa um sério atraso para o desenvolvimento da cidade.

Quanto à situação do lixo, segundo a tabela 9:

TABELA 9 – Infraestrutura da coleta de lixo

Tipo	Nº	%
Coletado	2.055	54,9%
Não Coletado	1.690	45,1%
Total	3.745	100,0%

Fonte: IBGE Censo 2000

Com relação ao lixo produzido pelo município, 54,9% é coletado. Porém não se especifica se esse lixo possui algum tratamento especial, tal como a reciclagem.

A tabela 10 apresenta a classificação do município de Dionísio Cerqueira com relação aos municípios catarinenses, enquanto os seguintes aspectos:

TABELA 10 – Classificação do Atendimento Serviços Básicos

Tipo	%	Classificação
Água: Ligados a Rede Geral	57,2%	111º
Esgoto: Rede Geral e Fossa Séptica	23,3%	216º
Lixo: Coletado	54,9%	148º

Fonte: IBGE Censo 2000

Quando comparados aos outros municípios catarinenses, Dionísio Cerqueira não atinge grandes padrões de desempenho. Considerando-se que o Estado de Santa Catarina possui 293 municípios, seu melhor rendimento se refere ao abastecimento da água, onde aparece em 111º lugar. Com relação à Rede Geral e Fossa Séptica, o município aparece somente em 216º, o que denota sua precária estrutura para com o esgoto.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, atualmente é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países³⁰. Quanto ao IDH, a tabela 11 apresenta os seguintes dados:

³⁰ Fonte: <http://www.pnud.org.br/idh/> acesso em 18 de setembro de 2004.

TABELA 11 – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH	Município		Estado		Brasil
	1991	2000	1991	2000	2000
Índice de Longevidade	0,733	0,748	0,753	0,811	0,710
Índice de Educação	0,753	0,830	0,808	0,906	0,830
Índice de Renda	0,580	0,650	0,682	0,750	0,720
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,689	0,743	0,748	0,822	0,772
Classificação no Brasil	1485°	2077°	5°	4°	
Classificação no Estado	216°	265°			

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2002 - IPEA

O índice de desenvolvimento humano do município de Dionísio Cerqueira é um dos mais baixos do Estado de Santa Catarina, sendo que sua classificação piorou quando comparado ao ano de 1991, caindo de 216° para 265° no ano de 2000, não acompanhando a tendência do Estado de Santa Catarina que, no ano de 2000, possui a 4ª melhor posição no Brasil, dentre os Estados da Federação.

7.4.2 A demanda turística no assentamento

Conforme Sandroni (1994) a demanda pode ser caracterizada como a procura por um bem/serviço, tendo como princípio a quantidade destes, que o consumidor esteja disposto a adquirir a um determinado preço em determinado momento.

Para melhor caracterizar a demanda, busca-se a segmentação da mesma. A OMT (s/d.), em seu manual de municipalização do turismo propõe a divisão entre a demanda efetiva e potencial.

No caso do Assentamento Conquista na Fronteira, a demanda efetiva possui uma grande expressão, sendo um dos maiores incentivadores da realização do presente projeto. Através da análise do Livro de Visitas, mantido pela direção do assentamento, foi possível visualizar a demanda de visitantes.

Constam no Livro de Visitas as seguintes informações sobre cada recepção realizada: as datas em que ocorreram, o número de pessoas que participaram da visita, os locais de origem dos visitantes (cidades, estados, países), a profissão que cada um exerce e os objetivos que os mesmos tinham em mente ao se deslocarem

para o assentamento. É preciso destacar, no entanto, algumas considerações antes da análise em si.

Segundo discussões com a direção do assentamento, o Livro de Visitas não foi utilizado rigorosamente em todas as visitas, ou seja, em algumas visitas não foram registradas, ou por esquecimento, ou mesmo pela falta de importância de tal registro. Além disso, o Livro de Visitas não foi preenchido com todas as informações durante todas as visitas, em dados momentos, algumas informações foram negligenciadas. O objetivo destas considerações é chamar a atenção para a não exatidão dos dados registrados, eles representam grande parte da demanda em termos qualitativos, porém, em termos quantitativos é possível que os registros sejam incompletos.

O período de tempo que os registros contemplam ocorre entre 4 de Janeiro de 1997 a 30 de Agosto de 2003. De acordo com o Livro de Visitas foram realizadas 203 visitas ao assentamento, o que totalizou um número de 6.740 visitantes. A seguir, serão discutidas as principais características desses visitantes.

7.4.2.1 Quanto ao país de origem dos visitantes

Conforme a tabela 12, os visitantes são oriundos dos seguintes países:

TABELA 12 - Visitantes segundo o país de origem entre 1997 e 2003

País	%	Frequência
Alemanha	0,5	1
Argentina	2,5	5
Bélgica	0,5	1
Brasil	93,6	190
Cuba	0,5	1
E.U.A.	0,5	1
Turquia	0,5	1
Uruguai	1	2
Itália	0,5	1
<i>Total</i>	100	203

Fonte: dados secundários

O total de visitas realizadas ao assentamento Conquista na Fronteira segundo o país de origem tem sua quase totalidade provinda do Brasil, com um total de 190 visitas, ou 93,6%. O segundo país em número de visitas é a Argentina com 5, ou

2,5% do total, os demais países, como Alemanha, E.U.A., Uruguai entre outros são responsáveis por apenas 0,5% cada.

O gráfico 6 apresenta a distribuição dos percentuais:

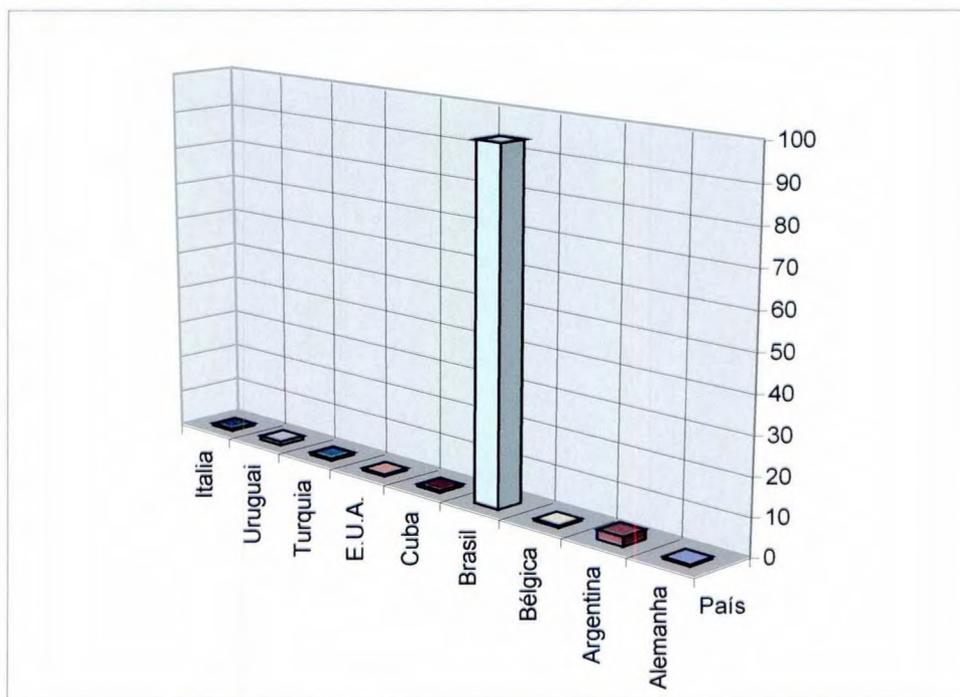


GRÁFICO 6 – Visitantes segundo o país de origem

Fonte: dados secundários

Nota-se que a incidência de turistas estrangeiros ainda é muito baixa, até mesmo de argentinos, que geograficamente estão muito próximos ao assentamento, e por usarem a cidade de Dionísio Cerqueira como rota de passagem para o litoral catarinense.

Por mais baixa que seja a incidência de turistas estrangeiros no assentamento, é preciso reconhecer sua ocorrência. A presença de estrangeiros gera motivos de atenção por parte dos autores. Como pessoas vindas de longínquas partes do mundo vão parar no assentamento Conquista na Fronteira? De qualquer forma, o acesso de pessoas vindas de diferentes partes do mundo para um mesmo espaço fundamenta as motivações do turismo no assentamento.

7.4.2.2 Quanto à procedência dos turistas nacionais

Conforme observado do gráfico 8, 93,6% das visitas são oriundas do próprio Brasil, o que representa em termos absolutos, 190 visitas das 203 registradas. O

número total de cidades verificadas na pesquisa chegou a 79 diferentes localidades que enviaram uma ou mais pessoas para visitar o assentamento da reforma agrária, sendo estas cidades, espalhadas por todo o território nacional, mas com uma grande concentração das mesmas, na região sul do Brasil.

A análise dos dados sobre as cidades com maior procedência de visitantes nacionais ao assentamento Conquista na Fronteira, pode ser visualizada na tabela 13:

Tabela 13 – Principais procedências dos visitantes

Cidades	(%)	Frequência
Chapecó	15,5	26
São Miguel do Oeste	8,3	14
Florianópolis	5,4	9
Dionísio Cerqueira	4,2	7
São José do Cedro	4,2	7
Guaraciaba	3,6	6
Outras	58,8	99
<i>Total</i>	100	168

Fonte: dados secundários

O gráfico 7 permite a visualização dessas porcentagens:

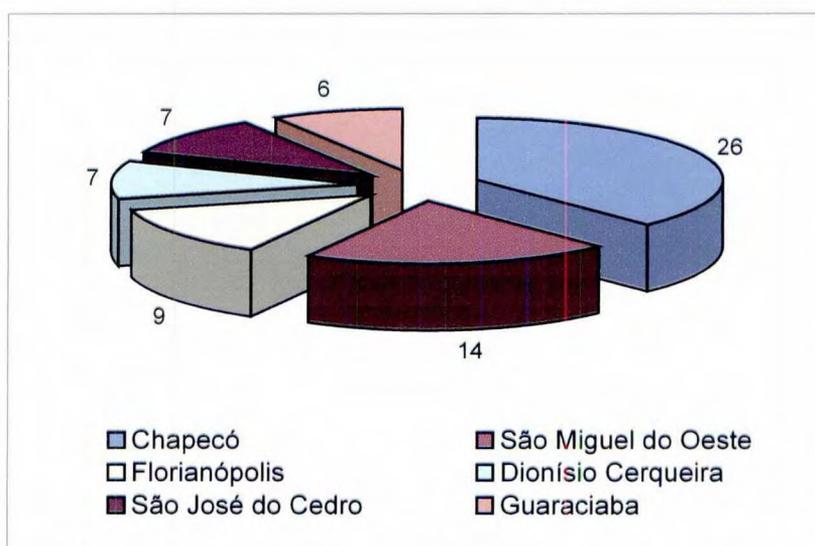


GRÁFICO 7 – As cidades com maior procedência de visitantes

Fonte: dados secundários

Como pôde ser observado na tabela 13 as seis cidades citadas correspondem a soma de 41,2%, do total das visitas realizadas ao assentamento, sendo que a cidade

de Chapecó se destaca com um maior volume de freqüência entre todas as demais, com um total de 26 visitas, ou 15,5%. Em segundo está a cidade de São Miguel do Oeste com uma freqüência de 14 visitas, ou 8,3%. Logo após aparece Florianópolis com 5,4% do total, e com um freqüência de 9 visitas, sendo seguida das cidades de Dionísio Cerqueira e São José do Cedro, ambas com um freqüência de 7, e sendo cada um responsável por 4,2% do total. A sexta cidade com maior procedência de visitantes é Guaraciaba, responsável por 6 visitas, ou 3,6%.

Nota-se, portanto, a concentração de visitantes na região do oeste catarinense. A única cidade que não pertence a essa realidade é a capital Florianópolis. Entretanto, são visitantes oriundos de mais de 79 localidades distintas, o que denota o interesse dos visitantes em estar conhecendo o assentamento Conquista na Fronteira.

7.4.2.3 Quanto à ocupação dos visitantes

A análise do Livro de Visitas do assentamento permite identificar a ocupação dos visitantes, através da construção da tabela 14:

Tabela 14 – Visitantes segundo a ocupação

Profissões	%	Freqüência
Agricultores	10	27
Estudantes de 1° a 5° série	1,9	5
Estudantes de 6° a 8° série	2,6	7
Estudantes de 2° grau	1,9	5
Estudantes Universitários	15,2	41
Professores	15,6	42
Professores Universitários	5,2	14
Funcionários Públicos	2,6	7
Ass. de Peq. Agricultores	0,4	1
Companheiros Acampados	1,1	3
Companheiros Assentados	1,1	3
Outros	8,1	22
Aposentados	0,7	2
Religiosos (Padres, catequistas, etc.)	4,4	12
Profissionais Liberais	3,3	9
Estudantes em Geral	25,9	70
<i>Total</i>	100	270

Fonte: dados secundários

Quando analisado a ocupação dos visitantes, o que se nota é que a maioria pertence à classe de professores e estudantes, ficando dividida entre estudantes em

geral, que não especificaram seu grau de estudo, com um total de 25,9% ou uma frequência de 70, em segundo lugar estão os professores com 15,6%, seguidos por estudantes universitários com 15,2%. A porcentagem de agricultores que fizeram visitas ao assentamento atinge os 10%, já os professores universitários representam 5,2% dos visitantes, o total daqueles que não especificaram sua profissão chega a 8,1%, o restante dos visitantes se distribui em menores proporções entre profissionais liberais (3,3%), religiosos (4,4%), funcionários públicos (2,6%), estudantes de 1° a 5°, de 6° a 8° e de 2° grau, com 1,9%, 2,6% e 1,9% respectivamente. Além de outros integrantes do MST, assentados e acampados, ambos com 1,1%, e também aposentados com 0,7%. O gráfico 10 permite a visualização clara dessas distribuições:

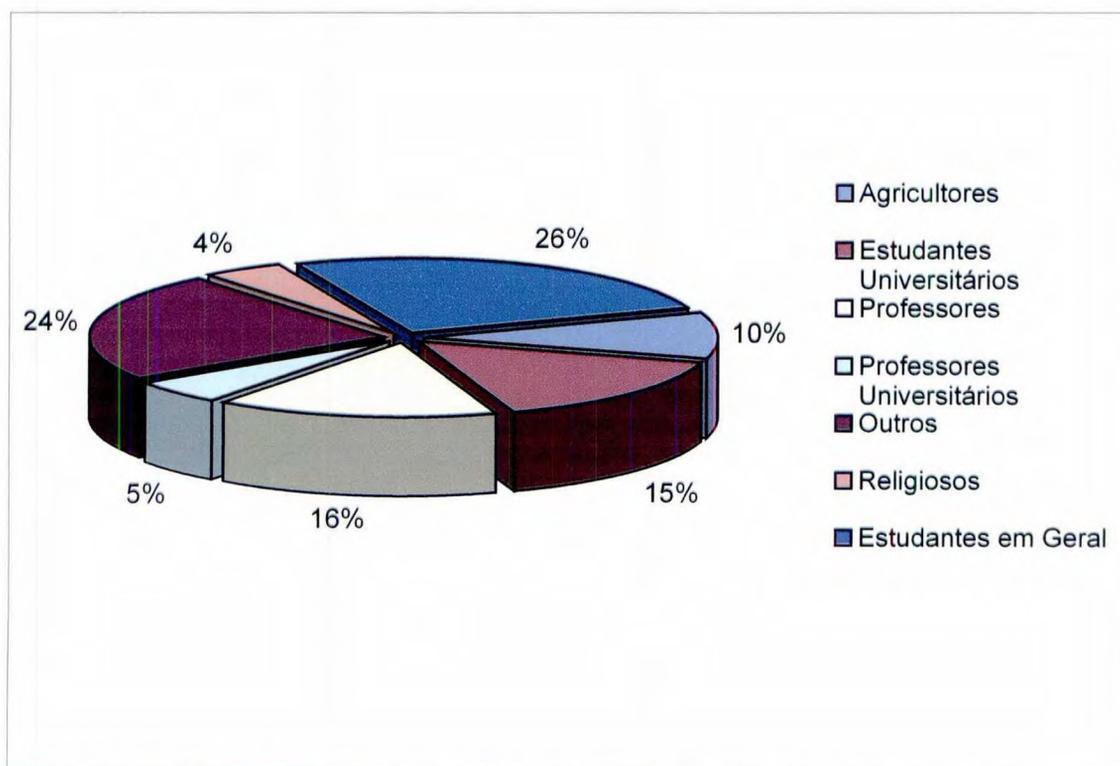


GRÁFICO 8 – Ocupação dos visitantes do assentamento

Fonte: dados secundários

O gráfico 8 apresenta a concentração de estudantes (secundaristas e universitários) acompanhados de seus professores nas visitas ao assentamento. Isso destaca o caráter pedagógico que assumem essas visitas. Conforme discutido na revisão bibliográfica, o turismo pedagógico pode vir assumir um papel central na

execução das atividades de turismo, ainda mais com uma demanda representativa de estudantes em geral.

7.4.2.4 Quanto aos objetivos dos visitantes

A motivação da demanda é tida pela literatura corrente, um grande fator na definição do planejamento turístico. A análise dos dados quanto aos objetivos, conforme a tabela 15, apresenta as seguintes características:

Tabela 15 – Objetivos especificados pelos visitantes

Objetivos	%	Freqüência
Conhecer a organização em geral	14,7	45
Conhecer a organização do MST	15,4	47
Conhecer a organização do Assentamento	28,1	86
Estudar o Assentamento	2,6	8
Conhecer a organização da Cooperativa	13,4	41
Conhecer a História	7,2	22
Conhecer a Prática	3,3	10
Conhecer a organização da Escola	2,6	8
Conhecer a organização do trabalho	5,2	16
Intercambio de Experiências	2,3	7
Sem resposta	5,2	16
<i>Total</i>	100	306

Fonte: dados secundários

Os dados obtidos correspondem a um total de 306 objetivos especificados pelos visitantes, que incluem caravanas de estudantes universitários de segundo grau, professores, pequenos agricultores entre outros.

O principal objetivo especificado foi conhecer a organização do assentamento, com uma freqüência de 86 ocorrências ao todo. O segundo objetivo especificado por 47 ocorrências foi o conhecimento da organização do MST, sendo que o terceiro objetivo de maior freqüência observado nas visitas, foi a busca dos visitantes em conhecer a organização em geral, isto é, como se compõem o MST, o Assentamento Conquista na Fronteira e a Cooperativa COOPERUNIÃO, com 14,7% de ocorrências.

Outros objetivos, geralmente secundários das visitas são conhecer a história do assentamento, a organização da escola, do trabalho e as práticas. Também são objeto de visita o estudo do assentamento e a troca de experiências entre outros assentados/acampados e agricultores.

A análise dos dados permite afirmar, que o principal objetivo dos visitantes ao assentamento e a cooperativa de produção, é para se conhecer a experiência de como os assentados vêm se organizando ao longo do tempo, tanto para se conhecer a organização em geral, que envolve o MST e o próprio assentamento, mas também para entender como se dá a coordenação de trabalho e divisão de tarefas no assentamento, ou mais especificamente na cooperativa.

O gráfico 9 caracteriza as porcentagens:

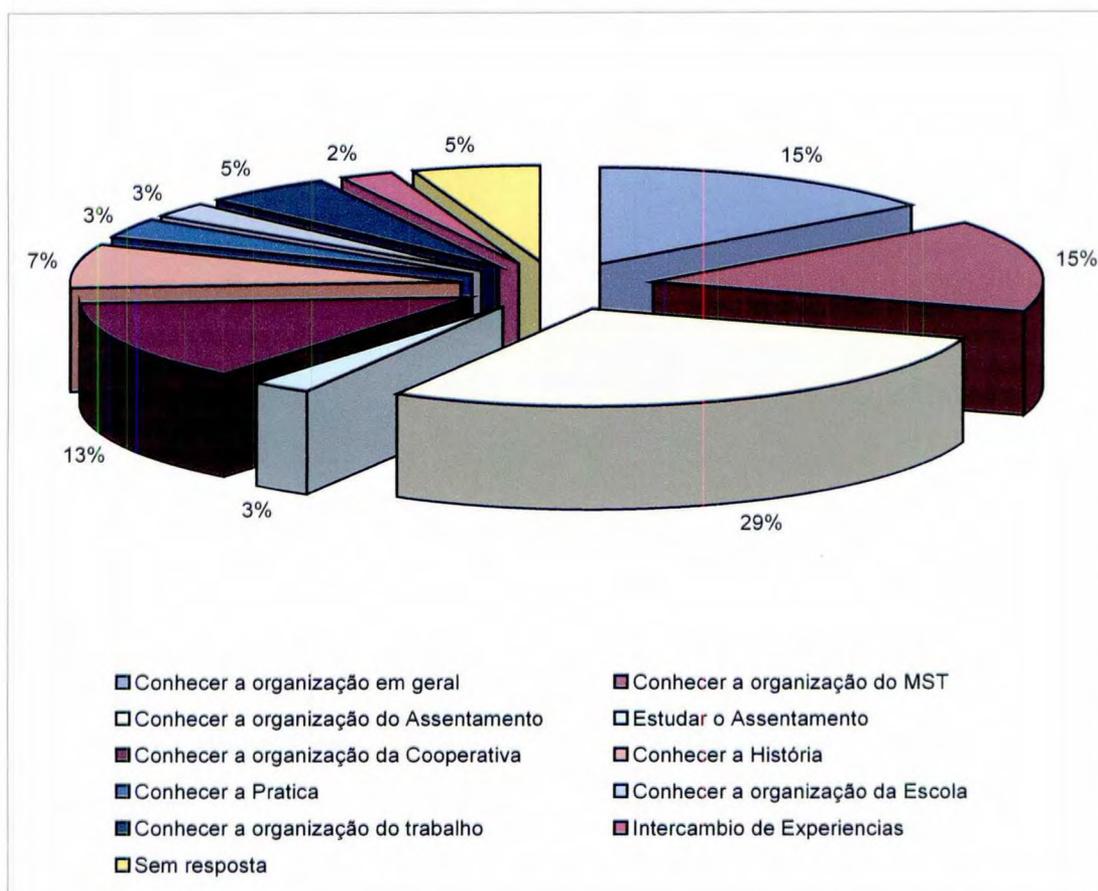


GRÁFICO 9 – Objetivos dos visitantes

Fonte: dados secundários

Uma outra informação que pode ser retirada destes dados é a inexistência de um interesse por parte dos visitantes de desfrutarem a ambiente natural que o assentamento dispõem, basicamente todos os objetivos listados se referem a uma visitação voltada para o conhecimento da cultura e da pratica diária dos assentados em sua comunidade e como se gerência uma organização dessa complexidade.

7.4.2.5 Quanto ao número de visitantes por visita

Num total de 203 visitas descritas no livro, a média de pessoas para cada uma se dividiu da seguinte forma: 21% entre 1 e 9 visitantes, sendo esta a maior porcentagem, logo em seguida com 18% ficando a segunda e a terceira entre 20 e 29 visitantes e entre 30 e 39. As demais se dividem em 12% entre 40 e 49 pessoas, 9% entre 10 a 19 e com 70 ou mais pessoas., 6% de 50 a 59 e de 60 a 69, e 1% sem respostas. O gráfico 10 caracteriza as distribuições:

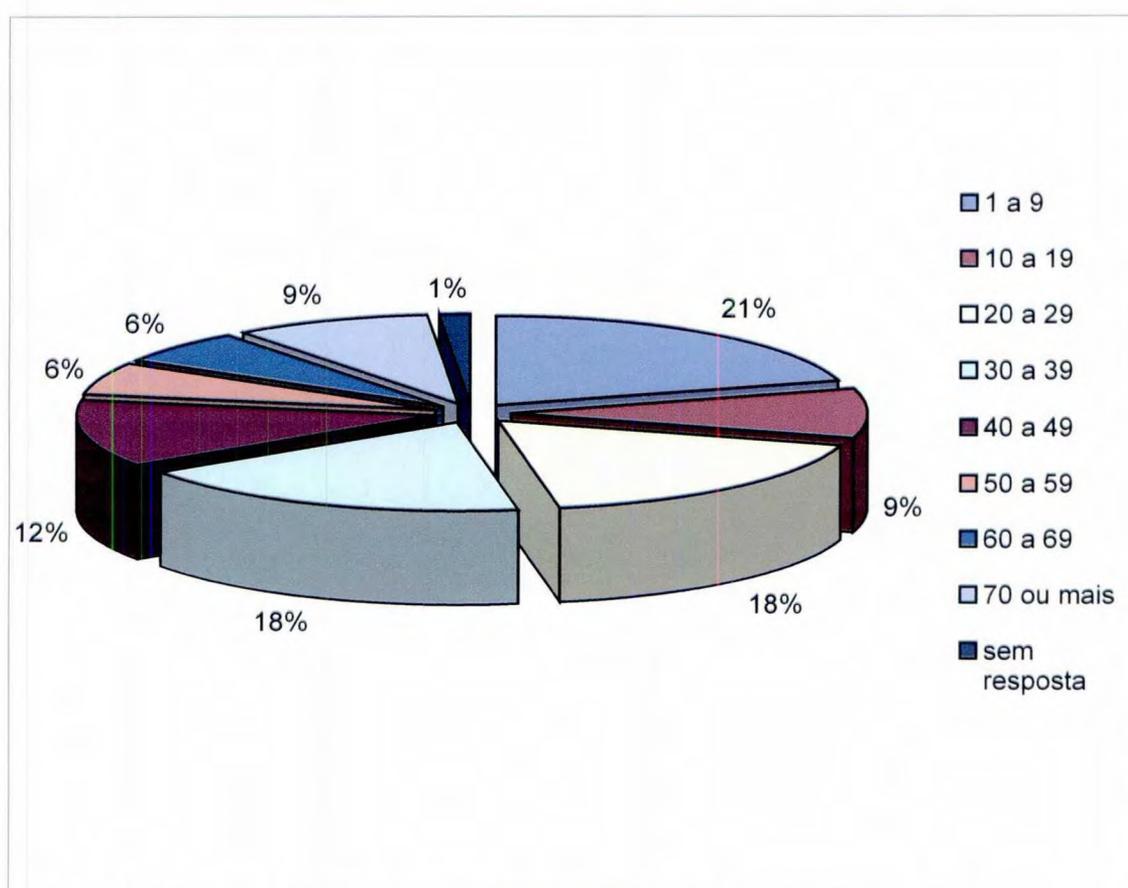


GRÁFICO 10 - Número de pessoas por visita

Fonte: dados secundários

O que se pode notar claramente é que na grande maioria dos casos, o número de pessoas por visita é bem alto, devido ao tipo de visita que é realizada, geralmente são professores de universidades e de escolas da região que levam seus alunos para conhecer a experiência desenvolvida pelo MST, pelo

Assentamento e pela COOPERUNIÃO. A tabela 16 apresenta a distribuição das freqüências:

Tabela 16 – Número de visitantes por visita

Nº de Visitantes	%	Freqüência
1 a 9	20,7	42
10 a 19	9	18
20 a 29	18	36
30 a 39	18,4	37
40 a 49	12,4	25
50 a 59	6	12
60 a 69	6	12
70 a 79	2	4
80 a 89	2,5	5
90 a 99	2	4
100 ou mais	2,5	5
sem resposta	1,5	3
<i>Total</i>	100	203

Fonte: dados secundários

A partir desses dados, nota-se que as visitas no assentamento Conquista na Fronteira ocorrem, na maioria das vezes a partir de excursões, organizadas por escolas e/ou universidades, que tem como objetivo principal conhecer a organização do assentamento e a organização da cooperativa.

7.4.3 Análise e perspectivas da oferta e demanda turística no assentamento

Após uma visualização da oferta e demanda turística do assentamento Conquista na Fronteira, faz-se necessário uma análise dos dados anteriores. Além das percepções proporcionadas pelas visitas in loco e dos dados levantados através de questionários aplicados aos assentados, aonde irá se relatar as perspectivas e impactos para a realização do turismo no espaço rural no assentamento.

Um primeiro aspecto a ser observado na análise são as inúmeras modalidades de turismo que podem ser realizadas no espaço do assentamento, dada a sua complexidade de organização e do espaço natural. Nesse sentido, como destacado na discussão da literatura, as atividades turísticas que realizar-se-ão no assentamento Conquista na Fronteira fazem parte do turismo no espaço rural, dado as inúmeras formas de abordagem que pode assumir no complexo do assentamento.

7.4.3.1 Em função dos recursos naturais

Como observado, os atrativos naturais presentes no assentamento, rios, lagos, açudes, quedas d'água, trilha, passeios pelas áreas de lavoura, passeios pela agrovila permitem a prática de varias atividades do intitulado "turismo de natureza".

Para aqueles que buscam um distanciamento da "normalidade" citadina, irão encontrar na área do assentamento, diversas possibilidades. Desde momentos tranquilos em família, na simples apreciação da paisagem, passando por passeios à agrovila, até esportes radicais, podem estar sendo ser realizados dentro da área do assentamento. Essa multiplicidade permite que se estabeleça um leque de opções para os visitantes, englobando atividades para inúmeros grupos.

A simples contemplação de tais atrativos é de grande impacto por representarem uma visão do imaginário do visitante de acordo com Pires (2001), que afirma que a percepção da paisagem é influenciada pelas próprias características fisiológicas do ser humano, pelo seu caráter e personalidade e, também, por suas influências sociais e culturais.

Devido a topografia acidentada em alguns pontos, que provoca o aparecimento de grandes quedas d'água, cria-se a possibilidade de práticas esportivas radicais por aqueles que se aventurarem em tal modalidade, tal como o rapel, trilhas, banhos, escaladas etc. Essa modalidade, entretanto, exige uma estrutura de segurança na qual o assentamento não possui atualmente.

Além disso, um estudo sobre a capacidade de carga que o ambiente suporta é fundamental para se manter o nível de ecoeficiência do ecossistema: o sistema de trilhas deve respeitar os padrões de deslocamento e os habitats da vida selvagem; as margens dos rios não devem sofrer desmatamentos desnecessários; devem ser reduzidos os pontos de travessias de rios e riachos nas trilhas; o uso de automóveis e de outros veículos deve limitar-se ao mínimo (ANDERSEN, 2002).

O sistema de trilhas e os guias são extremamente importantes apesar que dificilmente recebem a devida atenção, tanto em áreas protegidas como nos locais turísticos em desenvolvimento. A seleção do projeto na rota das trilhas, se feitos adequadamente, podem evitar a maior parte dos problemas que são relacionados à erosão e ao alargamento, que se adequadamente planejados reduzem

consideravelmente o gasto com a manutenção e reconstrução das mesmas (WALLACE, 2002).

Segundo depoimentos de assentados no diagnóstico sócio-cultural, existe uma predisposição dos assentados para a exploração de atividades ligadas ao turismo de natureza: *"Fazer trilhas para conhecer toda a área do assentamento"* e *"Fazer trilhas para ir à cachoeira"*, foram as respostas dos questionários 19 e 23, respectivamente.

Entretanto é preciso destacar, que a demanda efetiva para o assentamento, não contempla esses objetivos como motivação das visitas. Além disso, deve estar claro que mesmo essas inúmeras modalidades de turismo de natureza devem estar integrados com atividades pedagógicas, sobre o assentamento, sobre o Movimento dos Sem Terra e sobre a preservação da natureza. Nesse sentido, o depoimento presente no questionário 7 afirma que: *"Preservar as águas, fazer trilhas ecológicas preservando o meio ambiente."*, o que indica que existe alguma preocupação para/com o ambiente natural, mas que se manifesta somente em um questionário, o que indica a necessidade de conscientização da população local que atente à preservação.

Sobre a criação de trilhas para a visitação das quedas d'água, elas podem ser subdivididas de acordo com o grau de dificuldade. Isso permitirá definir com os visitantes as condições que estes estarão dispostos a enfrentar na caminhada.

Existe uma razoável demanda para o pesque-pague do assentamento que funciona nas temporadas de verão, mas que não representa uma grande fonte de entrada de divisas. Os dados dessa atividade não foram contemplados no item anterior da demanda, por não estarem presente no livro de visitas, na verdade não existe um controle sobre o funcionamento do pesque-pague.

Nesse sentido, a criação de um controle específico para o pesque pague, com o controle do número de pessoas que freqüentam o pesque-pague, o tempo de permanência, a quantidade de peixes pescados, e sobre um eventual consumo de produtos no próprio local permitirá uma avaliação sobre o funcionamento deste setor.

7.4.3.2 Em função dos recursos sócio-culturais

O assentamento Conquista na Fronteira possui 4 etnias que predominam na população local: alemã, italiana, polonesa e cabocla. Essa multiplicidade de etnias permite uma riqueza na cultura de causos e estórias do assentamento, que ainda não possui um material que compile essa sabedoria popular local.

Para tanto, um levantamento dos causos das histórias e mitos locais permitirá uma maior coesão na identidade dos assentados, além de apresentar-se como um rico material de investigação para os visitantes, podendo futuramente ser comercializado com os mesmos.

A gastronomia local, conforme descrito nos elementos que compõe a oferta, é rica e variada. Os visitantes desfrutam da boa gastronomia do local, mas não possuem a possibilidade de escolher entre determinado prato, dado que não existe uma organização de menus.

Além disso, a definição de custos por refeição não existe, e conseqüentemente a receita ou despesa com essa atividade não pode ser quantificada.

Existem inúmeros casos de diferenciações alimentares entre os visitantes. Por exemplo, em função da religião, opção ideológica ou saúde podem evitar algum tipo de alimentação. Uma consulta anterior sobre as preferências alimentares dos visitantes pode evitar que alimentos sejam desperdiçados e que os mesmos possam apreciar a gastronomia local.

O diagnóstico sócio-cultural levantou o seguinte dado sobre o conhecimento da história do assentamento por parte dos assentados, onde descobriu-se que $\frac{3}{4}$ deles conhecem bem a história do assentamento, conforme o gráfico 11:

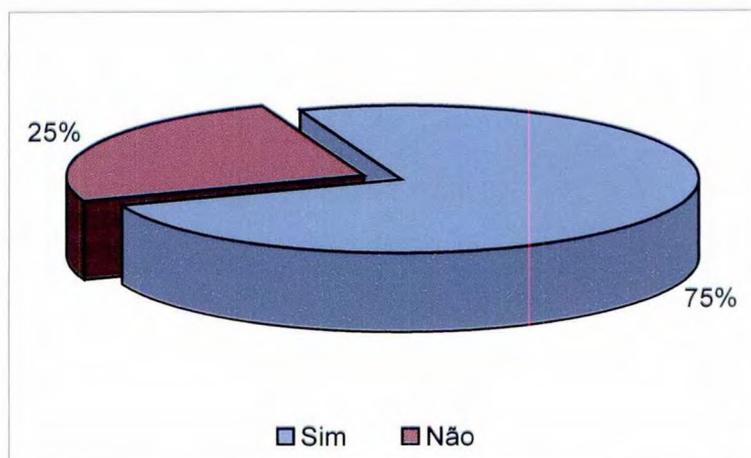


GRÁFICO 11 – Conhecimento da história do assentamento

Fonte: Dados primários

Isso revela uma forte identidade da comunidade do assentamento Conquista na Fronteira. O gráfico 12 revela sobre a existência de materiais históricos que estejam nas mãos dos assentados:

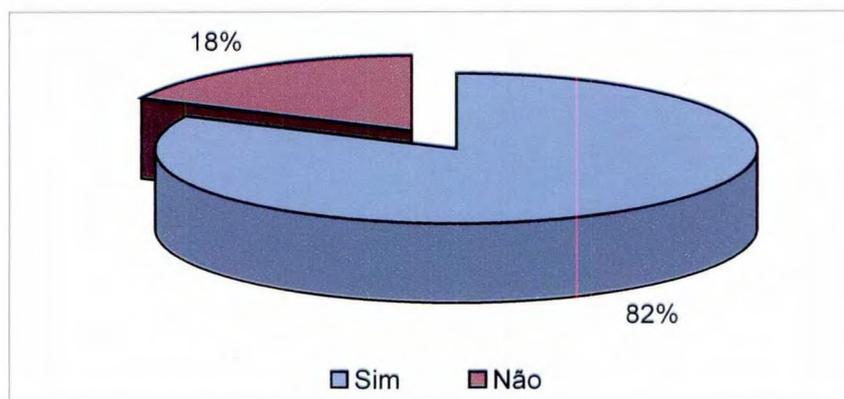


GRÁFICO 12 - Se possui documentos, fotos relacionadas com a história do movimento

Fonte: Dados primários

Esse alto envolvimento dos assentados na construção do assentamento permite que se faça um rodízio de pessoas para a recepção dos visitantes. Algumas falas podem ser destacadas, tais como as dos questionários 15 e 17, que afirmam que: *“Montar uma equipe de todos os setores da cooperativa para acompanhar as visitas”* e *“Que os núcleos façam um rodízio para fazer a recepção”*.

O modo de vida dos assentados, sua organização interna, sua militância, suas simbologias e místicas³¹, conforme descritas anteriormente, também se destacam na cultura do assentamento. Nesse sentido, o turismo a ser desenvolvido necessita contemplar esses recursos, a possibilidade que um visitante possa assistir à uma mística do assentamento fará com que participe, da comunhão dos valores dos assentados.

Isso vai ao encontro das expectativas dos assentados de estarem compartilhando suas idéias com os visitantes, como levantado nas falas dos assentados, no questionário 1: *"Que gostem do lugar, que possamos passar boas idéias do que temos e que os visitantes divulguem e recomendem a outras pessoas."* E questionário 20: *"Espero que tragam experiências novas para o assentamento."*

Ao mesmo tempo em que também esperam ouvir opiniões e idéias que complementem e ajudem o assentamento, como nos questionários 6, *Que sejam bem vindos, que tragam novas experiências e que contribuam com nossa organização.*

Conforme o estudo da demanda efetiva do assentamento, o principal objetivo dos visitantes era conhecer a organização do assentamento, apontado por 28,1% deles, sendo seguido pelo objetivo de conhecer a organização do MST e da organização geral (MST, assentamento e COOPERUNIÃO), representado por 15,4% e 14,7% respectivamente.

Dado a grande riqueza histórica tanto do MST quanto do assentamento Conquista na Fronteira, e levantado que 82% dos assentados possuem algum material histórico relacionado, sugere-se a organização desses materiais para ser construído um espaço que tenha dois objetivos comuns: servir como um museu do assentamento que preserve a história do mesmo e servir como um atrativo turístico aos visitantes, para que possam ver com seus próprios olhos alguns artefatos da luta dos assentados.

Porém, a maioria das excursões de visitantes que se deslocam para o assentamento, que se 48% das visitas possuem de 20 a 49 pessoas, que permanecem menos de 24 horas no local, o que não permite a convivência com a comunidade e a participação em atividades que caracterizem o dia a dia do assentado.

³¹ Mística vem de MYSTERION, que significa o caráter escondido das coisas. Viver o místico é o desafio de atingir o mistério humano, é viver o manejo da vida em sua totalidade.

Para tanto, o turismo pedagógico, que se destaca neste momento, em função dos objetivos dos visitantes, necessita proporcionar um período superior ao de 24 horas para um contato efetivo dos visitantes com a comunidade.

7.4.3.3 Quanto às realizações técnico-científica contemporâneas

Conforme descrito na oferta, a modalidade do agroturismo se insere neste momento. A possibilidade do visitante/turista poder participar das atividades de produção do assentamento, tal como a plantação, colheita, coleta de leite, produção de mel, melado, dentre outras inúmeras opções pode estar sendo desenvolvido, fazendo com que o visitante conheça a forma de produção dos alimentos.

A produção do leite agroecológico através do método PRV, a produção dos frangos da COOPERUNIÃO, que não se utiliza hormônios para a produção, das hortas coletivas e das culturas em geral para a subsistência, permitem uma autonomia no que se refere à produção de alimentos.

Nesse sentido, os visitantes das cidades podem conhecer as origens dos alimentos, ter contatos com os animais do meio rural, participar das atividades tradicionais, proporcionando uma volta às raízes. Como discutido na revisão da literatura, a dicotomia entre campo e cidade, alienou os cidadãos sobre a origem dos alimentos, e o agroturismo, é um meio de se tentar superar essa ruptura.

O assentamento tem proporcionado trocas com inúmeras universidades, incluindo a UFSC e de outros estados e países, que realizam estágio vivências no assentamento, principalmente com os cursos de agronomia e veterinária.

Apesar disso, o estudo da demanda apresenta que somente 5,2% dos visitantes possuem o objetivo de conhecer a organização do trabalho. É preciso que se destaque mais a produção ecologicamente correta do assentamento para os visitantes, servindo como modelo inclusive para outros agricultores, que representam 10% da demanda efetiva do assentamento.

A resposta da questão número 9 do questionário 4, que afirma que: "*Produzir tudo que será consumido, principalmente orgânico, que motive o povo para dar certo, que envolva mais pessoas, ter mais criatividade*", corrobora com a idéia de produção orgânica e ecologicamente correta buscada pelo presente trabalho.

O diagnóstico sócio-cultural levantou algumas habilidades manuais dos assentados de Conquista na Fronteira. A importância de se estar levando em

consideração essas habilidades está na elaboração de *souvenirs* que caracterizem recordações para os visitantes. Crochê, pintura e tricô, representam 30%, 27% e 18% respectivamente das habilidades manuais dos assentados.

O percentual de pessoas no assentamento que dominam alguma técnica de artesanato é alto, apesar da variedade de técnicas serem baixas. Nesse sentido a possibilidade de se explorar as três técnicas anteriormente citadas contempla boa parte dos assentados, mas a aprendizagem de outras técnicas também deve ser incentivada. A produção de lembranças artesanais, além de produtos caseiros, é tida pelas experiências visitadas como uma boa fonte de recursos. O visitante sempre quer levar consigo recordações dos lugares visitados.

Essa prática pode ser observada na intenção dos assentados, como a fala do questionário 8: *"Expor os produtos (todos) da cooperativa, fazer conversas com as pessoas. Colocar em prática, fazer as conservas e doces com a ajuda das famílias."*

Nesse sentido, a criação de um espaço para comercialização de produtos artesanais, caseiros e materiais do MST (bonés, camisetas, bandeiras) e da reforma agrária poderiam estar sendo pensado com o intuito de agregar renda à atividade do turismo. Isto é observado no questionário 26: *"Organizar uma banca para vender produtos do assentamento"*.

7.4.3.4 Quanto aos acontecimentos programados

Existem inúmeras festividades ao longo do ano no assentamento Conquista na Fronteira. Conforme descrito anteriormente elas podem ser as festas típicas do assentamento, as tradicionais e as regionais. A importância desse levantamento está na possibilidade de se recepcionar visitantes durante algumas festividades que possam estar sendo compartilhadas com pessoas externas à comunidade.

A criação de atividades específicas para os visitantes, para que possam interagir com os assentados, por exemplo, no dia do trabalho voluntário, realizado no dia da morte de Che Guevara, permite que os visitantes possam desempenhar um trabalho junto à comunidade. A construção de um calendário anual para a divulgação das festividades do assentamento pode ser uma boa opção para a realização do turismo. Além disso, a incorporação de outras datas comemorativas de personagens da história brasileira, tal como Chico Mendes, Zumbi dos Palmares,

dentre outras figuras, pode incentivar uma revalorização de sua luta e transmitir ao visitante a sua importância.

Uma das deficiências levantadas pelos pesquisadores na realização da atividade turística no assentamento é o agendamento das visitas. Normalmente os visitantes, sejam com grupos grandes ou não, querem marcar as visitas de acordo com suas necessidades, deixando os assentados dependentes dos visitantes.

É um equívoco criar tal relação de dependência. Foi levantado junto aos assentados que ocorreram casos de visitantes cancelarem a vinda em cima da hora, deixando os assentados com todos os preparativos prontos para a visita, o que acarretou conseqüentemente, no desperdício da alimentação, tempo e recursos dos próprios assentados.

Nesse sentido, sugere-se que a marcação de visitas ocorra com um mínimo de antecedência, a ser decidido pelos assentados, conforme suas necessidades. Sugere-se também que o tempo de descanso dos assentados para/com os visitantes seja discutido coletivamente, e que o pré-agendamento das visitas permita que os assentados tenham seus dias livres respeitados.

7.4.3.5 Quanto aos equipamentos e serviços do assentamento

A estrutura do assentamento Conquista na Fronteira para a recepção de visitantes que queiram pernoitar é muito precária, pois se trata apenas de um alojamento em madeira, subdividido em apenas dois quartos (com 14 leitos cada), uma cozinha, um banheiro e uma sala.

Um dos problemas apontados é a incapacidade de um banheiro suprir 28 leitos, sendo que as condições higiênicas do mesmo estão muito abaixo de um padrão para a recepção de visitantes. Segundo a Embratur (1994), através da Legislação Brasileira de turismo, a relação mínima de banheiros coletivos em relação ao total de leitos nas unidades habitacionais sem banheiros privativos é de 1 a cada 6,1 a 8 leitos. Recomenda-se a construção imediata de instalações sanitárias para o atendimento dos visitantes, e que elas tenham um padrão higiênico básico, além de disponibilizada toda uma arquitetura de apoio como espelhos, gabinete, porta toalha, etc. A limpeza dos sanitários deve ser realizada, ao menos uma vez ao dia.

A subdivisão em apenas dois quartos prejudica na privacidade dos visitantes, sendo que não existe uma estrutura de mobília que possibilite aos visitantes guardarem e organizarem seus pertences, como armários e estantes. A subdivisão em quartos menores, para no máximo 4 pessoas, e a colocação da mobília acima citada, já traria uma melhora a estrutura do alojamento. Também garantir que as camas estejam sempre arrumadas e limpas, verificando se os colchões são confortáveis.

O espaço da sala, que serve tanto para reuniões como para refeições, está mal utilizado e dimensionado. Seria necessário a divisão deste espaço, deixando um local apenas para a realização de refeições e outro para o descanso e confraternização dos visitantes. Além de uma melhor ambientação do interior, e a construção de uma varanda, com a colocação de bancos, ou redes, para que os visitantes possam desfrutar da paisagem.

Quanto à parte elétrica, existem poucos pontos de luz, e distribuídos de forma irregular, o que prejudica a utilização de equipamentos como carregadores de celular, câmeras digitais, aparelhos de som e outros. A iluminação deixa a desejar, tanto dentro do alojamento quanto no seu entorno.

Como foi citada, a comunicação se dá através de uma única linha de telefone que fica disponível somente no escritório da cooperativa em horário comercial, e na casa do assentado Marcos, nos demais horários. A instalação de um aparelho no alojamento melhoraria em muito este ponto, mesmo que este seja apenas para o recebimento de chamadas.

As condições do ambiente interno do alojamento não são das melhores. Os quartos e o sanitário não possuem uma boa ventilação. A decoração do alojamento se resume à alguns cartazes do movimento que se encontram na sala. Não existe rede ou sofá que proporcione o descanso ao visitante.

Recomenda-se que para a decoração do ambiente interno sejam utilizados objetos confeccionados na região, que apresentem um pouco da história do MST e do assentamento Conquista na Fronteira. Além disso, o alojamento não disponibiliza passatempos para seus visitantes para o tempo ocioso. Sugere-se que o mesmo disponibilize jogos como xadrez, dominós, cartas, além da organização de uma biblioteca, que possua livros sobre o assentamento, sobre a reforma agrária, MST e/ou literaturas afins. O MST possui inúmeros materiais publicados que poderiam estar servindo de leitura para seus visitantes.

Essas atividades podem estar sendo integradas com as atividades da escola do próprio assentamento, que possuem temas geradores para os alunos, podem aliar uma necessidade do assentamento com o aprendizado dos seus estudantes sobre a realidade local.

Quanto à cozinha, ela possui uma razoável estruturação para os visitantes, porém não possui utensílios suficientes para a capacidade atual de 28 pessoas. Em entrevista com a assentada Maria Dreyer, responsável pelo alojamento, seria necessário a aquisição de alguns equipamentos extras para o alojamento, tais como: cilindro elétrico para se fazer pão, massas e etc; forno elétrico para cozinhar as carnes e fogão a lenha.

Além disso, foram indicadas necessidades de melhorias na área de serviço do alojamento, como a construção de um espaço para colocação de varal coberto que atenda a demanda e a colocação de mais tanques de lavar roupas.

Nota-se que o alojamento é uma das maiores deficiências do assentamento para o desenvolvimento da atividade turística. Uma das alternativas visualizadas pelos pesquisadores seria a construção de um alojamento através da bio-arquitetura, que utiliza materiais alternativos e ambientalmente adequados, como a madeira de reflorestamento, a palha e a terra-crua, que permitem um canteiro com baixo consumo de energia, e com pouco desperdício tanto de materiais como de mão-de-obra. Embora possa parecer apenas mais uma atração, a construção de instalações pode reforçar e aumentar a satisfação do visitante, ao mesmo tempo em que se proporciona um alojamento confortável e de baixo impacto ecológico, servindo como modelos de construções sustentáveis.

A organização geral do assentamento é muito boa. Possui boas condições de água e saneamento básico, sendo que a estrutura de comunicações necessita ser alterada, com a disponibilização de um telefone no alojamento. Para a área central do assentamento, o embelezamento deve ser melhorado, com a colocação de flores, arvores ornamentais etc.

Uma das carências na estrutura do assentamento se refere à sinalização. Para chegar ao assentamento a placa que indica a entrada na rodovia que dá acesso ao assentamento não permite ao visitante uma visualização adequada. Sugere-se que sejam colocadas placas de sinalização sobre o assentamento Conquista na Fronteira com 500 metros de distância de ambos os lados da rodovia

BR 280, tanto por quem vem sentido Curitiba – Foz do Iguaçu, como quem vem do sentido contrário.

Além disso, a entrada a partir da rodovia BR 280, passa por outras propriedades não pertencente ao assentamento. Nesse sentido, a criação de um portal que distinga o início do espaço do assentamento, com referências à luta da reforma agrária caracterizará bem o início da visita.

Dentro do assentamento, os recursos naturais e as instalações do assentamento não estão devidamente sinalizados. A colocação de placas de orientação permitirá maior facilidade de deslocamento por parte dos visitantes, alertando sobre os possíveis atrativos a serem visitados.

A instalação de placas que identifiquem as espécies nativas do assentamento fará com que o visitante se familiarize com a paisagem do entorno. Além disso, essas sinalizações poderão ter caráter de conscientização ambiental, na medida que alertem os visitantes na importância da valorização e preservação da natureza. Providenciar também, para que no início de cada trilha existam painéis informativos que estabeleçam claramente as regras de comportamento e oriente o visitante na apreciação da natureza. As placas poderão identificar também lugares históricos do assentamento, tal como a árvore onde foi realizada a primeira assembléia.

Para as proximidades do alojamento, do salão e da cooperativa, sugere-se que sejam colocados coletores de lixo, orientando os visitantes quanto à sua separação.

7.4.3.6 Quanto à infra-estrutura de apoio turístico

A infra-estrutura de apoio turístico se refere ao município de Dionísio Cerqueira. O município possui todos os equipamentos básicos como segurança, hospital, delegacia de polícia, bombeiros, os sistemas de comunicações, postos telefônicos etc. Considerando-se seu pequeno porte, já que é um município com 14318 habitantes de acordo com o IBGE (2000), a cidade possui uma estrutura de acordo com suas necessidades.

Quanto à questão do saneamento básico (água, esgoto, lixo) o município tem muito a desenvolver. O índice de desenvolvimento humano municipal está extremamente baixo comparado às cidades catarinenses, e necessita ser revisto pelas autoridades municipais através de políticas públicas que revertam tal situação.

Apesar de constatada uma necessidade de melhora nos serviços básicos de Dionísio Cerqueira, a cidade cumpre a sua função de oferecer serviços e equipamentos externos que complementam as necessidades do assentamento. Além disso, possui alguns atrativos turísticos que permitem a conexão das atividades turísticas entre o assentamento e a cidade, possibilitando opções a mais para os visitantes que assim o desejarem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de analisar a viabilidade da atividade turística sustentável no assentamento de reforma agrária Conquista na Fronteira. O estudo transcendeu a análise da oferta e demanda efetiva da atividade turística que já vem ocorrendo de forma não sistematizada.

O trabalho conseguiu atingir os objetivos propostos inicialmente como a revisão dos temas centrais do trabalho, turismo no espaço rural e reforma agrária. Iniciou com a análise da temática do turismo, objetivando caracterizar como essa atividade vem evoluindo e se transformando ao longo dos últimos anos, assumindo papel importante no desenvolvimento de regiões em todo o globo. O estudo possibilitou discutir as formas convencionais e algumas das tipologias que existem em torno dessa atividade.

Foi discutido como as diversas formas de lazer criadas pela sociedade capitalista tendem a se homogeneizar, através da realização do turismo de massas. Partiu-se também das considerações de as atividades turísticas devem estar baseadas no novo paradigma que se estabelece, onde o foco se detém na sustentabilidade, apresentando como a realização da mesma pode vir a ser uma possibilidade de conservação e desenvolvimento de espaços sustentáveis economicamente, socialmente e ambientalmente.

O debate também inclui, como não poderia deixar de ser, o principal sujeito do processo, que é a comunidade local, ou seja, os assentados de Conquista na Fronteira. Discutiu como sua inserção direta no planejamento e gestão da atividade turística permitirá que se desenvolva no assentamento, sem a alienação dos mesmos, fato que vem ocorrendo de maneira significativa em diversas comunidades.

Num segundo momento passou-se especificamente para a discussão do turismo no espaço rural. Foram discutidas as definições que permeiam a delimitação de um espaço territorial, para poder incluí-lo como uma forma de turismo, conforme visto na análise de viabilidade do turismo no assentamento, pois não se pode restringir somente a uma ou duas tipologias.

Esse direcionamento foi tomado com o intuito de se transcender as incompatibilidades conceituais que a atividade turística científica ainda sofre, dada ao seu pouco tempo de existência. Nesse sentido, a realização do turismo no

espaço rural abarca uma série de tipologias conceituais que muitas vezes confundem-se e/ou complementam-se.

A partir do turismo no espaço rural, discutiu-se sobre os elementos que compõem essa atividade econômica, que é a oferta e a demanda. Verificou-se como cada uma se caracteriza especificamente com o turismo no espaço rural. Discutindo-se seus possíveis impactos positivos e negativos.

O processo de comercialização do turismo tratou de formatar um produto que caracteriza o turismo no espaço rural. Discutindo os principais elementos que o compõe.

Num terceiro momento, foi caracterizado o turismo que ocorre dentro do estado de Santa Catarina, com o intuito de se contextualizar na contemporaneidade, a maneira como se dá a exploração dessa atividade. Foi constatado como o turismo no interior é negligenciado pelo turismo litorâneo, o que confirma as discussões do primeiro bloco de homogeneização da atividade turística. É preciso reconhecer, no entanto, o esforço de experiências interioranas em se criar um novo movimento turístico.

Dessa forma, foram apresentadas três experiências visitadas pelos pesquisadores: Joinville, Santa Rosa de Lima e Chapecó. O intuito da visita dessas experiências foi para a verificação de como está se dando o turismo no espaço rural de Santa Catarina, apresentar aos assentados de 'Conquista na Fronteira' experiências de turismo rural e a estruturação das mesmas enquanto atividade econômica. Não tendo como objetivo final a implantação de um mesmo modelo.

O caminho da discussão do turismo serviu para delinear uma trajetória que, invariavelmente se encontra com o outro tema central deste trabalho que é a reforma agrária.

Não se pode discutir o espaço rural e a questão agrária, sem considerar as transformações ocorridas em seu meio, principalmente no que se refere ao nível de nosso país. O tema da questão agrária no Brasil desperta muitas controvérsias que acarretam em modelos discrepantes para o desenvolvimento da agricultura brasileira, sua revisão se propôs a visualizar, a partir de um recorte desde o Brasil pós-guerra, o processo de modernização da agricultura, que acarretou em dois modelos antagônicos para o desenvolvimento agrícola: agronegócio e agricultura familiar.

Dessa forma, o tema da reforma agrária e as grandes injustiças para com os pequenos agricultores vêm à tona e a análise de algumas estatísticas confirma sua realidade. A necessidade de se organizarem para lutarem pela terra e dignidade de permanecerem na mesma dá início ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocupam o espaço agrário brasileiro e transformam o mesmo em campo produtivo e inclusivo socialmente.

Com a maturação dos assentamentos da reforma agrária no Brasil e ao mesmo tempo, as transformações ocorridas no meio rural, apontado por Graziano da Silva (1996), como o Novo Rural, fazem com que novas atividades e serviços sejam incorporados às atividades agrícolas tradicionais, como é a atividade turística.

Os assentamentos da reforma agrários vêm produzindo experiências inovadoras no meio rural brasileiro, através de sua forma de organização da produção e seu sistema de vida, atraindo a atenção de diversos setores da sociedade, que vem criando uma certa demanda de visitantes aos assentamentos.

Neste momento, uma observação faz-se necessária. O MST e os assentamentos da reforma agrária buscam construir alternativas para a realidade brasileira. Apesar disso, como toda e qualquer organização ela possui suas contradições perpetuadas ao longo da existência da humanidade. Não é um Movimento que existe há 20 anos que irá resolver todas essas contradições, mas permitir que experiências inovadoras se desenvolvam pode ajudar a supera-las.

Foram visitadas experiências de turismo em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul, que através de um programa denominado MSTur, iniciou a atividade turística em alguns assentamentos enquanto atividade econômica.

Entra em cena a organização em estudo, o assentamento Conquista na Fronteira. Foi analisado primeiramente o município de Dionísio Cerqueira, e caracterizado sua história. Após isso, foi caracterizada a formação do assentamento Conquista na Fronteira e sua unidade produtiva, a COOPERUNIÃO.

O presente trabalhou também identificou e analisou a infra-estrutura do assentamento e sua integração ao meio, os recursos naturais do espaço existente, as atividades sócio-culturais, a demanda efetiva e os aspectos econômico-financeiros e tecnológicos necessários para exercer as atividades turísticas no empreendimento proposto.

No desenvolver da pesquisa pôde-se observar que o assentamento Conquista na Fronteira por meio de seu patrimônio sócio-cultural e natural tem amplas condições de vir a desenvolver o turismo como uma atividade de agregação e complementação dos outros setores estratégicos da cooperativa, de modo sustentável e criativo.

A conclusão que se chega é que a atividade turística no assentamento Conquista na Fronteira é viável, mas necessita sofrer algumas modificações na formatação de seu produto turístico. A demanda efetiva que se estabelece é representada pelo turismo pedagógico, já que as visitas ao assentamento têm como objetivo principal o conhecimento do modelo social desenvolvido pelo MST e suas unidades produtivas, que possuem um modelo cooperativista autogestionário.

Para a sistematização da atividade turística no assentamento se caracterizar também como turismo no espaço rural, fazem-se necessárias melhorias dos equipamentos e serviços do assentamento, principalmente no que se refere ao alojamento. Cabe um estudo para a implantação de instalações bio-sustentáveis para o incremento da atividade turística no assentamento.

É preciso que se divulgue essa experiência para o conhecimento e atração de visitantes, através de materiais informativos como *folders*, página na internet, vídeos etc. Podendo ocorrer também um turismo integrado ao município de Dionísio Cerqueira, um dos epicentros do MERCOSUL.

Nesse sentido, os dois estudos para a complementação deste trabalho, tal como as construções bio-sustentáveis e a criação de material de divulgação do assentamento, já estão sendo discutidos para uma futura viabilização com estudantes da Arquitetura e Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Um estudo que busque a formatação de um plano de comercialização desse turismo específico também se faz necessário, e fica como sugestão para novas investigações.

A relevância deste trabalho está na possibilidade de criação de mais uma atividade que agregue renda aos assentados da reforma agrária. A inviabilização da pequena propriedade rural no campo brasileiro foi discutido e os impasses da questão agrária foram destacados. Nesse sentido, o turismo no espaço rural pode vir a se tornar um eficiente meio de complementar a renda do assentamento Conquista na Fronteira ao mesmo tempo em que divulga experiências bem sucedidas da reforma agrária e desmistifica o MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. 3 ed. Porto alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.
- ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.) Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- ANDERSEN, D. L. Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: editora Senac, 2002. 4 ed.
- ARAÚJO, J. G. F. ABC do turismo rural. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.
- ASSIS, J. C. Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: CREA/RJ, 2000. 5 ed.
- BARBIERI, J.C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. Redescobrimos a ecologia do turismo. Caias do Sul: EDUCS, 2002
- BATHKE, M. E. M. O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso - Fazenda Água Santa - São Joaquim-SC. Florianópolis, 2002. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- BERNIERI, M. J; DINIZ, F. Diversificação de actividades no espaço rural: turismo, mais um componente para o desenvolvimento local?. Vila Real, 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Universidade de Santiago de Compostela.
- CAMINI, I. (coord.) Construindo o caminho numa escola do assentamento do MST: Fazendo escola. Veranópolis, RS: ITERRA, 2000.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Estudos, sociedade e agricultura, nº 11, outubro de 1998.
- CAVACO, C. Turismo Rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CIDAP. Os assentamentos no Estado do Espírito Santo. In: GÖRGEN, F.S.A.; STÉDILLE, J. P. (Orgs.) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2001.
COOPERUNIÃO, Regimento interno. Dionísio Cerqueira: [s.n.], 1997.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

DELGADO, G. Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1996. 2 ed.

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMBRATUR. Legislação brasileira de turismo. 1984.

ESTEVAM, D. O. Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina. Florianópolis: 2001. 181 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Agronegócio e reforma agrária. Presidente Prudente, SP: s/ ed, s/ data.

GALLERO, A. L. El impacto de la globalización sobre el turismo In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

GASTAL, S; BENI, M. C.; CATROGIOVANNI, A.C. Turismo investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002.

GÖRGEN, F.S.A.; STÉDILLE, J. P. (Orgs.) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária brasileira. São Paulo: Braziliense, 1985. 10 ed.

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

HOSKEN, M. F.; VIGGIANO, L. M. Como implantar o turismo rural em sua fazenda. Viçosa, CPT, Manual Técnico, 1997.

INFORMATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Dionísio Cerqueira: Arcus, Março, 2003.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais (CAIs). In: DELGADO, G. Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1996. 2 ed.

KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 1997.

KURZ, R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAGE, B.H.G; MILONE, P.C. Economia do turismo. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

LAKATOS, E. M, MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. ed. 2. São Paulo; Atlas, 1990.

LEIS, H. R. A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: editora Senac, 2002. 4 ed.

LINS, H. N.; CAMPOS, R. C; CARIO, S. A. F.; NICOLAU, J. A.; BARBOSA, C. R. F. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: VIEIRA, P. F. (Org.) A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis, SC; APED, 2002.

LUCHIARI, M. T. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. Redescobrimo a ecologia do turismo. Caias do Sul: EDUCS, 2002.

MACHADO FILHO, L. C. P., VINCENZI, M. L., OLIVEIRA, A. G. L. de, SILVEIRA, M. C. A. C. da, Produção de leite a pasto em PRV no oeste catarinense. Núcleo de PRV/LETA do Departamento de Zootecnia e Des. Rural da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MAGRO, T.C. Ambiente natural e turismo em meio rural In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

MARTINELLI, M. Cartografia do turismo e imaginário. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In: Revista Lua Nova, nº 23. São Paulo: março de 1991.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da USP, 2000.

MATTEI, L. Turismo rural e ocupações rurais não agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: O novo rural brasileiro: novas atividades rurais. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.) Brasília, DF: Embrapa, 2004. v.6. cap.6.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural. 2003.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA. Dados e informações comparativas da produção nas grandes, médias e pequenas propriedades agrícolas. Porto Alegre: 2004.

NEDER, R. T. Limites político-institucionais ao desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

NICKELS, W.; WOOD M. B. Marketing: relacionamento, qualidade, valor. São Paulo: LTC, 1999.

NODARI, D. E.; MUÑOZ, E.F.P. Diagnóstico organizacional em unidades produtivas nos assentamentos da reforma agrária em Santa Catarina. 4ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais. Publicação de turismo e ambiente. s/ data.

PAIVA, M.G.M.V. Sociologia do turismo. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.) Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTELA, F.; FERNANDES, B.M. Reforma agrária. São Paulo: ed. Ática, 1995. 7 ed.

RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANDRONI, P. (Org.). Novo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1994. 7 ed.

SILVEIRA, M. A T.da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A B. (Org.). Turismo rural. São Paulo: Contexto, 2001

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. 3 ed. Porto alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

STEIL, C. A. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.;VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

TALAVERA, A. S. Desarrollos y conflictos em torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropologia social. In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.;VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

TORESAN, L; GUZZATTI, T.C.; NART, D.; BITENCOURT, R.B. Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral. Florianópolis,SC: Instituto Cepa, 2002.

TORESAN, L; MATTEI, L.; GUZZATTI, T.C. Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis, SC: Instituto Cepa, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TULIK, O. Turismo Rural. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do turismo).

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.;VIANA, A.L.B (Orgs.). Turismo rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2002.

VERGARA, S. M. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, P. F. (Org.) A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis, SC; APED, 2002.

VIEIRA, P. F.; CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, P. F. (Org.) A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis, SC; APED, 2002.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

WAHAB, S. E. A. Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1977.

WALLACE, G. N., A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.) Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: editora Senac, 2002. 4 ed.

WEBER, L. A.; LÍRIO, S. Tímido ou realista? Revista Carta Capital. 26 de novembro de 2003. ano X nº 268

http://www.setur.rn.gov.br/turismo_pedagogico.html acesso em 18 de setembro de 2004.

http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/mar%E7o/semana4/23_Pronaf_tem_numeros_recordes_no_nordeste.htm acesso em 15 de setembro de 2004.

<http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/mds/> acesso em 18 de outubro de 2004.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u64193.shtml> acesso em 10/10/2004.

<http://www.mail-archive.com/latina@peacelink.it/msg02208.html> acesso em 19 de outubro de 2004.

<http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=9778&edit=Pesquisa&Codnews=999> acesso em 15 de setembro de 2004.

<http://www.rebellion.org/brasil/040427galvao.htm#> acesso em 18 de setembro de 2004.

<http://www.mst.org.br/> acesso em 10 de agosto de 2004.

<http://www.sc.gov.br/> acesso em 15 de setembro de 2004.

APÉNDICES

APÊNDICE A

DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO CULTURAL E AMBIENTAL

Prezado senhor (a)

Este levantamento faz parte do "Estudo de viabilidade econômica tecnológica e comercial de uma unidade de turismo rural no Assentamento de Reforma Agrária 'Conquista na Fronteira'". Sua participação é importante! Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo as perguntas abaixo.

1. Identificação da Família:

Nome completo do(a) chefe da família: _____

Nome	Data de Nascimento	Grau de instrução	Setor de produção	Núcleo de discussão

2. Produção Artesanal

Tipo de produto alimentar que costuma fazer em sua casa:

3. Habilidades manuais

Quais os trabalhos manuais e/ou artesanato que sabe fazer (crochê, tricô, bordado, trabalho com madeira, palha, etc...)

4. Aspectos culturais

Você conhece bem a história do assentamento? Sim () Não ()

Você possui em sua casa documentos, fotos relacionados com a história do movimento? Sim () Não ()

5. Expectativas pessoais

Que tipo de serviço gostaria de oferecer para os visitantes levando em conta os potenciais e recursos existentes em sua casa (quartos, produtos artesanais, alimentação, e outros):

6. O que você espera do visitante e do turismo rural?

7. Você gostaria de participar do Núcleo de discussão de turismo rural?

Sim () Não ()

8. Algum membro da família tem interesse em participar/trabalhar na recepção e atendimento aos visitantes?

Quem? _____

9. Espaço para críticas, sugestões e novas idéias ao projeto de turismo no assentamento: _____

APÊNDICE B

Roteiro de levantamento dos Recursos – Oferta de Bens/Serviços

Hospedagem – Assentamento: Pesquisar In Locus

Nº de banheiros disponíveis para visitantes (chuveiros, pias, privadas);

nº de leitos do alojamento,

casas com leitos disponíveis

possível campings (?)

Hospedagem na cidade - Levantar os Preços e horários, estrutura física,

Hotéis

Motéis

Pousadas

Campings

Serviços de Alimentação no Assentamento:

Até quantas pessoas podem ser alimentadas ao mesmo tempo no alojamento e no salão.

Tem cozinha no alojamento

Equipamentos da Cozinha:

Geladeira;

Freezer,

Serviços de Alimentação na Cidade:

Restaurantes

Bares

Pizzarias

Etc.

Lazer dentro do Assentamento

Bodega

Bocha

Campo de futebol;

Serão colocadas algumas bicicletas para a mobilidade interna?

Outros

Lazer na Cidade:

Discotecas

Danceterias

Outros

Cinemas

Cassinos

Jogos

Outros serviços do Assentamento:

Comercio de produtos e artesanatos Interno (?)

Outros Serviços da Cidade:

Agências de Viagens (verificar se elas estão dispostas a trabalhar com o modelo de turismo do assentamento);
 Comércio;
 Guias;
 Transportes Turísticos;
 Locação de Veículos

Infra Estrutura do Assentamento

Transporte – verificar transporte disponível;
 Comunicação – telefone, fax, televisão, rádio.
 Água - verificar o sistema, capacidade de consumo, rede pública, poço artesiano, poço comum com ou sem motobomba, nascente vertente, córrego ou rio.
 Saneamento Básico – destino final dos dejetos humanos: rede pública, fossa séptica ou sumidouro, fossa negra com saída para curso d'água, córrego e riacho
 Saúde – como é tratada a questão dentro do assentamento?
 Sinalização – existe algo?
 Lixo – como é tratado o lixo? Reciclado, queima, envia para depósito, envia para riacho

Infra Estrutura da Cidade

Transporte – levantar as transportadoras, os horários de ônibus, serviços de Táxi, locadora de carro próximo, verificar qual o aeroporto mais próximo, as companhias aéreas, horários, preços, etc..
 Comunicação – verificar o que a cidade oferece
 Água –
 Saneamento Básico
 Saúde – levantar os hospitais, postos de saúde, clínica médica odontológica, emergências, farmácias, etc.
 Sinalização

Recursos Sócio-Culturais no Assentamento e na cidade

Festas Típicas
 Gastronomia
 Manifestações Religiosas e Crenças Populares
 Artesanatos e artes populares
 Arquitetura Popular
 Museu
 Lugares Históricos
 Sítios arqueológicos e ruínas

Atrativos Naturais no Assentamento

Queda d'água

- localização
- altura, largura, número de saltos
- clima
- temperatura
- grau de dificuldade

- zonas de banho
- paisagem do entorno
- facilidades para visitação (acesso, iluminação e guias)

Grutas e Cavernas

- Localização
- Tamanho
- Medida
- Temperatura
- Trilha percorrida sem perigo
- Facilidade para visitação (acesso, iluminação e guias)

Lugares de Observação da Flora, da Fauna e da Paisagem

- Localização
- Tamanho dos lugares
- Clima
- Levantamento das espécies de fauna e flora
- Quantidade e áreas aproximadas de cada espécie
- Paisagens mais interessantes
- Possibilidades e Condições de Observação
- Facilidades para a visitação
- Acesso, transporte, e planta turística

Lagos, lagoas e açudes

- Localização
- Dimensão e forma
- Característica da costa
- Vegetação circundante
- Qualidade da água: cor, transparência, temperatura e profundidade
- Zonas aptas para o banho
- Flora e fauna aquática
- Ilhas
- Edificações
- Portos esportivos ou turísticos
- Paisagens mais interessantes
- Facilidades : acesso, transporte náuticos, planta turística

Rios e Arroios

- Localização
- Tamanho: comprimento, largura
- Característica
- Dimensão e forma
- Característica da costa
- Vegetação circundante
- Qualidade da água: cor, transparência, temperatura e profundidade
- Velocidade da correnteza
- Zona apta para o banho
- Flora e fauna aquática
- Portos esportivos ou turísticos

- Paisagens mais interessantes
- Facilidades : acesso, transporte náuticos, planta turística
- Zonas navegáveis
- Ilhas

Estudo do relevo da região (planaltos, planícies) (topografias: verificar paredões de pedra, etc.. para a realização de esportes radicais)

Atrativos Agropecuários do Assentamento

**Pomares;
Hortas
Lavouras
Gado de corte
Gado de leite
Suinocultura
Avicultura
Apicultura
Psicultura**

Atrativos Agroindustriais do Assentamento

**Abatedouro de frangos
Produção de mel
Produção de melado
Produção de sabão
Ordenha e beneficiamento**

APÊNDICE C

Identificação dos atrativos do Assentamento Conquista na Fronteira

Prezados membros do Conselho Diretor, gostaríamos de contar com a colaboração de vocês para a descrição dos atrativos naturais e sócio-culturais, que é essencial para a proposta de turismo rural.

Atrativos Naturais no Assentamento

Gostaríamos que a descrição das Quedas d'água incluísse: o número de quedas, a localização (considerar a distância desde o alojamento), altura, largura, grau de dificuldade para o acesso, apreciação da paisagem, para banho, paisagem do entorno e facilidades para visitação (acesso);

Grutas e Cavernas: Localização, tamanho e facilidade para visitação (acesso);

Lagos, lagoas e açudes: quantidade, localização, dimensão e forma, qualidade da água: cor, transparência, profundidade, zonas aptas para o banho, flora e fauna aquática, ilhas, edificações, portos esportivos ou turísticos, paisagens mais interessantes e facilidades de acesso.

Rios e Arroios:

- Localização
- Tamanho: comprimento, largura
- Vegetação circundante
- Qualidade da água: cor, transparência e profundidade
- Zonas aptas para o banho
- Flora e fauna aquática
- Paisagens mais interessantes
- Facilidades de acesso
- Zonas navegáveis
- Ilhas

Topografias: verificar pared es de pedra, etc.. para a realização de esportes radicais)

Recursos Sócio-Culturais no Assentamento

Quais as manifestações culturais que o assentamento possui: festas, folclore, comidas típicas, brincadeiras, jogos, artesanatos e artes populares, lugares históricos, sítios arqueológicos e ruínas.

Obs: Se caso tiver alguma informação sobre esses aspectos já documentados, gostaríamos de ter acesso nesse trabalho.

APÊNDICE D

Roteiro de Entrevista semi-estruturada com a Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

- Qual é o maior atrativo turístico de Dionísio Cerqueira?
- Verificar a Política Municipal de Turismo;
- Verificar as ações Governamentais já realizadas em prol do Turismo;
- Verificar a existência de Planos Turísticos;
- Verificar qual é o produto turístico da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira;
- Verificar qual é o foco turístico que a Prefeitura deseja desenvolver;
- Verificar quais são os convênios realizados ou que estão em vias de se realizar;
- Verificar a Legislação Municipal para o desenvolvimento do turismo;
- Verificar se existe alguma linha de crédito municipal para o desenvolvimento do turismo na cidade;
- Verificar como se está dando a promoção do turismo (divulgação, comercialização);
- Verificar as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do turismo local;
- Impactos e ações de preservação do ambiente natural de Dionísio Cerqueira;
- Impactos sócio-culturais do turismo na cidade de Dionísio Cerqueira;
- Existe algum controle do fluxo de turistas na cidade? Como foi esse fluxo no ano de 2003?
- Verificar a existência de associações de turismo a nível local;
- Verificar qual é a relação existente entre a Prefeitura Municipal e o MST (Assentamento "Conquista na Fronteira");
- Em relação ao que foi tratado, que outras considerações a Secretaria gostaria de fazer?

ANEXOS

ANEXO 1

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira		
Relação de Atividades	Tipo	nº
Abatedouros de Aves	Indústria	3
Agências Rodoviárias	Serviços	6
Agenciamentos de Fretes e Assessoria Aduaneira	Serviços	1
Agências Bancárias	Serviços	2
Agências de Câmbio e Turismo	Serviços	5
Associação de Agricultores - São Paulo	Agropecuário	2
Alfaiate	Serviços	1
Area de Lazer	outros	1
Assessoria e Divulgação	Serviços	3
Associações	Serviços	5
Auto- Elétrica	Comércio	2
Auto-Escola e Despachante	Serviços	1
Bares	Comércio	56
Bares e Mercarias	Comércio	20
Bazares	Comércio	9
Bazares e Livrarias	Comércio	4
Indústrias de Transformação	Indústria	4
Boate e Discoteca	Serviços	2
Borracharias	Serviços	7
Cabeleiros	Serviços	4
Camping	outros	1
Chaveiro	Serviços	2
Churrascaria	Comércio	1
Clínicas Médicas	Serviços	2
Clubes e Associações Esportivas	outros	11
Comércio de Bicicletas	outros	2
Comércio de Materiais de Construção	Serviços	2
Comércio em Geral (ambulantes)	Comércio	27
Comércio Atacadista	Comércio	19
Comércio Varejista	Comércio	110
Conserto de Equipamentos de Som	Serviços	1
Contabilidades	Serviços	6
Cooperativas	Serviços	2
Despachantes	Serviços	1
Costureira	Serviços	1
Despachantes Aduaneiros	Serviços	13
Distribuidora de Bebidas e Gêneros Alimentícios	Comércio	2
Empreiteiras e Construtoras	Serviços	3
Engenheiros Civis	Serviços	2
Entidades Culturais e Esportivas	outros	6
Escolas Especiais	outros	1
Escritórios de Gerência e Administração	outros	2
Estabelecimentos de Ensino	Serviços	2

Estofador	Serviços	1
Estúdios Fotográficos	Serviços	2
Fábricas de Comércio e Serviços	Indústrias	3
Farmácias	Comércio	5
Feirantes	Comércio	1
Ferragens e Congêneres	Comércio	1
Fisioterapeutas, Enfermeiros	Serviços	1
Floriculturas e Mudas de plantas	Serviços	3
Frigorífico	Indústria	1
Funerárias	Serviços	3
Hospitais	Serviços	1
Hotéis	Serviços	3
Imobiliárias	Serviços	1
Importação e Exportação	Comércio	5
Indústrias em Geral	Indústria	12
Investimento em Fomento em Geral	Serviços	1
Joalheria	Comércio	1
Jogos Eletrônicos	Serviços	2
Laboratório de Análises Clínicas	Serviços	1
Lanchonetes	Comércio	10
Livrarias	Comércio	1
Loja de Confecções	Comércio	1
Lotéricas	Comércio	1
Marcenaria	Serviços	1
Médicos e Odontólogos	Serviços	2
Mercados	Comércio	29
Mercearias	Comércio	14
Moinhos Coloniais	Indústria	2
Monitoras do programa Brasil Alfabetizado	Serviços	5
Motéis	Serviços	1
Motoristas	Serviços	3
Odontólogos	Serviços	9
Oficina de Cnsertos de Bicicletas	Serviços	2
Oficinas Mecânicas	Serviços	19
Ótica	Serviços	1
Profissionais Prestadores de Serviços	Serviços	4
Padarias e Confeitarias	Comércio	4
Papelarias	Comércio	3
Pedreiros e Carpinteiros	Serviços	1
Pensões	Serviços	1
Pesagem de Cargas	Serviços	1
Postos de Lavagem	Serviços	5
Prestação de Serviços em Geral	Serviços	1
Rádios Difusoras	Serviços	3
Reflorestamento	Comércio	2
Representantes Comerciais	Serviços	7
Restaurantes	Comércio	8
Revendedores de Veículos	Comércio	3
Salão de Beleza	Serviços	8
Sapatarias	Comércio	3

Serviços de Aparelhos Eletrônicos	Serviços	1
Serviços em Geral	Serviços	7
Sorveterias	Comércio	1
Supermercados	Comércio	9
Táxi	Serviços	23
Tinturarias	Serviços	3
Transporte de Cargas	Serviços	12
Transporte em geral	Serviços	6
Vendas de Pães e Cucas	Comércio	1
Vendedores em geral	Serviços	3
Vigilância e Segurança	Serviços	2

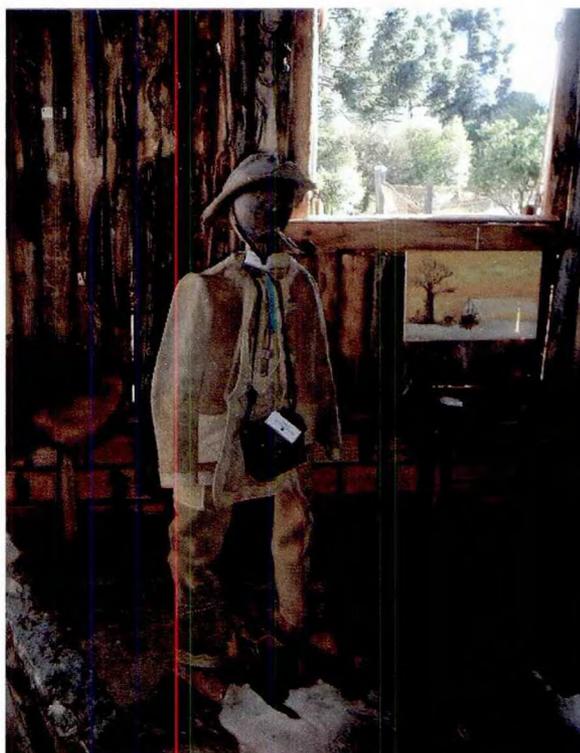
ANEXO 2 – FOTOS

CHAPECÓ



Modelo de sinalização adotado nas propriedades que desenvolvem o turismo no espaço rural em Chapecó.

Peça referente ao museu do tropeiro na cidade de Chapecó.



SANTA ROSA DE LIMA

Produtos produzidos e comercializados pelo turismo rural – Santa Rosa de Lima.



Produção orgânica nas propriedades de Santa Rosa de Lima.

JOINVILLE



Portal de entrada da Estrada Bonita.

Café colonial servido em uma das propriedades visitadas.

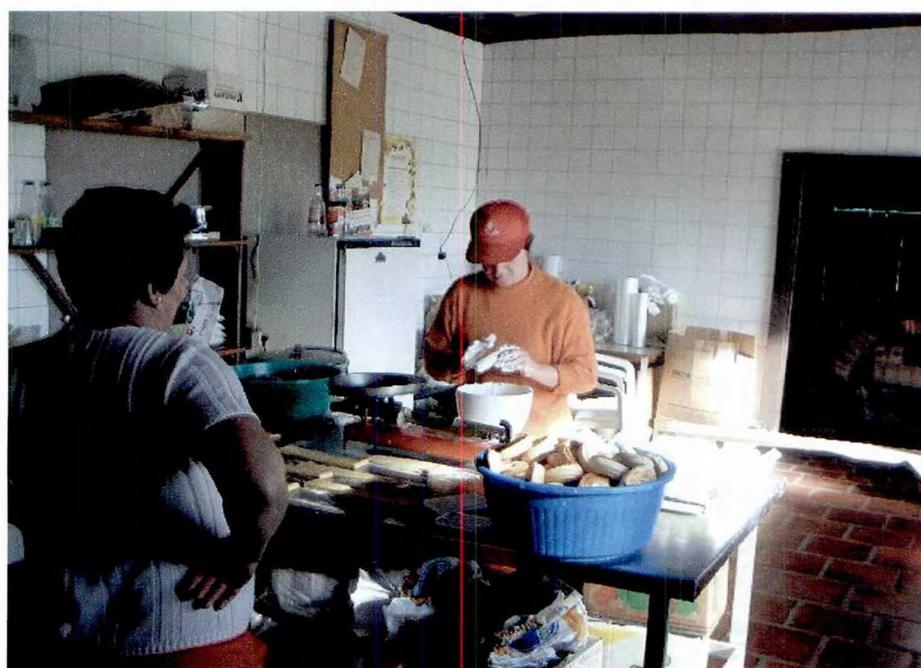


CHARQUEADAS



Quiosque para a realização de eventos com até 100 pessoas.

Produção de doces para a venda no mercado do assentamento.

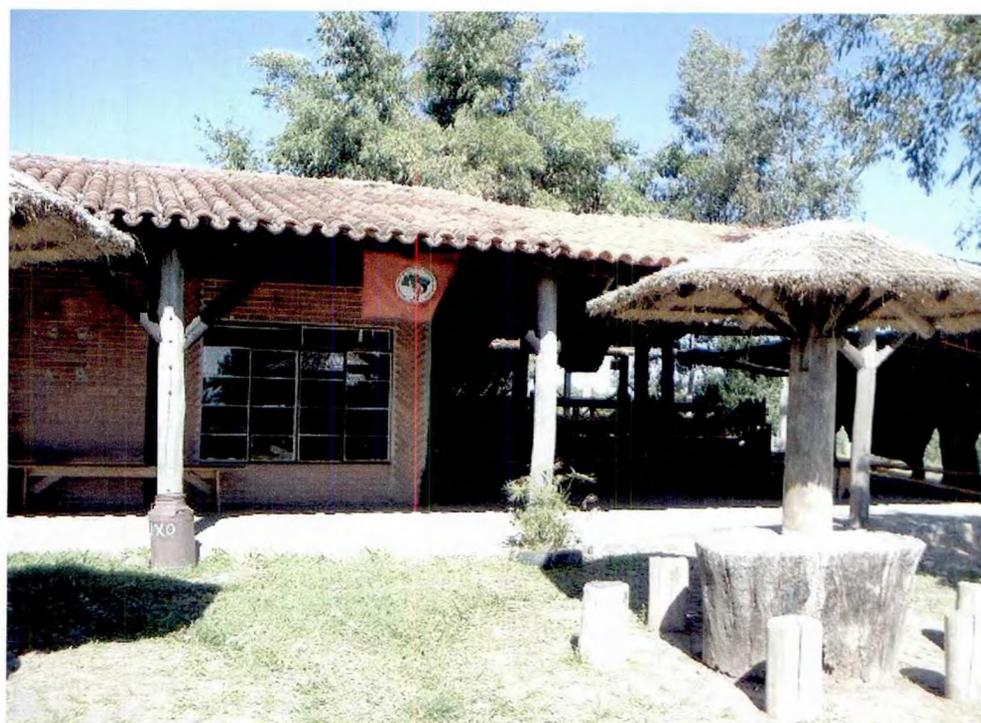


NOVA SANTA RITA



Criação e abate de suínos, atividade central da COOPAN.

Espaço do Assentamento Capela para a recepção de visitantes.



VIAMÃO

Produção do arroz
integrada com o
meio ambiente.



Espaço do
alojamento e
centro estadual de
eventos do
assentamento
Filhos de Sepé.

ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA – DIONÍSIO CERQUEIRA

Paisagem característica do assentamento.



Diversidade da produção.





A queda d'água com 60 metros de altura é um dos principais atrativos.

Equipe de trabalho nas visitas às experiências:
Maria Dreyer,
Marcos Dreyer,
Estevan Muñoz e
Diogo Nodari.

